DANTE JOSE DE OLIVEIRA E PEIXOTO

A participação da sociedade na tomada de decisão da gestão ambiental municipal: uma
análise qualitativa

Dissertação apresentada para a Escola de
Engenharia de São Carlos para obtenção do
título de Mestre em Ciências da Engenharia
Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Montañó

São Carlos, 2013

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTA TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

P379a Peixoto, Dante José de Oliveira e
A participação da sociedade na tomada de decisão da
gestão ambiental municipal: uma análise qualitativa /
Dante José de Oliveira e Peixoto; orientador Prof.
Marcelo Montañó . São Carlos, 2013.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação
em Ciências da Engenharia Ambiental e Área de
Concentração em Ciências da Engenharia Ambiental --
Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de
São Paulo, 2013.

1. Política ambiental. 2. Participação da
sociedade. 3. Gestão ambiental. 4. Desenvolvimento
sustentável. I. Título.

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidato: Engenheiro **DANTE JOSÉ DE OLIVEIRA E PEIXOTO**.

Título da dissertação: "A participação da sociedade na tomada de decisão da gestão ambiental municipal: uma análise qualitativa".

Data da defesa: 03/10/2013

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. **Marcelo Montão (orientador)**
(Escola de Engenharia de São Carlos/EESC)

Prof. Dr. **Nemésio Neves Batista Salvador**
(Universidade Federal de São Carlos/UFSCar)

Prof. Dr. **Alexandre Rossi**
(Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" UNESP- Araraquara)

Resultado:

Aprovado

Aprovado

Aprovado

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental:
Prof. Associado **Frederico Fabio Mauad**

Presidente da Comissão de Pós-Graduação:
Prof. Titular **Denis Vinicius Coury**

[Faint, illegible text at the bottom of the page]

Aos meus pais, com amor e admiração por seus exemplos de vida e pelo incansável apoio ao longo da elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Marcelo Montañó, pelo apoio e atenção durante a orientação do trabalho.

Ao meu pai Gilmar, minha mãe Alzira, irmã Daniela e toda minha família, pelo zelo e carinho.

Aos meus amigos de caminhada e de casa, com quem dividi os bons momentos de aprendizado, de dificuldades e superações na vida e nos estudos.

À Juliana, por seu companheirismo e apoio irrestrito na vida e nos estudos.

Aos companheiros de militância, com quem divido os sonhos que sempre me fazem ir adiante.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão da bolsa de estudos.

A teoria sem a prática de nada vale, a prática sem a teoria é cega.

Vladimir Ilitch Lenin

Resumo

Peixoto, D. J. O. **A participação da sociedade nos processos de tomada de decisão da gestão ambiental municipal: uma análise qualitativa.** 2013. 231p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013.

A existência de instrumentos de política e gestão ambiental não garantem, por si, a compatibilização do crescimento econômico com a manutenção da qualidade ambiental – objetivos estabelecidos pela Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81). Uma das razões para essa constatação é a desarticulação entre os instrumentos implementados, bem como a simples não implementação de alguns. Levando-se em consideração a estruturação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) dada pela política nacional, a atuação das instituições competentes é também um fator importante nesse processo, uma vez que estão vinculadas diretamente com as consequências práticas do processo decisório. Nesse sentido, a análise dos mecanismos que se relacionam com a inserção da variável ambiental no processo decisório em âmbito municipal, articulada entre as diferentes instituições que o integram, é importante para verificar os aspectos positivos e negativos relacionados à consecução dos objetivos mencionados. Nesse contexto se insere a presente dissertação, realizada com o objetivo de investigar as diferentes práticas que têm envolvido a atuação da sociedade no processo decisório, a partir do estudo dois diferentes canais de participação que se apresentam para a gestão ambiental municipal em São Carlos - SP - o Conselho Municipal do Meio Ambiente de São Carlos (COMDEMA - SC) e o Ministério Público Estadual (MP). Utilizando como referência as distinções de níveis de participação descritos pela literatura, visitas aos órgãos e levantamento documental foram sistematizados os dados a respeito da participação da sociedade ao longo de todo o período de atuação dos agentes investigados, sendo os resultados discutidos à luz da teoria, apontando as dificuldades e oportunidades para o aperfeiçoamento da prática participativa na questão ambiental municipal.

Palavras-chave: Política ambiental; participação da sociedade; gestão ambiental; desenvolvimento sustentável

Abstract

Peixoto, D. J. O. **Public participation in decision-making at the local environmental management: a qualitative analysis**. 2013. 226p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013.

The existence of instruments of environmental policy and management do not ensure, by itself, to reconcile economic growth with the maintenance of environmental quality - goals set by the National Environment Policy of Brazil (Lei 6.938/81). One reason for this finding is the disconnection between the tools implemented, and the simple lack of some. Taking into account the structure of the National Environmental System (SISNAMA) given by national policy, the role of relevant institutions is also an important factor in this process, since they are linked directly with the practical consequences of the decision making process. In this sense, the analysis of the mechanisms that relate to the inclusion of the environmental variable in decision making at the municipal level, articulated between the different institutions that comprise it, it is important to check the positive and negative aspects related to the achievement of the goals mentioned. In this context we present the dissertation, conducted in order to investigate the different practices that have involved the role of society in decision-making, from the study of two different agents that promote participation and are disponibile to municipal environmental management in São Carlos - SP - the City Council's Environment of São Carlos (COMDEMA - SC) and State Public Prosecutor (MP). Using as reference the distinctions of levels of participation described in the literature, visits to organs and documentary survey were systematized data about the participation of society throughout the period of performance of the agents investigated and those resultados discussed in the light of the theory, pointing out the difficulties and opportunities for the improvement of participatory practice in local environmental questions.

Keywords: Environmental policy; public participation; environmental management, sustainability

Sumário

1 - Introdução e justificativa	11
2 - Objetivos	13
3 - Revisão bibliográfica.....	14
3.1 - Gestão ambiental e participação da sociedade	15
3.2 - Participação e processos de aprendizagem	17
3.3 - Aspectos relevantes para a interpretação da participação da sociedade.....	19
3.4 - Níveis de participação cidadã.....	20
4 - Aspectos metodológicos.....	27
4.1 – O Conselho Municipal do Meio Ambiente e o Ministério Público Estadual no município de São Carlos (SP).....	28
4.2 - Coleta de dados	31
4.2.1 - Ministério Público	31
4.2.2 - COMDEMA-SC.....	33
4.3 –Análise do Nível de Participação da Sociedade.....	36
4.4 - Interpretação das informações produzidas	40
5 - Resultados e Discussões	40
5.1 - Análise do nível de participação da sociedade	40
5.1.1 - Ministério Público	41
5.1.2 - COMDEMA-SC.....	44
5.2 - Fatores intervenientes do nível de participação no MP e no COMDEMA-SC	46
5.2.1 - Verificação da aprendizagem demonstrada pelos sistemas.....	47
5.2.2 - Nível de participação por origem das demandas	51
5.10 - Níveis de participação por origem das demandas COMDEMA-SC.....	57
5.11 - Sistematização dos dados em função do Demandado.....	67
5.12 - Níveis de Participação por Objeto do Inquérito no MP:.....	68

5.13 - Níveis de participação em função do Demandado	73
5.14 - Relações do nível de participação com os objetos dos processos.....	79
5.15 - Níveis de participação da sociedade por Aspecto Ambiental	80
5.16 - Níveis de participação por Tema no MP:.....	81
5.17 - Participação por Tema no COMDEMA-SC:	85
6 - Considerações finais:.....	91
7 - Referências Bibliográficas.....	94
Apêndice A.....	101
Apêndice B.....	209

1 - Introdução e justificativa

Os conflitos e as preocupações relacionadas ao desenvolvimento e ao meio ambiente são atualmente um dos principais focos de atenção da sociedade. Para que se estabeleçam ações consistentes nesse sentido, devem estar garantidas políticas que apresentem objetivos claramente estabelecidos, amparadas por instrumentos de ação eficazes e com esferas de competência institucional bem definida e compatíveis com os caminhos da sustentabilidade. (SANTOS, 2004)

O Brasil dispõe de um caminho bem definido pela Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), Lei 6.938/81, compatível com os preceitos da sustentabilidade ambiental. No entanto, passadas três décadas, a articulação requerida entre seus instrumentos ainda não é verificada plenamente, prejudicando a eficácia individual e global de todo o quadro instrumental desenhado em tal política (RANIERI et. Al., 2005).

A importância da ponderação das questões ambientais no processo decisório é um ponto central na busca da sustentabilidade ambiental. No entanto, a forma como são construídas as decisões, a abertura dada à participação da sociedade e a divisão do poder de decisão devem estar presentes na implementação de uma política sustentável, como princípios (IAIA, 2006).

Neste sentido, há o entendimento de que a participação da sociedade em processos de tomada de decisão é um valor a ser necessariamente exercitado, preferivelmente desde os níveis iniciais do planejamento até a implementação de projetos ou mesmo na fiscalização de sua operação. Além disso, é importante que a sociedade tenha assegurado para si o acesso à informação e um tempo adequado para a sua integração ao processo decisório, para que possa formar opinião acerca do tema e colaborar efetivamente na tomada de decisão, fortalecendo desta forma a própria gestão ambiental.

A partir do trabalho de Arnstein (1969) e suas proposições para diferentes níveis de participação da sociedade, mensurados pelo grau de influência exercido sobre a

decisão tomada, inaugura-se um campo de pesquisas e reflexões acadêmicas de base empírica. Em relação à temática ambiental, até o momento, são poucas as pesquisas realizadas no país.

Neste sentido, o presente trabalho procura contribuir com este campo, ao voltar-se para a análise da atuação da sociedade no âmbito da gestão ambiental municipal, tomando como objeto de estudo dois de seus canais de expressão mais significativos, em termos de interface com a sociedade – o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) e o Ministério Público Estadual (MP).

2 - Objetivos

O presente trabalho tem como objetivo geral a análise da participação da sociedade nos processos de tomada de decisão em assuntos ambientais no município de São Carlos (SP), considerando três aspectos fundamentais, tomados como seus objetivos específicos:

- I) Compreensão das práticas de participação da sociedade, considerando a estrutura do processo decisório ambiental no município de São Carlos (SP), a partir da atuação do Conselho Municipal do Meio Ambiente e do Ministério Público Estadual;
- II) Estabelecimento do nível de participação da sociedade ao longo da atuação dos órgãos estudados;
- III) Verificação do nível de aprendizagem apresentado pelos órgãos estudados e sua relação com a gestão ambiental municipal.

3 - Revisão bibliográfica

O desenvolvimento humano tem sido objeto de intensas discussões, por ser fonte de inesgotáveis conflitos e preocupações da sociedade. Para lidar com estes conflitos, a opção pela via institucional tem se mostrado a mais difundida, especialmente entre as nações democráticas liberais e a partir do último quarto do século XX. Elemento comum a estes países é a estruturação de objetivos de desenvolvimento claramente definidos e ordenados por políticas públicas eficazes. Nesse sentido, uma das condições verificadas diz respeito à existência de instrumentos de apoio e de ação, diferenciados pelo nível de influência que exercem sobre o processo decisório de caráter ambiental. (CHOMPUNTH, 2013; SANTOS, 2004)

A consideração sobre as questões ambientais no processo decisório é um ponto central na busca da sustentabilidade ambiental. No entanto, a inserção da variável ambiental num meio em que predominam análises político-econômicas tem se mostrado um grande desafio para o mundo atual (GLASSON et al, 2001; HARVEY, 1998; IAIA, 2002; WOOD, 1995).

O modo como ocorrem os procedimentos de avaliações ambientais contém exemplos importantes para ilustrar essa situação, na medida em que dificilmente conseguem satisfazer outros interesses ou necessidades que não aqueles para os quais foram originalmente concebidos. Alton e Underwood (2003) afirmam que o principal problema tem sido a insistência na elaboração de documentos focados tradicionalmente nos meios físico e biótico, o que tem gerado documentos extensos, que se preocupam basicamente em apresentar a compilação de uma gama de dados, a fim de demonstrar os impactos identificados e atingir certo nível de certeza e precisão nas avaliações realizadas.

Como bem observam os autores mencionados, a prática tem demonstrado que, paradoxalmente, essa quantidade de dados apresentada nos documentos tem servido muito mais para assegurar que eles nunca serão lidos por aqueles que realmente têm interesse.

Nesse sentido, o que se identifica na maioria dos processos de tomada de decisão de caráter ambiental (que incluem, dentre outras formas de atuação da sociedade, os colegiados e conselhos de meio ambiente, as Audiências Públicas realizadas por força do processo de licenciamento ambiental, e a atuação junto ao Ministério Público) é que não tem havido um aproveitamento pleno de suas potencialidades no sentido de contribuir para a decisão final, tendo dificuldades em se efetivar em nível nacional e mundial. (SANTOS, 2006; HARTLEY E WOOD, 2005)

Conforme destaca Ross (2006), a atuação dos planejadores, dos políticos e da sociedade como um todo deve ultrapassar os limites dos meros interesses de desenvolvimento econômico e tecnológico, apontando para um desenvolvimento que leve em conta, além das potencialidades dos recursos naturais, as fragilidades dos ambientes perante as inserções dos homens na natureza.

Além disso, Jacobi (1999), traz o debate de que a busca pela sustentabilidade deve passar também pela busca da gestão participativa, contemplando principalmente grupos historicamente excluídos e mais ausentes de representatividade nas esferas do poder público.

3.1 - Gestão ambiental e participação da sociedade

Em um momento em que a questão ambiental assume lugar destacado e, desafortunadamente, negativo com relação à sua contribuição para o desenvolvimento do país por conta de uma dita “morosidade e incerteza” apontadas como “associadas ao licenciamento ambiental”, como afirmam, por exemplo, Pires e Holtz (2010), cumpre destacar que a unidade e consistência dos resultados alcançados pela implementação da PNMA é vinculada à efetiva incorporação e aplicação de todos os seus instrumentos, o que ainda hoje não acontece e, por isso, fragiliza a política ambiental nacional, abrindo seu flanco para críticas que indevidamente são feitas à sua essência e não a sua forma de implementação (RANIERI et. Al., 2005).

De modo complementar, Hartley e Wood (2005) trazem o debate de que a participação é um processo fundamental para avaliação de impactos. Wood (2002),

afirma que a avaliação de impactos não seria completa sem a participação da sociedade pois, para caminhar rumo aos preceitos da sustentabilidade, é imprescindível a existência de processos participativos, dividindo a construção das decisões e a condução dos processos ambientais.

Essa compreensão é afirmada na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU, 1992) em seu Princípio 10, dizendo que “a melhor maneira de tratar as questões ambientais é garantir a participação”, sendo desde então esse um princípio acordado por diversos países signatários da citada declaração.

Tais aspectos são ressaltados pela Convenção de Aarhus¹(United Nations Economic Commission for Europe, 1998), que tem a participação como um pilar das políticas ambientais para os seus signatários, amparada pela garantia de informações ambientais e do acesso à justiça ambiental para todos. Hartley e Wood (2005) discutem que a convenção deixa uma lacuna ao mencionar, sem maiores explicações, que podem existir processos participativos “Efetivos” ou “Fracos”, o que implica buscar em aspectos empíricos e legais embasamento para qualificar a participação entre estes níveis.

Por sua vez, May (2013) aponta que há a necessidade de uma participação efetiva para que haja avanços reais na construção da sustentabilidade em nossa sociedade. James e Blamey (1999) corroboram esta opinião, a partir de seus estudos no contexto australiano, ao demonstrarem que apenas bons métodos não asseguram a qualidade da participação da sociedade, sobretudo se esta não for prévia aos fatos que a justificam.

Atualmente, pode-se afirmar que o grande desafio que se coloca para a gestão ambiental está em encontrar formas adequadas de exploração das potencialidades do processo participativo, em que a sociedade seja definitivamente chamada à sua responsabilidade de zelar pelo meio ambiente e que, ao mesmo tempo, tenha oportunidade para contribuir com o processo decisório de modo efetivo(DOELLE e

¹A Convenção sobre o Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Questões Ambientais, firmada em 1998 na cidade de Aarhus (Dinamarca), reconhece a importância e a necessidade de facilitar a participação pública no processo decisório ambiental.

SINCLAIR, 2005). Souza (2000) entende a gestão ambiental como o conjunto de procedimentos que visam à conciliação entre o desenvolvimento e a qualidade ambiental, tendo como base a capacidade de suporte do meio ambiente e as necessidades identificadas tanto pela sociedade civil quanto pelos governos.

Segundo Barbieri (2001), não é possível atender aos diferentes requisitos de sustentabilidade, independente da definição assumida, senão através da ampliação dos espaços de comunicação e cidadania, o que, por sua vez, exige a manutenção de regimes democráticos e o aperfeiçoamento constante de suas instituições. Isso significa que, além dos canais de participação já assegurados no arcabouço jurídico, deve haver elementos dentro do processo de participação que procurem fomentar a discussão e a reflexão acerca das decisões a serem tomadas (KIRK e BLACKSTOCK, 2011).

3.2 - Participação e processos de aprendizagem

No caso específico do processo decisório de caráter ambiental, os responsáveis pela tomada de decisão seriam profundamente beneficiados com a ampla participação social. Tress & Tress (2003) entendem que a participação da sociedade no processo decisório, desde os níveis iniciais de planejamento, tem como consequência um maior comprometimento das diferentes instâncias envolvidas (governo e sociedade), aumenta o nível de satisfação do cidadão (“usuário”, em última instância, da proposta avaliada), cria expectativas mais realistas a respeito dos desdobramentos futuros e aumenta o nível de confiança no processo como um todo. Reforçando a necessidade de se entender a influência do contexto para a formulação de opiniões em um ambiente social diversificado, o trabalho de Lima (2003) apresenta uma situação na qual, ao mesmo tempo em que a população se mostra sensível à necessidade de recuperação e preservação ambiental, determinados espaços de sensibilização ambiental (corpos d’água e matas ciliares em ambiente urbano, por exemplo) são tratados com indiferença por esta população, por não entenderem qual a relação entre a situação destas áreas e as suas atividades cotidianas.

Corroborando com as afirmações anteriores, Sato e Santos (1999), afirmam que a maior parte das pessoas tem uma visão distorcida quanto à relação entre as atividades humanas e o ambiente, por ignorância ou informação inadequada. Sendo assim, para os

autores, a busca por soluções efetivas para o desenvolvimento e para o planejamento ambiental, dentro de um processo participativo, está associada a um certo grau de sensibilização e envolvimento da sociedade como um todo nas questões ambientais.

Para esses aspectos Collins e Ison (2006) apresentam que há que se analisar mais que aspectos da participação em si, mas o reflexo desse exercício para o que definem como “aprendizado social”, em que a sociedade participante dos processos de decisão paulatinamente se tornam conscientes das questões envolvidas e passam a se preocupar em dar respostas aos diversos assuntos e problemas ambientais, gerando empoderamento e gerando um efeito desejável para a efetiva construção de uma sociedade participativa e sustentável.

Vieira (2001) salienta que a identificação de problemas e alternativas de solução deve ser feita com base no registro de percepções, atitudes e valores dos diferentes segmentos sociais envolvidos: empresas públicas e privadas, agências governamentais, organizações da sociedade civil, grupos informais.

A sociedade tem assegurada, de maneira regular e rotineira, o acesso às informações relacionadas às questões ambientais para que possa formar uma opinião fundamentada acerca dos temas de seu interesse. Partidário (1999) complementa: *“a participação pública assenta numa opinião esclarecida. Não é possível esperar que um conjunto de indivíduos ou organizações possa participar de forma efetiva se não entender a lógica, os fundamentos e os objetivos da proposta de desenvolvimento sobre a qual a sua opinião é solicitada”*.

A mesma autora, acrescenta, ainda que a ausência de um sentido de coresponsabilização comunitário, que se promove com informação adequada e esclarecimentos sobre os pontos relevantes, leva a uma tendência para enfatizar uma preocupação de salvaguarda de interesses e valores do indivíduo isoladamente. Mais uma vez fica bastante clara a necessidade da informação ser democraticamente difundida e a população esclarecida sobre os pontos mais importantes e conflitantes.

Trata-se de um processo educativo, em que ocorre a disseminação de informação fomentando a conscientização. Outro ponto importante relaciona-se ao

fato da qualidade de uma decisão tomada ser dependente da qualidade das alternativas elencadas para a escolha.

Steinemann (2000) aponta que o fato das alternativas surgirem a partir de um conjunto pré-determinado pelo empreendedor, ao invés de serem desenvolvidas a partir da avaliação de seus efeitos para o meio, faz com que as avaliações de impactos ambientais – efetuadas para a elaboração de planos e projetos de desenvolvimento, ou para a implantação de empreendimentos pontuais – estejam condenadas ao fracasso, por não conseguir incorporar de modo satisfatório os valores da sociedade envolvida no processo decisório.

3.3 - Aspectos relevantes para a interpretação da participação da sociedade

Do ponto de vista de processos participativos desenvolvidos em nível mundial, Rowe e Frewer (2004) afirmam que há grande dificuldade de se estudar e efetivar a participação, pois cada exercício é muitas vezes único em termos de objetivos e contexto sócio-político. Assim, concluem que os objetivos e o contexto são elementos chave para definição de critérios efetivos para a participação da sociedade nas tomadas de decisão em planejamento.

Nesse sentido, existe uma controvérsia acerca de metodologias que, de maneira global, possam ser aplicadas para avaliar a participação da sociedade, sendo preciso estar atento às peculiaridades do sistema decisório estudado, buscando quais são as etapas ou processos que permitem perceber onde e como está a participação da sociedade, conforme apontam Nadeen e Fischer (2010).

Ainda no sentido da interpretação da forma como se dá a participação, IAIA (2006) aponta uma série de elementos e princípios considerados como melhores práticas para a participação da sociedade. Entre os princípios básicos incluem-se elementos como a informação irrestrita, o caráter educativo do processo participativo, a transparência e credibilidade e rigorosidade dos agentes e processos às regras e princípios ambientais, bem como a adequada orientação ao contexto em que se insere.

Hartley e Wood (2005) trazem o debate para o significado do que seja uma participação efetiva ou fraca, apresentando um quadro de critérios embasados nas experiências internacionais de implementação legal da Convenção de Aarhus, concluindo que existem mecanismos diversos para efetivar a participação, que dependem da forma como são interpretados os princípios e diretrizes apontadas pela convenção para a implementação dos mecanismos participativos em cada localidade com suas respectivas leis ambientais.

Chess e Purcell (1999) discutem que é necessário olhar para o processo como um todo para compreender quais exercícios de participação se dão de modo efetivo ou não. Tendo encontrado basicamente duas metodologias de análise da participação (aquelas que olham para o exercício da participação em si ou aquelas que olham para as saídas dos processos, e com elas analisam a participação), os autores apontam que a forma assumida para promover a participação (audiências, reuniões públicas, conselhos, etc.) não são determinantes para definir de antemão se o decorrer do processo de participação ou as saídas do processo apontarão para um sucesso ou não do processo total.

Quanto aos procedimentos, Heritage e Dooris (2009), destacam a necessidade de um fluxo de informações e compartilhamento de conhecimentos ao longo do processo para que os participantes tomem parte da construção das informações que irão orientar as discussões e, posteriormente, da decisão.

Tais procedimentos podem ou não ser previstos legalmente mas, mesmo assim, são considerados por Kirk e Blackstock (2011) como insuficientes para assegurar uma experiência participativa de sucesso. Muitas vezes é necessário ampliar o escopo de ação, seja por intermédio da sociedade ou mesmo por uma questão de abertura espontânea do poder público.

3.4 - Níveis de participação cidadã

Ainda que venha sendo defendida há um bom tempo por amplos setores do espectro político, Arnstein (1969) já destacava que o apoio dos governantes à ideia de participação da sociedade em processos decisórios tende a diminuir na medida em que grupos socialmente excluídos reivindicam a participação, e praticamente desaparece

quando os excluídos definem que a participação cidadã reivindicada significa a redistribuição de poder.

A mesma autora anunciava a disseminação de um modo de participação que, na verdade, não passaria de um ritual vazio, onde *“a participação sem redistribuição de poder permite aqueles que têm poder de decisão argumentar que todos os lados foram ouvidos, mas beneficiar apenas a alguns”*. Em seu entendimento a participação cidadã plena está associada ao poder cidadão. Ainda que existam diferentes entendimentos e práticas concernentes à participação da sociedade, Arnstein propõe o estabelecimento de níveis de participação cidadã, tendo-os sistematizado no formato da “escada da participação cidadã” (Tabela 1) com níveis que vão desde a não participação até o poder cidadão.

Tabela 1- A Escada de Participação Cidadã (Arnstein, 1969)

8	Controle Cidadão	Níveis de poder cidadão
7	Delegação de Poder	
6	Parceria	Níveis de concessão mínima de poder
5	Pacificação	
4	Consulta	
3	Informação	
2	Terapia	Não-Participação
1	Manipulação	

Souza (2001), em concordância com Arnstein afirma que existem graus de abertura para a participação popular nos planejamentos e governos e propõe uma escala inspirada em sua precursora (Tabela 2).

Tabela 2 - Escala de participação de Souza (2001)

8	Autogestão	Níveis mais elevados de participação
7	Delegação de Poder	
6	Parceria	Níveis de participação incipiente
5	Cooptação	
4	Consulta	
3	Informação	
2	Manipulação	Não-Participação
1	Coerção	

Apesar dos critérios adotados pelos autores para delimitar cada nível serem distintos em algumas questões, as duas classificações envolvem níveis de participação que vão desde a simples manipulação dos indivíduos e grupos até o controle dos cidadãos.

Para Arnstein (1969) só existe participação real dos cidadãos na tomada de decisão nos níveis mais elevados da escada, onde estão os níveis de Controle Cidadão, Delegação de Poder e Parceria. Já Souza (2001) discute a relação que a sociedade organizada mantém com o Estado para a tomada da decisão em cada um dos níveis, definindo o degrau mais elevado da sua escala de avaliação como sendo aquele em que não há intermediação entre a sociedade organizada e o poder estatal, chamado pelo autor de “autogestão”. Em contrapartida Collins e Ison (2006) afirmam que, muito embora depois de 4 décadas ainda sendo citada como uma das principais referências para o estudo da participação em diversas áreas do conhecimento e utilizada como base importante para a análise e classificação de processos participativos, a “Escada da Participação Cidadã” de Arnstein atualmente é questionada por autores ligados ao tema,

que a têm como insuficiente para a construção de planos, resolução de conflitos e promoção de boas práticas de participação.

Nesse sentido, Tritter e McCallum (2006) criticam a escada de Arnstein a partir de três elementos chave. O primeiro traz a questão de que a escada de Arnstein assume que a participação tem naturalmente no topo de sua hierarquia o controle cidadão instituindo uma espécie de objetivo do processo, sendo que um processo em que não se atinge o controle cidadão seria considerado como sem sucesso ou como contendo alguma falha.

Trata-se de uma visão controversa na literatura, destacando-se o trabalho de Choguill (1996) que, ao refazer o percurso de Arnstein estudando as políticas de desenvolvimento, chega à conclusão de que onde não há instituições e os cidadãos conduzem os processos numa espécie de “auto-gestão” este seria, na verdade, o nível mais baixo de participação, justamente pela ausência institucional.

Ainda assim, Tritter e McCallum (2006) rebatem que o trabalho de Choguill (1996) parte do pressuposto assumido por Arnstein de que a participação tem que se restringir a se orientar pela capacidade de intervenção popular sobre as decisões e, portanto ao poder de decisão dos cidadãos em cada processo, o que para eles não é a forma correta de observar o tema, sendo necessária uma análise mais complexa dos processos participativos para conseguir promover uma classificação adequada.

O segundo aspecto avaliado pelos mesmos autores é que a escada de Arnstein consideraria uma linearidade entre os níveis de “Não Participação” e o nível de “Controle Cidadão”, o que passa a compreensão de que as questões políticas teriam uma constância e que apenas os atores variariam de nível para nível.

O terceiro e último aspecto a que chamam atenção Tritter e McCallum (2006) tem relação com as atribuições e responsabilidades de cada um dos atores (instituições, autoridades, empreendedores e comunidade). Segundo os autores, para Arnstein as responsabilidades e atribuições variam somente em função do poder que cada um tem, dependendo do nível em que se encontra na escada de participação.

Ao aplicarem os preceitos de Arnstein sobre o setor da saúde, Tritter e McCallum (2006) relatam terem identificado lacunas que justificariam a utilização de uma abordagem voltada para um trabalho frequente de envolvimento dos usuários do setor e que atente para os fatores associados a cada um dos diferentes papéis desempenhados, como consumidores, pacientes, cidadãos, grupos médicos e uma gama enorme de atores que não poderiam ser explicados pura e tão somente pela metáfora da escada.

Apesar das necessidades de aprofundamento dos autores serem válidas, cumpre destacar que em momento algum Arnstein (1969) propõe um método de análise da participação que permita uma construção de uma política pública participativa ou que dê resposta a todos os quesitos que os autores supracitados afirmam serem lacunas de seu trabalho. Ao invés disso, a partir da constatação de um grupo de interesse com contornos bem definidos para o contexto do planejamento urbano nos EUA Arnstein coloca critérios qualitativos para que se defina o nível de participação.

E nisso, tanto Choguill (1996), Collins e Ison (2006) e Tritter e McCallum (2006) discordam de Arnstein em pontos importantes de seu trabalho, mas corroboram a ideia de que a participação não é um fato que existe apenas com a formalização de espaços ditos participativos, como a própria Arnstein (1969) já sugeria, sendo necessário para todos os autores algum tipo de critério que qualifique a forma como a participação ocorre em cada processo, além de todos os outros critérios, segundo eles, necessários para promover a implementação prática da participação nas políticas públicas.

Neste mesmo sentido, Hartley e Wood (2005) discutem que a própria Convenção de Aarhus deixa espaço para que seja qualificada a participação da sociedade dependendo das diversas posturas adotadas nos distintos processos, ficando, entretanto, pouco claro o que distinguiria a participação “Efetiva” da participação “Fracá”.

Para essa qualificação da participação, a Associação Internacional de Avaliação de Impacto (IAIA, 2006) apresenta critérios de boas práticas associadas aos exercícios participativos, estabelecendo “Princípios Básicos” e “Princípios Operativos” para a boa

participação da sociedade, podendo ser interpretados como pontos de referência para a definição qualitativa de níveis de participação.

Segundo os “Princípios Básicos”, um exercício participativo em avaliação de impacto deve observar:

1. Adaptabilidade ao contexto, em que devem ser considerados para o exercício participativo as instituições e os aspectos sócio-culturais associados a cada caso específico;
2. Informação e proatividade, em que o poder público deve manter as sociedade alvo da participação informada com antecedência em relação a tomada de decisão, bem como deve ser proativo na abertura de espaço para que haja encaminhamento por parte dos cidadãos de suas demandas;
3. Adaptabilidade e comunicabilidade, a fim de que consiga incluir e se comunicar com a heterogeneidade dos atores envolvidos;
4. Igualdade e inclusão, prevendo que mesmo aqueles não representados ou subrepresentados nos processos tenham condições de ter seus interesses de alguma maneira considerados no processo decisório;
5. Educação, contribuindo para um diálogo mútuo entre os atores, propagando o respeito entre os distintos interesses e aspectos culturais envolvidos;
6. Cooperação, prevendo que tente se privilegiar a construção da decisão por meio de possíveis consensos, do que pelo confronto;
7. Consideração das novas entradas, prevendo que a partir do processo participativo haja uma reformatação do caso, considerando as novas entradas como parte fundamental da construção da decisão.

A partir destes “Princípios Básicos” da participação, são apresentados para o contexto da avaliação de impacto quais deveriam ser os meios de implementação na prática dos princípios da boa participação, contemplando que o processo participativo comece tão cedo quanto possível, que seja bem focado e atente para as questões que devem ser negociadas, que ofereça apoio aos participantes da sociedade, que seja

organizado por etapas claras e otimizadas, que conte com abertura e transparência nas informações e decisões, que esteja orientado ao contexto do processo, e que tenha credibilidade, por meio de rigoroso respeito à ética profissional e às leis vigentes (IAIA, 2006).

De uma forma geral, é possível perceber pela literatura que a participação da sociedade não acontece de um modo único e trivial, é influenciada por diversos fatores contextuais, metodológicos e sociais, e pode conter níveis de participação que vão desde a não existência de participação, passando por níveis de participação “fraca”, ou chegando até níveis de participação “efetiva”.

No presente trabalho, portanto, considera-se que a análise do nível de participação para os casos estudados será orientada pelos os conceitos apresentados por Arnstein (1969) e Souza (2001), considerando a divisão ou não do poder de decisão nos processos, complementados pelas conclusões dos estudos de Hartley e Wood (2005) sobre a efetividade da participação, observando-se os critérios propostos por IAIA (2006) e os aspectos relacionados à presença de elementos focados na burocracia institucional ou a abertura do processo decisório a formas distintas de participação mais adequadas ao contexto, como discutem Kirk e Blackstock (2011).

4 - Aspectos metodológicos

Em termos metodológicos, a pesquisa foi desenvolvida valendo-se das atividades de revisão bibliográfica em fontes nacionais e internacionais, atividades de campo para o levantamento de informações junto às instituições envolvidas para acompanhamento de suas atividades, e análise crítica dos resultados amparados por parâmetros desenvolvidos a partir da literatura e levando-se em conta a especificidade dos órgãos estudados.

Num primeiro momento, a partir da revisão de literatura, buscou-se estabelecer as relações entre o campo teórico que circunscreve os elementos associados à participação da sociedade em processos de tomada de decisão, e os aspectos empíricos verificados ao longo da pesquisa por meio dos estudos de caso.

Sendo assim, a partir das proposições de Arnstein (1969) e Souza (2001) complementadas com a revisão da literatura, foi estabelecido um quadro referencial de análise do nível de participação da sociedade aplicável para a realidade dos canais de participação estudados, com vistas à classificação dos casos selecionados. Para este fim, todos os procedimentos que implicaram em decisões de cunho ambiental no município de São Carlos por parte do Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMDEMA-SC) ou fomentadas pelo Ministério Público Estadual (Comarca de São Carlos) foram identificados e analisados de forma sistemática.

Em linhas gerais, a presente pesquisa observou o esquema metodológico apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Síntese da metodologia aplicada

Apresentam-se, em seguida, uma breve contextualização para compreensão das atribuições e competências dos órgãos objeto do presente estudo, bem como uma descrição detalhada dos instrumentos metodológicos aplicados nas etapas de coleta e interpretação dos dados, além dos critérios que nortearam a construção e aplicação do Quadro de Análise do Nível de Participação da Sociedade proposto e aplicado pela presente pesquisa.

4.1 – O Conselho Municipal do Meio Ambiente e o Ministério Público Estadual no município de São Carlos (SP)

Conselho Municipal do Meio Ambiente de São Carlos (COMDEMA – SC):

Conforme definido pela Política Nacional do Meio Ambiente (Brasil, 1981), os órgãos ambientais e seccionais dos municípios constituem o Sistema Nacional de Meio

Ambiente - SISNAMA, com atribuições e competências estabelecidas no âmbito da política ambiental brasileira.

São Carlos é um município de médio porte (aproximadamente 220 mil habitantes) situado na região central do estado de São Paulo (IGBE, 2013), tendo instituído em 1993 (Lei Municipal 10.664/1993) o seu Conselho Municipal do Meio Ambiente. Entretanto, o conselho apenas permaneceu atuante por um breve período, entrando logo em seguida em uma dinâmica de não ocorrência de reuniões, por razões não encontradas pela pesquisa, nem justificadas por seus meios oficiais, sendo que apenas em 2002, passou por uma reestruturação que o mantém atuando continuamente até os dias atuais (Lei Municipal nº 13.038 de 31 de julho de 2002).

A lei que rege a atuação do Conselho define que o COMDEMA-SC será o *“órgão colegiado local, deliberativo, consultivo, normativo, recursal e de assessoramento do Poder Executivo Municipal em assuntos ambientais, no âmbito da competência constitucional do Município”*, sendo o órgão, portanto, responsável por examinar e decidir questões relativas ao meio ambiente na esfera municipal.

Em seu formato atual, definido pela Lei Municipal 15.381 de 2010, o COMDEMA-SC é composto por vinte conselheiros, sendo dez representantes do poder público municipal, um representante da EMBRAPA, dois representantes de universidades e sete representantes das entidades civis (sindicatos, entidades ambientalistas, associações de bairro, etc.), sendo todos os representantes que não do poder público considerados como membros da sociedade civil. Essa composição, segundo disposto na lei, é a que objetiva garantir a participação pública na tomada de decisão. A Coordenação do COMDEMA-SC é exercida, por força de seu regimento, pelo secretário municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável (ou órgão com atribuição de execução da gestão ambiental no município).

O atual regimento interno do COMDEMA-SC foi instituído por meio do Decreto Municipal nº 65 de 16 de abril de 2004 e prevê um funcionamento com reuniões ordinárias e extraordinárias, com decisões tomadas por meio de votações em que cada conselheiro tem direito a um voto. Além do plenário composto por todos os conselheiros, existe na estrutura do órgão a formação de câmaras técnicas para auxiliar

nos trabalhos e discussões que exigem alguma especificidade técnica e detalhamento, sendo parte dos membros do conselho integrantes das distintas câmaras técnicas.

Ministério Público Estadual (MP):

Por sua vez, o Ministério Público (MP) foi definido pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 127, como *“instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”*, sendo considerado o meio ambiente como um dos itens de interesse social indisponível. A estruturação do MP é definida segundo as jurisdições que envolvem as esferas da União e dos estados, sendo o chefe do Ministério Público da União o Procurador Geral da República (nomeado pelo Presidente da República) e nos estados os Procuradores são escolhidos por formação de lista tríplice e posteriormente escolhidos pelo chefe do poder executivo (BRASIL, 1988).

No estado de São Paulo, o Ministério Público tem suas atribuições e especificidades discriminadas por Lei Orgânica específica (Lei Complementar Estadual nº 734 de 1993), sendo disposto que deve colher e dar encaminhamento a denúncias e reclamações dos cidadãos em relação à atuação do poder público, executivo ou legislativo, nas áreas em que são de sua pertinência, sendo esta a mais evidente interface com a sociedade civil.

Ainda conforme as legislações citadas que prevêm sua estruturação, o ministério público deve estar presente em sub-sedes nos municípios e por seu caráter de ente fiscalizador dos três poderes possui poder de investigar, promover processos e até mesmo paralisar atos do poder público ou de entes privados, desde que interfiram no interesse público, com base em sua própria atuação ou de denúncias (demandas) colhidas da sociedade civil. Em São Carlos, o MP atua junto à Comarca do município com promotores específicos para o acolhimento de questões ambientais.

4.2 - Coleta de dados

4.2.1 - Ministério Público

De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo (LOMP/SP, Lei Complementar Estadual nº 734/93), os procedimentos básicos para a atuação do órgão em matéria ambiental observam os seguintes elementos:

1. O acolhimento ou não da denúncia por parte da Promotoria de Justiça;
2. Com o acolhimento da denúncia se dá a abertura de um Inquérito Civil Público;
3. Com o Inquérito aberto, o Promotor conduz o caso, com os meios legais para a solução do problema ambiental encontrado, promovendo a participação no caso das instituições responsáveis e, em maior ou menor medida do público interessado;
4. Com a solução do caso o Promotor promove o arquivamento do Inquérito ou, no caso de implicações que exijam julgamento do poder Judiciário é instaurada uma Ação Civil Pública, em que as partes vão ter o intermédio de um Juiz para a resolução do caso.

A presente pesquisa investigou todos os Inquéritos Cíveis Públicos arquivados na Comarca de São Carlos, ou seja, até a solução do caso ou encaminhamento ao Judiciário por meio de Ação Civil Pública, entendendo que deste modo seriam incorporados ao universo amostral da pesquisa os casos que envolveram a participação exclusiva do MP, dos denunciantes e denunciados.

Sendo assim, a partir da constatação de um formato padrão para os processos analisados, foram extraídas as seguintes informações:

1. O número do Inquérito, com o respectivo ano de abertura - todo inquérito aberto tem um número de identificação, que é utilizado como referência para comunicação interna e externa do órgão em relação ao processo; o número é composto por uma identificação inicial que remete à vara e ao promotor responsável, com o respectivo ano em que foi instaurado;
2. Numeração da caixa-arquivo - cada um dos inquéritos encerrados é arquivado em caixas numeradas, organizadas por ordem cronológica de abertura e

encerramento; internamente, cada processo arquivado na caixa carrega um código que permite identificar a ordem de entrada dos processos na caixa, o que permitiu organiza-los por ordem cronológica de arquivamento;

3. O ano de arquivamento do caso - ao final do inquérito ocorre a “Promoção de Arquivamento”, feita pelo promotor explicando como o caso foi resolvido e solicitando a manifestação do Conselho Superior do Ministério Público; com o deferimento pelo arquivamento, o promotor remete o inquérito para ser arquivado em uma das caixas, contendo no documento a data exata em que ocorreu;
4. O Promotor responsável - cada processo é distribuído em função dos assuntos de trabalho do MP, ficando sob responsabilidade de um dos promotores disponíveis; deste modo há uma gama diversa de processos que passam por distintos promotores;
5. O objeto do caso - os casos são identificados pela promotoria pelo seu objeto central, indicados na capa de cada processo;
6. Demandante- no MP há a possibilidade dos processos terem distintas origens, envolvendo tanto a sociedade civil quanto instituições do poder público; a presente pesquisa se concentrou nos casos em que a demanda foi apresentada diretamente pela sociedade civil.
7. Demandado- cada processo apresenta um agente central, sobre o qual incide a demanda em matéria ambiental, que inclui Empreendimentos e Instalações Públicas, Empreendimentos Privados e Empreendimentos Agrícolas.

Após sua leitura e interpretação, os processos foram classificados em relação ao aspecto ambiental que justificou a demanda, observando as seguintes categorias:

- “Perturbação do sossego”, quando a demanda inclui a análise de diversas questões associadas a algum fator de incômodo à vizinhança ou ao indivíduo;
- “Vegetação”, quando o debate voltava-se para a preservação e recuperação da vegetação no município;
- “Recursos Hídricos”, quando havia um debate a respeito das questões ligadas ao manejo e preservação da qualidade dos recursos hídricos em âmbito municipal.

Finalmente, os processos foram classificados quanto ao nível de participação verificado (estabelecido com base nos procedimentos descritos adiante). A Tabela 3, a seguir, apresenta os dados levantados a partir dos processos consultados.

Tabela 3 - informações levantadas junto aos processos do MP

Informação levantado	Descrição
Número do Inquérito	Número de identificação do processo
Numeração na caixa	Numeração interna do inquérito em relação a caixa
Ano de arquivamento do caso	Ano em que o inquérito foi arquivado pelo Promotor
Promotor responsável	Cada inquérito é distribuído a um promotor responsável
Objeto	Identificação do objeto descrito na capa do inquérito
Demandante	Verificação se a origem do processo foi provocada pela sociedade, instuição, etc.
Demandado	Aquele que está sendo alvo do processo, como poder público ou iniciativa privada.

4.2.2 - COMDEMA-SC

No COMDEMA-SC, foram analisados os pareceres emitidos pelo órgão e disponíveis nos arquivos físico e digital do órgão. Além da análise do próprio documento, foi feito o acompanhamento das reuniões, analisadas as atas e gravações disponibilizadas pelo órgão.

A pesquisa foi realizada sobre os pareceres emitidos pelo COMDEMA-SC desde 2003 até o final de 2012, que descrevem o posicionamento do conselho em relação às questões para as quais é acionado. De acordo com o seu regimento interno, os pareceres devem observar o seguinte formato:

“Art. 42. Os pareceres constarão de duas partes fundamentais:

I - análise global;

II - parecer conclusivo, manifestando sua posição com relação ao tema e propondo os devidos encaminhamentos.

Art. 43. Os pareceres serão aprovados pela maioria simples dos Conselheiros.” (SÃO CARLOS, 2004)

No caso em questão, é importante destacar um aspecto verificado na elaboração dos pareceres. Em praticamente todos os processos, uma minuta de parecer é apresentada à plenária para discussão e votação, de modo à construção do parecer definitivo. Normalmente, esta minuta é elaborada pela Secretaria Executiva com a participação direta do Coordenador, e em algumas ocasiões circula entre os conselheiros para manifestações antes de ser apresentada à plenária.

A partir da análise orientada aos pareceres, foram levantados os seguintes dados para cada um dos processos no COMDEMA-SC:

1. Número do Parecer - cada parecer emitido pelo COMDEMA-SC contém uma numeração, feita basicamente pelo número do parecer em ordem cronológica e o ano em que foi emitido; a anotação do número permitiu identificar a cronologia dos pareceres e processos no COMDEMA, analisados de modo complementar a partir da verificação das atas e gravações de reuniões, e demais documentações pertinentes quando existentes;
2. Demandante - no COMDEMA-SC há basicamente três tipos de origem de demanda:
 - a. *Demanda Institucional*, quando o COMDEMA recebe e encaminha em sua pauta uma demanda advinda de suas implicações formais perante o funcionamento da Prefeitura ou do diálogo com outras entidades, como o Ministério Público Estadual;
 - b. *Questionamento Externo*, quando o conselho recebe o questionamento de um cidadão ou entidade externa a respeito de algum assunto ambiental da cidade;
 - c. *Parceria com organização da sociedade*, quando o Conselho pauta em suas reuniões o estabelecimento de uma parceria direta com a sociedade civil organizada para cumprir com melhorias ambientais na cidade;
3. Demandado - os processos, de um modo geral, têm um objeto central de análise, sendo muitas vezes um “empreendimento privado” que está sendo ampliado ou em vias de instalação (com um forte predomínio de empreendimentos imobiliários), um “empreendimento público” que necessita de licença ambiental ou, por força da legislação municipal, da manifestação do órgão ambiental, ou

uma “parceria” que o próprio Conselho tem iniciativa para conduzir junto à sociedade civil organizada.

Da mesma forma como para os processos analisados para o MP, os casos analisados para o COMDEMA-SC foram classificados em relação ao aspecto ambiental que justificou a demanda (recursos hídricos, vegetação, viabilidade ambiental) e, finalmente, quanto ao nível de participação verificado (estabelecido com base nos procedimentos descritos adiante). No caso do COMDEMA, os aspectos ambientais foram interpretados da seguinte maneira:

- “Viabilidade Ambiental”, quando o conselho tinha em sua pauta a análise de diversas questões ambientais para a instalação ou ampliação de um empreendimento, analisando se suas características propostas estavam dentro das legislações pertinentes e dos critérios de qualidade ambiental discutidos;
- “Vegetação”, quando os empreendimentos ou parcerias discutidas no conselho tinham como elemento de debate a preservação e recuperação da vegetação no município.
- “Recursos Hídricos”, quando o conselho fazia um debate a respeito das questões ligadas ao manejo e preservação da qualidade dos recursos hídricos em âmbito municipal.

A Tabela 4, a seguir, apresenta os dados levantados a partir dos processos consultados.

Tabela 4 - Quadro síntese das informações levantadas em todos os processos do COMDEMA-SC

Item levantado	Justificativa
Número do Parecer	Identificação numérica e cronológica do processo
Demandante	Agente que originou a demanda pelo processo
Demandado	Objeto de análise do processo, como empreendimento público ou privado

4.3 –Análise do Nível de Participação da Sociedade

Tendo em vista as especificidades de cada órgão, e em função da diversidade de situações encontradas nos processos analisados, é razoável admitir que o nível de participação da sociedade varia em função de uma ampla gama de fatores. Desta forma, a condução da pesquisa levou em consideração o fato de que cada caso analisado possui especificidades que influenciam em sua condução, que se refletem em maior ou menor oportunidade para a participação da sociedade.

Assim sendo, e levando-se em conta as considerações apresentadas por Nadeem e Fischer (2011) relativas à necessidade de estabelecimento de um quadro de referência para facilitar e oferecer critérios objetivos para a classificação da participação, optou-se pela elaboração do “Quadro de Análise do Nível de Participação da Sociedade” (Tabela 5).

A bibliografia consultada permite identificar três categorias básicas de participação que refletem o grau de poder da sociedade na construção e tomada da decisão, consistindo os níveis denominados “Não participação”, “Participação Incipiente” e “Poder Cidadão”, sendo subdivididos posteriormente de acordo com especificidades observadas por cada autor. Esta situação é verificada, por exemplo, em Arnstein (1969) e Souza (2001).

Outros autores falam de níveis de participação e da necessidade de expressar a intensidade do processo participativo por meio de critérios que enquadrem as situações específicas (BISHOP E DAVIS, 2002; NADEEM E FISCHER, 2011).

No presente trabalho, foi formulada uma escala baseada nos trabalhos de Arnstein (1969), Hartley e Wood (2005), IAIA (2006), Kirk e Blackstock (2011) e Souza (2001), com três níveis básicos de participação e atribuídos tanto para o MP quanto para o COMDEMA-SC de acordo com os critérios apresentados a seguir:

Participação “Efetiva”

A participação pode ser considerada efetiva quando a sociedade exerce o seu direito de intervir na construção da decisão de caráter ambiental, havendo uma efetiva distribuição do poder de decisão, tendo atuação decisiva no resultado final.

No caso dos processos conduzidos pelo Ministério Público, os critérios para definir uma participação “Efetiva” decorrem das descrições de, abarcando situações nas quais o Ministério Público mantém o denunciante bastante próximo na condução do caso, sempre remetendo possíveis encaminhamentos ao interessado, realiza entrevistas com a população afetada, e baliza a sua decisão em uma esfera de participação mais ampla. Nestes casos, considera-se que há um equilíbrio na relação do poder de resolução do caso, que não fica restrito ao MP.

Em relação à atuação do COMDEMA-SC, os critérios para definir a participação efetiva foram balisados em Arnstein (1969), Souza (2001) e IAIA (2006). Nos casos em que a sociedade é efetivamente partícipe da construção da minuta de parecer, estando presente em vistorias, audiências, em que há ampliação dos debates tanto nas câmaras técnicas quanto na plenária, bem como quando há, por exemplo, um encaminhamento do processo a partir de proposições de conselheiros, e a sociedade passa, de certa forma, a assumir a condução do processo decisório, é considerado que houve participação “Efetiva”.

Participação “Fracá”

Foi considerada fraca a participação que não influencia a decisão final. Pode ser associada a processos nos quais o órgão delibera de modo protocolar, sem dar abertura para interesses da sociedade mais amplos que os já previstos em lei ou nos regimentos internos. Muitas vezes essa situação conduz a decisões tomadas sem uma efetiva intervenção da sociedade na construção da decisão final.

Para o Ministério Público, os critérios para definir a participação “Fracá” levaram aos casos que a promotoria acolheu a demanda da sociedade, mas a partir deste

momento não mais procurou o denunciante para diálogo, sendo o promotor o condutor único da solução do caso, promovendo muitas vezes soluções institucionais, por exemplo, oficiando órgãos públicos e cobrando posturas dos denunciados.

Para o COMDEMA-SC, os critérios para a participação “Frac” implicam na identificação de casos em que houve uma condução apressada por parte dos entes do poder público, acelerando os calendários, valendo-se do encaminhamento de minutas prontas para discussão e deliberação, com discussões específicas e expeditas, muitas vezes sem tempo hábil para levar a questão até a reunião seguinte.

Participação “Inexistente”

A participação foi considerada “Inexistente” quando não há nenhuma abertura para intervenção no processo decisório, não sendo outorgado à sociedade nenhum poder de decisão ou para condução da demanda.

Para o MP, os critérios para definir uma participação “Inexistente” são balizadas nos níveis de não participação (Arnstein), nos quais não há possibilidade da sociedade intervir na decisão. Foram incluídos nesta classificação os casos em que a Promotoria descartou por considerar ausência de interesse coletivo, mesmo havendo denúncia de algum dano ambiental, ou por oficiar o Demandado e apenas com base na resposta do ofício encerrar o caso, por serem considerados situações em possibilidade que não há na esfera acionada pelo cidadão de participar do processo decisório.

Para o COMDEMA-SC, este nível de participação foi atribuído aos casos em que o poder público exerceu uma espécie de manipulação por meio de ferramentas burocráticas, ou mesmo por situações aparentemente participativas, mas que por sua condução e desconsideração da opinião pública para a decisão acaba por descartar a possibilidade de participação da sociedade. Em situações nas quais houve votação sumária de algum tema que poderia ter sido debatido, ou que o parecer de questões relevantes deveria apenas ser referendado pela plenária, ou mesmo situações de tensionamentos resolvidas com ferramentas burocráticas, também foi atribuído ao processo a classificação de participação “Inexistente”.

A Tabela 5, a seguir, sintetiza o Quadro de Análise do Nível de Participação da sociedade.

Tabela 5 - Quadro de Análise do Nível de Participação da Sociedade

Quadro de Análise do Nível de Participação da Sociedade		
Participação Inexistente	MP	Classificação conforme Arnstein (1969), quando não há possibilidade no exercício em curso de que a sociedade tenha poder de intervir na decisão. Por exemplo sendo o processo não acatado pelo promotor ou não encaminhado, não tendo assim participação da sociedade.
	COMDEMA	Classificação também atribuída principalmente a partir do descrito em Arnstein (1969) a respeito dos níveis de não-participação, em que há uma espécie de manipulação burocrática do processo, ou que o poder público desconsidera sumariamente a opinião das minorias e da sociedade. Por exemplo, no caso de uma votação sumária de algo polêmico, fragilizando as posições da sociedade.
Participação Fraca	MP	Classificação embasada nas ideias de Arnstein (1969), Souza (2001), IAIA (2006), como concessões mínimas de poder, ou implementação da atribuição mais rasa do órgão em relação à sociedade. Por exemplo, em casos que a promotoria acolheu a demanda da sociedade, mas a partir deste momento não mais procurou o demandante para diálogo.
	COMDEMA	Classificação feita a partir da proposição de Arnstein (1969), contendo participação, porém com baixo poder de intervenção dos conselheiros na decisão, ou com ausência de orientação ao contexto (IAIA, 2006), ausência de ampliação do escopo tradicional (KIRK e BLACKSTOCK, 2011) em que os casos analisados tendem a uma condução mais centralizadora por parte dos entes do poder público. Por exemplo, acelerando os calendários, chegando com minutas prontas para serem deliberadas, às vezes questões já pré-aprovadas.
Participação Efetiva	MP	Classificação balizada pela descrição de Arnstein (1969) para os níveis de participação com controle cidadão, refletindo situações nas quais Hartley e Wood (2005) entendem que há efetividade da participação durante o processo e em suas decisões tomadas, bem como quando o escopo de participação é ampliado na condução do caso, seguindo o apontado por Kirk e Blackstock (2011) e as boas práticas para a participação de IAIA (2006).
	COMDEMA	Classificação com base em Arnstein (1969) e Souza (2001) a respeito da divisão do poder permitindo a condução do processo pela sociedade, observando os critérios de boas práticas da participação de IAIA (2006). Por exemplo, quando a sociedade participa da construção do parecer, em vistorias, ou na definição do encaminhamento do processo, participando de sua condução.

4.4 - Interpretação das informações produzidas

A partir da organização dos dados coletados e para os níveis de participação classificados, procedeu-se ao agrupamento dos resultados em torno do que foram considerados fatores intervenientes do processo de participação, de modo a possibilitar a análise da participação da sociedade junto aos órgãos estudados.

Tendo em vista o contexto em que as decisões são construídas nos órgãos estudados, sobretudo em termos dos procedimentos envolvidos, é razoável assumir que o nível de participação da sociedade está associado a pelo menos três elementos: a origem da demanda (o demandante), o foco do processo (o demandado), e o aspecto ambiental implicado. Além disso, a consistência da participação em termos globais pode ser verificada pela análise do nível de participação ao longo do tempo, o que pode ser entendido como associado à aprendizagem do sistema como um todo.

Deste modo, optou-se pelo tratamento dos resultados iniciais de tal modo que permitisse a verificação da variação do nível de participação da sociedade ao longo do tempo, bem como a existência de correlações entre o nível de participação e a origem da demanda, o demandante, e o aspecto ambiental envolvidos no processo. Para todos os fatores, buscou-se na literatura elementos de sustentação para as análises efetuadas.

5 - Resultados e Discussões

5.1 - Análise do nível de participação da sociedade

A partir dos critérios estabelecidos na Tabela 5, todos os processos levantados foram classificados nas categorias: “Participação Efetiva”, “Participação Fraca” ou “Participação Inexistente” e, para o caso do MP optou-se por incluir a categoria “Não se Aplica”, que reflete as situações nas quais a demanda está relacionada basicamente à atuação de órgãos do poder público (um Auto de Infração Ambiental lavrado pela Polícia

Ambiental, por exemplo, que por algum motivo leva à instauração de um Inquérito Civil para o acompanhamento pelo MP). Foram analisados cerca de 836 processos ao todo.

Deste modo, foi possível verificar o primeiro aspecto proposto na presente pesquisa, relacionado ao nível de participação da sociedade por meio dos órgãos estudados.

5.1.1 - Ministério Público

No Ministério Público, foram levantados e analisados 744 processos, que correspondem a todos os processos arquivados desde o início de sua atuação, em 1989, até meados de 2012.

A relação completa dos processos analisados no Ministério Público está disponível no Apêndice A, sendo apresentado a seguir (Tabela 6) um exemplo do levantamento efetuado em uma das caixas arquivadas.

Tabela 6 - Exemplo de Classificação MP para a Caixa 60

Caixa 60						
Processo	Ano arquivamento	Promotor do inquérito	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
94/04	2011	Promotor Sérgio Domingos de Oliveira	Reserva Legal	Polícia Ambiental	1	Não se aplica
84/01	2012	Promotor Marcos Funari	Supressão de vegetação mediante pavimentação	Polícia Ambiental	2	Não se aplica
19/09	2012	Promotor Marcos Funari	Apurar imprecisões técnicas do Projeto Básico de Drenagem de Águas Superficiais	Ministério Público	3	Não se aplica

34/08	2012	Promotor Sérgio Domingos de Oliveira	Apurar notícia de poluição de córrego da Fazenda Águas da Prata	ONG	4	Efetivo, o promotor acolheu a denúncia e fez o caso circular por diversas instâncias de órgãos, fazendo audiências e exigindo comprovações técnicas para a solução dos problemas.
-------	------	--------------------------------------	---	-----	---	---

A Tabela 7 e o Gráfico 1, apresentados a seguir, permitem verificar a distribuição absoluta e relativa entre os níveis de participação nos casos estudados no Ministério Público. Conforme se pode observar, 107 processos (ou 15% do total) foram considerados efetivos em termos da participação da sociedade, ao passo que em 61 deles (8%) a participação foi considerada fraca, e em 16 casos (2% do total) foi classificada como inexistente.

Além disso, foi possível verificar que a ampla maioria da atuação do MP se deve a demandas que não partiram da sociedade, estando vinculadas a procedimentos que envolvem a atuação de órgãos do poder público (Polícia Ambiental, CETESB, prefeitura municipal, etc.). Estes casos foram agrupados à parte, sendo considerados que não estariam relacionados à amostragem de interesse para a presente pesquisa. Tal grupo apresenta 560 casos (75% do total).

Tabela 7 - Níveis de participação da sociedade na atuação do MP para o total de casos analisados

Casos - MP			
Efetiva	Fraca	Inexistente	Não se Aplica
107	61	16	560

Gráfico 1 - Distribuição dos níveis de participação da sociedade na atuação do MP (%)

Considerando apenas a amostragem de interesse, temos que para os 184 casos em que a demanda para a atuação do MP parte da sociedade, 58% foram considerados efetivos para a participação da sociedade, 33% apresentaram participação fraca e 9% inexistente, tornando evidente a aptidão do MP para a mediação de demandas da sociedade em matéria ambiental.

Gráfico 2 - Distribuição dos níveis de participação da sociedade na atuação do MP, considerando apenas a demanda originada pela sociedade (%)

5.1.2 - COMDEMA-SC

Ao todo foram levantados e classificados 92 processos, no período compreendido entre o fim de 2003 e o fim de 2012, contemplando toda a documentação disponível do órgão.

O levantamento completo dos processos do COMDEMA-SC está disponível no Apêndice B. A seguir, a Tabela 8 ilustra a forma como os dados coletados foram organizados ano a ano.

Tabela 8 - Organização dos dados levantados no COMDEMA para o ano de 2012

Ano	2012	Justificativa	Demandado	Aspecto Principal
Número Documento	Nível Participação			
01/12	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento imobiliário. A discussão foi pautada principalmente por aspectos legais aplicáveis ao caso, não fugindo do escopo tradicional de participação.	Empreendimento Urbanístico	Viabilidade Ambiental

02/12	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento imobiliário. Entretanto, mesmo com debate acalorado ocorrido no plenário do conselho e manifestação contrária ao caráter do debate por três conselheiros, o debate protocolar foi a tônica do conselho, não havendo espaço para efetiva participação.	Empreendimento Urbanístico	Viabilidade Ambiental
03/12	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento imobiliário. A discussão foi pautada principalmente por aspectos legais aplicáveis ao caso, não fugindo do escopo tradicional de participação.	Empreendimento Urbanístico	Viabilidade Ambiental
04/12	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento comercial. A discussão foi pautada principalmente por aspectos legais aplicáveis ao caso. Não foram consideradas algumas manifestações de preocupação com a forma como o empreendimento estava sendo implementado.	Empreendimento Comercial	Uso do solo
05/12	Efetiva	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito da exigência de um EIV para empreendimento imobiliário. Foi feito debate a respeito do assunto, considerando a expertise de ONG atuante na área em questão para balizar as exigências do EIV e construir o parecer.	Empreendimento Urbanístico	Viabilidade Ambiental

No caso do COMDEMA-SC, para os 92 casos analisados verificou-se que em 32 deles (35%) a participação foi considerada efetiva, 58 (63%) fraca e em 2 (2%) casos a participação foi considerada inexistente. A tabela 10 e o Gráfico 3, a seguir, ilustram os resultados obtidos.

Tabela 9 - Níveis de participação da sociedade na atuação do COMDEMA-SC para o total de casos analisados

Casos - COMDEMA		
Efetiva	Fraca	Inexistente
32	58	2

Gráfico 3 - Distribuição dos níveis de participação da sociedade no COMDEMA-SC(%)

5.2 - Fatores intervenientes do nível de participação no MP e no COMDEMA-SC

A interpretação do nível de participação da sociedade, considerando os critérios elaborados para a presente pesquisa indicam que nos casos conduzidos pelo MP há um predomínio de participação efetiva, enquanto que no COMDEMA-SC predomina o nível de participação fraca, entretanto, é visível que ambos os órgãos possuem um número significativo de processos que se distribuem entre os distintos níveis de participação.

Assim, ainda que haja o predomínio de um nível de participação para o órgão, é possível, a partir de alguns aspectos específicos, desenvolver categorias para analisar as situações em que se encontram os processos e os respectivos níveis de participação predominante, procurando identificar quais os fatores que influenciam o resultado da participação em cada um dos órgãos.

5.2.1 - Verificação da aprendizagem demonstrada pelos sistemas

A tendência demonstrada em termos do nível de participação da sociedade ao longo do tempo foi tomada como associada ao grau de aprendizagem demonstrado pelos sistemas analisados.

Os Gráficos 4 a 7 ilustram a análise de tendência elaborada para os casos estudados no MP e no COMDEMA-SC. Os processos foram ordenados cronologicamente por sequência de arquivamento (no gráfico, optou-se por utilizar o número do processo para identificá-lo no eixo das abcissas). No caso do Ministério Público foram considerados dois conjuntos - um que inclui todos os processos, e outro que considera apenas os processos nos quais a sociedade atua como demandante.

Na primeira situação retratada no Gráfico 4 verifica-se uma tendência crescente em relação ao nível de participação da sociedade ao longo do tempo, sugerindo haver proporcionalmente um crescimento no número de casos em que a sociedade apresenta uma demanda de caráter ambiental ao MP, sendo mais perceptível nos anos mais recentes.

Gráfico 4–Análise de tendência para todos os processos no MP (1989-2012)

Tal fato pode ser compreendido como uma evidência da aprendizagem do sistema, em relação à maior percepção por parte da sociedade em relação à função do MP em atuar como mediador em questões de interesse difuso.

Para Collins e Ison (2006), tal fato seria explicado a partir do conceito de aprendizado social. Com o passar do tempo, a instituição e suas práticas se tornam mais conhecidas e utilizadas pela população, o que se reflete em aumento das demandas encaminhadas pela sociedade.

De todo modo, tal aprendizado não assegura uma participação efetiva tendo em vista que, ao serem considerados apenas os casos em que a sociedade encaminha a demanda ao MP, verifica-se tendência oposta com uma diminuição na frequência em que a participação foi efetiva (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Análise de tendência para os processos em que a sociedade apresenta a demanda ao MP (1989-2012)

É possível visualizar que na última década, mesmo com maior frequência da participação da sociedade, o nível de participação foi reduzido, sendo sugestivo traçar um paralelo entre o incremento de casos e a diminuição do nível de participação.

Neste sentido Dessie et al. (2012) discutem que no processo de “Aprendizado Social” há uma interferência da forma como as instituições lidam com os casos, sendo possível aproximar a ideia da influência institucional ao longo do tempo de uma espécie de “Aprendizado Institucional”.

Com relação à atuação do Ministério Público em São Carlos, tal aprendizado pode ser compreendido como a busca pela diminuição da complexidade na condução do processo decisório e consequente redução do espaço para a construção da decisão de modo compartilhado, motivada por fatores como, por exemplo, a necessidade de cumprimento de metas e prazos para a condução dos inquéritos civis, evidenciados nas justificativas de encerramento e condução dos processos em prazos mais restritos com o decorrer do tempo.

Ao considerar apenas a última década (2003 a 2012) a tendência de diminuição do nível de participação se torna mais evidente, ilustrada no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Níveis de Participação no MP entre 2003 e 2012

Com relação ao COMDEMA-SC também se verifica uma redução dos níveis de participação ao longo do tempo (Gráfico 7). Tendo em vista as análises realizadas foi possível perceber que no princípio há maior permeabilidade a influência do público, dada por uma rotina institucional ainda em consolidação e com maior participação. Com o tempo, porém, o órgão passa por um processo de consolidação de sua atuação, passando a mover-se mais por protocolos estabelecidos com seu desenvolvimento, valendo-se menos de mecanismos que extrapolem seu escopo tradicional e cada vez mais de critérios normativos e técnicos.

O'Faircheallaigh (2009) e Dessie et al. (2012) apontam que a abertura dos órgãos institucionais ao aprendizado social e com maior participação é determinante para soluções mais efetivas, inovadoras e democráticas para as diversas questões ambientais, sendo desejável que se estimule a adoção de mecanismos participativos e amplos.

No caso do COMDEMA-SC, a tendência revelada pelo gráfico de um fechamento do escopo participativo ao longo do tempo, aponta para uma prática institucional menos participativa e, portanto, sujeita a ser menos efetiva, democrática e inovadora.

Gráfico 7 - Níveis de Participação no COMDEMA-SC (2003-2012)

5.2.2 - Nível de participação por origem das demandas

No caso do Ministério Público, dos 185 processos nos quais a origem da demanda foi oriunda da sociedade civil, predominam 3 grandes grupos como demandantes (Associações civis, abaixo-assinado e denúncia de cidadão), descritos na Tabela 10 e Gráfico 8.

Tabela 10 - Número de processos no MP com demanda da sociedade por categoria de origem entre 1989 e 2012

ONG/Associação	Abaixo Assinado	Denúncia de Cidadão	Outros
51	57	74	3
Total:185

Gráfico 8 - Distribuição das Demandas da Sociedade no MP

Os resultados indicam que há uma divisão entre os três tipos de demandas principais encontradas no MP, com ligeira predominância da categoria “Denúncia de Cidadão”, o que mostra que a sociedade, preocupada com algum tema ambiental tem procurado o Ministério Público, ainda que individualmente.

A condução coletiva do caso, para as demandas apresentadas por ONGs/Associações civis e por abaixo-assinado, apresentam uma distribuição de número de casos bastante equilibradas entre si, somando 58% dos casos (108 processos).

Com a identificação dos grupos de origem das demandas, buscou-se verificar a existência de correlações com o nível de participação encontrado. A Tabela 12 e o Gráfico 9 demonstram a maior ocorrência de participação efetiva, com 47% dos casos classificados com o nível de Participação “Efetiva”, e 34% classificados como “Frac”.

Tabela 11 - Distribuição dos níveis de participação no MP para origem da demanda "Denúncia de Cidadão"

Origem da demanda via Denúncia de Cidadão		
Efetiva	Frac	Inexistente
35	25	14

Gráfico 9 - Distribuição dos níveis de participação no MP para origem da demanda "Denúncia de Cidadão" em %

Uma possível explicação para a prevalência do nível "Efetivo" de participação pode estar no fato, constatado pela análise dos processos, de que o denunciante ("Cidadão") normalmente está sendo diretamente afetado pelo assunto que o leva a encaminhar o fato ao MP, e passa a assumir uma postura proativa em relação à condução do processo encaminhando informações à Promotoria, consequentemente obtendo mais espaço para influenciar na construção da decisão.

A esse respeito, Jacobi (1999) discute que esse tipo de caso, em que os cidadãos partem para um protagonismo participativo, favorece a incorporação de grupos sociais e de valores diferentes dos que prevalecem nos órgãos públicos. Ainda assim, 19% das demandas encaminhadas por cidadãos foram classificadas no nível de participação "Inexistente".

Para os processos encaminhados por associações civis, verifica-se uma distribuição equilibrada entre os níveis de participação efetiva e fraca (com predomínio desta última), e uma baixa incidência de participação inexistente (Tabela 12 e Gráfico 10).

Tabela 12 - Distribuição dos Níveis de Participação no MP para origem da demanda
"ONG ou Associação"

Origem da demanda via ONG/Associação		
Efetiva	Fraca	Inexistente
22	27	2

Gráfico 10 - Distribuição dos Níveis de Participação no MP para Origem da Demanda de
"ONG ou Associação" em %

A partir dos levantamentos realizados na pesquisa, é possível sugerir que a distribuição encontrada tem relação com o demandante. Pois quando há uma associação legalmente constituída (ONG ou Associação de Bairro) que faz a denúncia e que, muitas vezes não depende diretamente daquele assunto para sua continuidade, ela acaba por não retornar ao MP para o acompanhamento com a mesma ênfase que um cidadão incomodado diretamente com algum fato.

Além disso, aparentemente os aspectos ambientais e os demandados das denúncias elaboradas por associações da sociedade civil são encaminhados de modo mais protocolar, o que de acordo com os critérios aplicados implica em um nível baixo de participação, sendo esta discussão aprofundada mais à frente.

Por fim, ainda com a sistematização dos dados da distribuição dos níveis de participação pela origem da demanda no MP ao longo de toda sua história de atuação ambiental, a Tabela 13 apresenta a distribuição dos níveis de participação no MP quando a origem da demanda é de “Abaixo Assinado”:

Tabela 13- Distribuição dos Níveis de Participação no MP para origem da demanda "Abaixo Assinado"

Origem da demanda via “Abaixo Assinado”		
Efetiva	Fraca	Inexistente
49	8	0

A partir dos dados da Tabela 13, foi feito o Gráfico 11 para colaborar com a análise da categoria:

Gráfico 11 - Distribuição dos níveis de participação no MP para demanda de "Abaixo Assinado" em %

O Gráfico 11 e a Tabela 13 trazem, com sua sistematização dos dados uma informação que salta aos olhos para esse tipo de origem de demanda, há um predomínio absoluto do nível de Participação “Efetiva”, sendo que representa 86% do total de casos encontrados nos processos analisados.

Da mesma forma chama atenção, que para este tipo de origem de demanda não há casos classificados como Participação “Inexistente”, tendo apenas 14% de Participação “Frac”, sendo esse tipo de origem de demanda para o MP o que possui a participação nos níveis mais altos entre os três analisados.

A partir da rotina de encaminhamento dos trabalhos no MP foi possível identificar alguns motivos para essa situação encontrada:

Em primeiro lugar, a maior parte dos casos em que há Participação “Inexistente” acontecem, pois, o Promotor julga o caso como “ausente de interesse coletivo”, mesmo muitas vezes se tratando de questões ambientais que, de certa forma, interessam a coletividade.

Porém, esse julgamento de que o interesse não é coletivo dificilmente ocorre na ocasião da apresentação de um abaixo assinado, pois está de certa forma implícito que um documento com diversas assinaturas deve representar mais que um interesse individual.

Sendo que o Promotor acaba por acatar o caso, mesmo que seja somente para verificar se o interesse é realmente coletivo ou não e, com isso, gera um andamento mínimo para o processo.

Além disso, há a questão de que o Promotor com um Abaixo Assinado em mãos encontra a possibilidade de trabalhar o caso com mais de um ator/demandante, tendo já um escopo para o encaminhamento de pesquisas *in locu*, contemplando visitas às casas dos denunciante, entrevistas e audiências para melhor compreender o caso e construir suas decisões a partir daí.

A tônica observada em casos que continham sua origem em um abaixo assinado foi justamente esta. O Promotor acatava o caso, por se tratar de uma questão ambiental e por ter um interesse coletivo configurado e, na maioria das vezes, promovia o caso buscando em vários momentos a participação dos denunciante, construindo as decisões e soluções com a participação da sociedade.

Por exemplo, em boa parte dos casos, foi possível perceber que mesmo quando aparentemente a situação estava resolvida, com a mudança do estabelecimento alvo da denúncia por uma vizinhança, o Promotor encaminhava consulta com os denunciante para certificar-se de que a situação estava realmente resolvida, só depois encaminhando o caso para arquivamento.

Tal situação corrobora com o discutido por Carmel (2013), pois, como são geralmente casos de conflito entre uma postura privada e um interesse coletivo, há uma tendência a que a organização das comunidades e das minorias seja o diferencial para um caso de participação pender ou não a seu favor. Chegando a exemplos de uma pequena comunidade barrar uma grande obra por sua coesão, mobilização e pela correta utilização dos mecanismos participativos disponíveis.

Neste caso, os abaixo assinados, como uma forma da sociedade se organizar e se mobilizar perante o Ministério Público tem uma efetividade de participação acentuada, indo no sentido do afirmado pelo autor.

5.10 - Níveis de participação por origem das demandas COMDEMA-SC

Para o COMDEMA-SC, também foram obtidas categorias com frequências de ocorrência significativas para serem agrupadas para possíveis análises.

Dos 92 processos analisados todos puderam ser agrupados em 3 grandes grupos, descritos na Tabela 14:

Tabela 14 - Distribuição de diferentes Demandas dos processos para o COMDEMA-SC

Institucional	Questionamento Externo	Parceria com a Sociedade
76	5	11
Total: 92		

Os dados sistematizados na Tabela 9 mostram um predomínio absoluto da demanda de origem “Institucional”, sendo que dos 92 casos classificados, 76 possuem este tipo de origem.

Os demais casos classificados possuem entre si a característica comum de não terem sido provocados pelo movimento de funcionamento dos mecanismos de gestão do poder público, classificados como origem “Institucional”.

Neste caso, há basicamente dois tipos de origem distintos, os casos em que há um ofício externo endereçado ao Conselho solicitando manifestação em relação a algum tipo de questão ambiental ou os casos em que o Conselho e a Sociedade Civil Organizada (em associações ou ONGs) formam parcerias entre si, sendo essas origens de demandas chamadas “Questionamento Externo”, com 5 casos e “Parceria com a Sociedade Organizada”, com 11 casos, respectivamente.

Para facilitar a visualização, com os dados sistematizados foi gerado o Gráfico 12, colocando percentualmente a representatividade de cada uma das origens:

Gráfico 12 - Distribuição da Origem da Demanda para o COMDEMA em %

Com o Gráfico 12, é possível visualizar o predomínio absoluto da origem da demanda sendo “Institucional”, sendo assim classificados 83% dos casos analisados.

Tal fato pode ser explicado pela própria localização do COMDEMA-SC dentro da estrutura de Gestão Ambiental Municipal, sendo colocado pelo Plano Diretor Municipal como figura ativa para se manifestar a respeito de uma série de empreendimentos, condicionados a sua tipologia e localização nas zonas descritas para a cidade.

Também o funcionamento da própria estrutura executiva do município tem colocada a necessidade de interlocução com o COMDEMA para processos administrativos e legislativos que envolvam a questão ambiental da cidade.

Além disso, diferentemente do Ministério Público, em que a tônica do sistema é que o Promotor seja procurado por atores para se manifestar a respeito dos assuntos e conduzir ou não inquéritos a partir deles, o COMDEMA-SC possui uma lógica de funcionamento distinta, em que as demandas estão no conselho muitas vezes “de passagem” para outros órgãos, não sendo o objetivo exato do conselho que as pessoas o procurem para levar sua demanda a ser resolvida somente pela ação dessa instância.

Dessa forma, o COMDEMA-SC, pelas suas características e funções básicas no processo de Gestão Ambiental Municipal, acaba por não ter como maior foco de atuação a indicação para a sociedade quede que a procure para “Questionamentos Externos” ou mesmo “Parcerias com a Sociedade”, sendo que estas categorias tiveram somente 5% e 12% de casos classificados, respectivamente.

Apesar de ser uma característica do sistema de gestão da cidade a forma como está localizado o COMDEMA-SC, ainda assim poderia ser parte do objetivo de ação dos próprios conselheiros o incentivo de que houvesse uma atuação mais aberta por parte do conselho, buscando ser parte receptora de demandas externas, explorando essa potencialidade dos mecanismos de deliberação coletiva discutidos por Piñeros e Lewis (2013).

Entretanto, pelo observado nas próprias reuniões do Conselho a necessidade de “limpar a pauta” das demandas já existentes, com reuniões contemplando vários assuntos, em que na maioria das vezes era necessário dar respostas e pareceres para vários empreendimentos em um curto período de tempo, cada qual com vários itens dos

códigos de obras da cidade, códigos de controle de enchente e etc, que eram analisados para cada caso, sempre foi bastante grande.

Não sendo, com isso, o espaço, pelo menos nas reuniões presenciadas, palco de debates a respeito do seu próprio caráter participativo e medidas que o pudessem estimular, debate que também não está presente no regimento interno do COMDEMA, dado pelo Decreto 10004/2004 .

Segundo Arnstein (1969) coloca, os Conselhos podem ser bons instrumentos para fazer com que a sociedade participe, promovendo debates e tomando decisões compartilhadas entre poder público e sociedade. Entretanto, apenas a forma participativa existir não é suficiente para garantir que se atinjam ou não níveis mais altos de participação. Sendo os conteúdos tratados e a forma como é considerada ou não a necessidade de distribuir equitativamente o poder entre os diferentes atores sociais decisivos para uma participação realmente efetiva.

Para o caso do COMDEMA-SC, sua forma e conteúdo acabam condicionando o Conselho a ter uma predominância de casos com origem da demanda “Institucional”, não diretamente significando que haja uma participação mais “Frac” no conselho, pois isso também depende da condução dos casos que ele efetivamente recebeu.

Entretanto, é possível suscitar que o predomínio da origem “Institucional” dos processos de alguma maneira pode ser um dos geradores da participação “Frac” ser majoritária no conselho. Sendo visível que ele poderia funcionar com mais situações em que o escopo de ação buscasse um maior volume de demandas externas e parcerias, atingindo assim mais possibilidades de casos participativos promovidos pelo próprio conselho.

Com os dados de origem da demanda foi feita também a Tabela 15, que contém a distribuição de níveis de Participação para a origem da demanda “Questionamento Externo”:

Tabela 15 - Distribuição de Níveis para origem da demanda "Questionamento Externo" para o COMDEMA - SC

Totais COMDEMA-SC para Origem da Demanda Questionamento Externo		
Efetiva	Fraca	Inexistente
4	0	1

A partir dos dados sistematizados foi elaborado o Gráfico 13, expressando a distribuição dos níveis em termos percentuais:

Gráfico 13 - Distribuição de Níveis de Participação para o COMDEMA-SC com Origem de Demanda "Questionamento Externo" em %

Os dados apontam para um predomínio grande do nível de Participação “Efetiva”. Sendo que são 4 casos, ou 80%, neste nível e apenas 1 classificado como “Inexistente”, pelo fato do Conselho ter se recusado a oferecer parecer sobre o assunto.

Para a compreensão desses dados, é necessário observar que o fato da própria origem da demanda ser externa e, com isso, ser gerada uma interlocução com um ator externo ao escopo tradicional do conselho. Este membro externo é um membro da sociedade civil, fazendo com que o procedimento não possa deixar de ter suas decisões

construídas a partir do entendimento com partes mais diversas e, portanto, com maior participação.

Afinal, conforme destacam Beierle e Cayford (2002), quanto mais setores acabam sendo envolvidos nos processos, mais participativo estes processos tendem a ser, pois, contemplam maior número de interesses no caso para tomar suas decisões. Sendo esta uma situação que o COMDEMA-SC poderia buscar, visando a promoção da participação em nível mais amplo.

Também foram sistematizados os dados para os níveis de Participação para os processos do COMDEMA com origem da demanda de “Parcerias com a Sociedade”, sendo obtida a Tabela 16:

Tabela 16 - Distribuição de Níveis de Participação no COMDEMA-SC para origem da demanda "Parceria com a Sociedade"

Totais para Origem da Demanda Parceria com a Sociedade		
Efetiva	Fraca	Inexistente
10	1	0

Com os dados da tabela foi construído o Gráfico 13, contendo os níveis de participação em níveis percentuais para o caso em questão:

Gráfico 14 - Distribuição de Níveis de Participação no COMDEMA-SC para origem da demanda "Parceria com a Sociedade" em %

Para estes casos, em que há uma Parceria estabelecida entre o Conselho e organizações da sociedade civil, o COMDEMA possui uma maioria absoluta de processos classificados com nível de Participação "Efetiva", sendo 91% dos casos.

Apenas 1 caso de 11, ou cerca de 9%, com esse tipo de demanda teve nível de "Participação Fraca", sendo possível traçar um paralelo com a discussão feita para o caso anterior, em que o próprio fato da demanda não ser traçada pelo escopo tradicional do COMDEMA-SC, que é muito mais pautado pelo próprio movimento institucional, definido em suas atribuições e regimento, acaba fazendo com que haja níveis de participação mais efetivos.

Muito embora essa questão não signifique diretamente que o conselho seja ou não mais participativo. Mas que há uma oportunidade de ampliar o cumprimento do princípio de que o conselho deve servir para a promoção do exercício participativo no município, alinhando assim sua atuação aos princípios da sustentabilidade ambiental, que contemplam a participação da sociedade como fundamental (FREY, 2001).

Afinal, o próprio website da prefeitura diz que os "COMDEMAs foram criados para permitir a participação da sociedade civil (organizações não governamentais –

ambientalistas, sindicatos e associações de moradores), universidades e institutos de pesquisa que, em conjunto com instituições públicas, participam da definição e acompanhamento das políticas”. (SÃO CARLOS, 2013)

Entretanto, verifica-se que constam como uma minoria dos exemplos encontrados no período analisado, esse caráter proativo de ampliação das formas de participação, revelando uma oportunidade que não aproveitada pelo COMDEMA-SC.

Por fim, para estas categorias por origem da demanda estudada para o COMDEMA-SC, foram sistematizadas as classificações para os casos em que a demanda é oriunda da movimentação “Institucional” do conselho, ou seja, por atribuições a respeito do sistema de gestão ambiental do município, como para apreciações de projetos públicos ou privados.

Para esta situação foi gerada a Tabela 17, com a distribuição do número de processos com os distintos níveis de participação:

Tabela 17 - Distribuição de níveis de participação no COMDEMA-SC para demanda "Institucional"

Totais para Origem da Demanda Institucional		
Efetiva	Fraca	Inexistente
18	57	1

Além da tabela, foi produzido o Gráfico 15, para facilitar a visualização dos casos em questão:

Para os casos em que a origem da demanda parte do movimento institucional mais tradicional do conselho, há um predomínio absoluto dos casos classificados como Participação “Frac”, sendo 75% dos casos.

Além disso, há 24% de casos analisados com classificação de Participação “Efetiva” e uma pequena parcela de aproximadamente 1%, ou 1 caso de 76 estudados, que a participação foi “Inexistente”.

Esses dados suscitam o fato constatado de que o COMDEMA-SC atua muitas vezes de modo protocolar em relação aos processos que fazem parte de seu escopo de ação mais tradicional. Boa parte dessa demanda institucional é gerada da necessidade do conselho se manifestar a respeito de algum processo que está acontecendo no município e que necessita passar pela apreciação do órgão para completar todos os carimbos necessários para sua realização.

Estes casos, acabam por formatar uma metodologia de ação no conselho que é descrita em geral pela nomeação de um parecerista, na maioria dos casos estudados o próprio presidente do COMDEMA-SC, que apresenta uma proposta de parecer ao colegiado, sem necessariamente abrir a elaboração de sua minuta para elementos e atores diversos, se restringindo a elementos mais evidentes e burocráticos, como a legislação.

Essa movimentação pode ser percebida no conselho ao longo dos relatos feitos nos próprios pareceres, que muitas vezes passam o escopo do debate travado no colegiado quando do momento da apresentação da proposta pelo relator, evidenciando uma discrepância entre as propostas apresentadas pelo parecerista e as aspirações de alguns outros conselheiros.

Sendo este fato observado um sintoma de pouca abertura quando da concepção dos objetos apreciados pelo plenário e que, para ir no sentido de uma prática participativa mais efetiva, seria necessário ir além das regras burocráticas para atingir níveis mais elevados de participação (KIRK E BLACKSTOCK, 2011).

Entretanto, muito embora os dados passem a impressão de que o conselho seria “Fraco” na participação de um modo geral, não se pode afirmar isso, pois o que está sendo evidenciado são classificações que não necessariamente descrevem que os níveis mais altos são sempre uma meta, o que descreveria uma necessidade de alcançar os níveis superiores a todo tempo, conforme afirmam Tritter e McCallum (2006).

Esta afirmação colocaria o COMDEMA como um órgão menos importante, ou talvez dispensável, para a promoção da participação pelo nível médio expresso, o que não é possível de ser afirmado segundo as teorias de Arnstein (1969) e Souza (2001), mas, pelo contrário, os níveis observados descrevem oportunidades de participação “Efetiva” que devem ser pensadas e desenvolvidas conforme os interesses da gestão e a sensibilidade dos casos.

Além disso, é possível e desejável analisar outros fatores possivelmente relacionados com o nível de participação, expressos por mais categorias de análise dos casos em questão. Afinal, muitas vezes um processo que está passando pelo crivo do conselho pode ter exigências ou um conteúdo de análise mais restrito por já estar atrelado a outras leis, ou pelo seu próprio caráter já ter um escopo mais fechado dos fatores que serão avaliados pelo COMDEMA-SC.

Neste sentido, as demais sistematizações dos dados são fundamentais para o aprofundamento da discussão sobre o caráter da participação nos dois órgãos, pois poderão oferecer mais elementos para a visualização das correlações entre os níveis de

participação e aspectos formais e conjunturais relativos aos mecanismos de participação em questão.

5.11 - Sistematização dos dados em função do Demandado

Foi possível avançar na construção de mais categorias de análise para os casos encontrados no MP e no COMDEMA - SC, sendo destacadas características importantes dos processos para fazer novas discussões a respeito do caráter da participação em relação a tais características.

Neste sentido, foram sistematizados também os dados levando em conta os objetos de decisão que estavam sendo analisados nos casos, conforme descrito na metodologia.

Tal sistematização foi importante, pois como afirmam Cain e Nelson (2013), na participação há o impacto de fatores sócio-culturais, institucionais e individuais, que influenciam o desenvolvimento de cada processo e seu respectivo desdobramento em um projeto, por exemplo.

Neste mesmo sentido, Carlise e Smith (2005), colocam que os tipos de projeto e de pessoas no processo de participação são muitas vezes decisivos para definir os marcos de como se dará o processo.

Sendo, no trabalho dos autores, encontrados exemplos diversos de casos em que a oposição a certos empreendimentos foi mais forte ou mais fraca, dependendo tipo do empreendimento para uma mesma comunidade, ou dependendo da comunidade para o mesmo tipo de empreendimento.

Cain e Nelson (2013) também afirmam que os fatores ideológicos, entendidos como o conjunto de fatores que constroem a forma como o indivíduo interpreta a realidade, são também fundamentais para distinções nos casos de participação. Influenciando, por exemplo, a priorização ou não da oposição a respeito do risco de algum projeto ou dano ambiental para sua saúde e vida, sendo mais ou menos opositor, dependendo de sua visão de mundo.

5.12 - Níveis de Participação por Objeto do Inquérito no MP:

Para os casos estudados na presente pesquisa, foram levantados e sistematizados qual o nível de participação no MP para os diferentes objetos dos processos, sendo geradas basicamente 3 categorias: Empreendimentos e Instalações Públicas, Empreendimentos Privados e Empreendimentos Agrícolas.

A Tabela 18 representa a sistematização dos níveis de participação para o objeto Empreendimento e Instalações Públicas:

Tabela 18 - Distribuição de Níveis de Participação no MP para Objeto "Instalações e Empreendimentos Públicos"

Totais para Instalações e Empreendimentos Públicos (Área Urbana)		
Efetiva	Fraca	Inexistente
19	14	3

Com a Tabela 18 foi gerado o Gráfico 15:

Gráfico 15 - Distribuição de níveis de participação no MP para Objeto Instalações e Empreendimentos Públicos

Os dados sistematizados mostram um predomínio de Participação “Efetiva”, com 53% dos casos analisados tendo atribuída essa classificação.

Os nível de participação “Fraca” aparecem também com relevância, sendo 39% dos casos. E, por fim, os casos de participação “Inexistente” com 9%.

Para esta sistematização é importante perceber que os casos em que há objetos ligados ao poder público, a participação promovida pelo Ministério Público é na maioria das vezes “Efetiva”, sendo este aspecto bastante ligado ao próprio caráter de atuação do MP, que, entre outras atribuições, tem o dever de fiscalizar o exercício do poder público fazendo a ele cumprir as leis e normas de conduta. (BRASIL, 1988)

Portanto, quando o poder público, em seus projetos ou instalações falha na conduta adequada com o meio ambiente, o MP é acionado pela sociedade e conduz o caso, na maioria dos casos com abertura ao denunciante e a outros entes da sociedade, da possibilidade de influenciar os rumos do processo, fazendo com que haja uma adequação da conduta por parte do poder público.

Por exemplo, em diversos casos, o MP encaminhou entrevistas e audiências com a comunidade afetada pelo objeto, ou mesmo fez diversas vistorias para embasar os debates acerca de como conduzir o caso.

Mesmo nos casos em que a participação é “Fraca”, o MP leva o caso para uma resolução dos problemas ambientais, porém, de forma mais protocolar, apenas engajando na solução do problema os próprios agentes do poder público.

São ilustrativos os casos em que há um vazamento da rede pública de esgotos, causando um impacto ao meio ambiente. Neles, o Promotor, na maioria das vezes, conduz o caso oficiando o serviço público de água e esgoto e o órgão ambiental para obter a solução técnica do caso, não recorrendo a população ou ao denunciante para ajudar na resolução.

Os casos em que a participação foi tida como “Inexistente” foram uma minoria e, pelo observado na pesquisa, expressam basicamente dois tipos de casos, o primeiro deles em que o MP recebe uma denúncia que seria procedente, porém o próprio Poder Público já solucionou a questão, não sendo, portanto acatado o inquérito por se tratar de uma questão inexistente no momento. O segundo deles se dá porque a denúncia é julgada improcedente, por não ter legal ou tecnicamente um problema ambiental configurado.

No sentido de avançar na discussão da participação associada aos objetos mais comuns dos processos encontrados no MP, foram sistematizados na Tabela 19 os dados da distribuição de níveis de participação para processos associados a “Empreendimentos Privados”:

Tabela 19 - Distribuição de níveis de participação no MP para objeto "Empreendimento Privado"

Totais para Tema Empreendimento Privado (Área Urbana)		
Efetiva	Fraca	Inexistente
61	17	7

Com os mesmos dados foi gerado o Gráfico 16:

Gráfico 16 - Distribuição de níveis de participação no MP para objeto "Empreendimento Privado" em %

Os dados apontam para um predomínio de casos em que a participação foi classificada como “Efetiva”, com 72% dos processos tendo este resultado.

A minoria dos casos teve participação ou “Fraca” ou “Inexistente”, 20% e 8%, respectivamente. Mostrando que para este tipo de objeto o MP costuma adotar

procedimentos que encaminhem o caso de modo mais aberto ao denunciante e a sociedade em geral.

Durante o levantamento dos dados foi possível perceber que, muitas vezes, a situação que leva o denunciante a fazer a reclamação ao órgão são conflitos por conta de perturbações ou danos que causam incômodo a si ou a comunidade.

Muitos casos acabam por gerar abaixo assinado, já formando um escopo mais abrangente de interessados e com uma tendência à participação “Efetiva” conforme discutido anteriormente. Outros casos são de manifestações individuais, que mesmo após a abertura do inquérito são repetidas com frequência, pois o denunciante está passando por problemas ao longo de vários períodos do dia.

Por exemplo, após a abertura de uma indústria ao lado de sua casa, causando barulho, vibração e outros impactos, o denunciante acaba procurando o MP várias vezes no curso do caso para relatar as situações incômodas e, com isso, oferece evidências, embasam mais as decisões que serão tomadas.

Nestas ocasiões é propício que o Promotor na condução do caso atue considerando o aporte que os vários atores podem fazer, pois, conforme aponta Roberts (1997), a eficiência e a eficácia na solução dos casos é maior quanto mais o público interessado é engajado na solução do problema, gerando aprendizado da parte dos cidadãos e soluções inovadoras para as questões.

Para o MP, por fim, foram sistematizados os dados da distribuição de níveis de participação para o objeto “Empreendimentos Agrícolas”, gerando a Tabela 20:

Tabela 20 - Distribuição de Níveis de Participação no MP para Objeto "Empreendimento Agrícola"

Totais para Tema Empreendimento Agrícola		
Efetiva	Fraca	Inexistente
1	9	2

Com os dados da tabela foi feito o gráfico 17:

Gráfico 17 - Distribuição de Níveis de Participação no MP para Objeto "Empreendimento Agrícola" em %

Esta distribuição aponta para um predomínio absoluto dos níveis de participação "Fraca", com 75% dos casos, além de um grande número de casos com participação "Inexistente", sendo a participação "Efetiva" bastante minoritária, com 8%.

Em um primeiro momento é importante ponderar sobre esses casos, que em geral são problemas ambientais denunciados por cidadãos ou ONGs ocorridos no meio rural do município. Nesses casos, muitas vezes há imprecisões nas denúncias, falta do *timing* para a abertura do caso, que acaba se resolvendo antes do inquérito, fazendo com que o promotor não as acate pelo caso não mais existir e, portanto, não dando encaminhamento, o que explica boa parte dos casos de participação "Inexistente".

Por outro lado, o MP possui um volume grande de casos com objeto "Empreendimento Agrícola" que chegam diretamente por meio da Polícia Ambiental, fazendo com que haja um procedimento que, na maioria das vezes, dispensa a participação da sociedade, sendo o caso conduzido diretamente com o órgão ambiental e o responsável pelo empreendimento.

Por isso, o Promotor, em boa parte dos casos com "Empreendimento Agrícola", mesmo que a denúncia chegue por intermédio dos cidadãos, tem a condução parecida com a

dos casos oriundos da Polícia Ambiental, não promovendo o caso em parceria ou mesmo com devolutivas ao denunciante, o que seria parte das boas práticas de participação (IAIA, 2006), devendo o público ter sempre informações de como foram encaminhados seus aportes e abertura para desenvolver uma postura proativa.

Tais aspectos observados fortalecem a afirmação de que a situação e o tipo de objeto acabam por delinear um contexto mais favorável ou não para a abertura dada pelo Promotor (ou condutores do processo participativo) para a sociedade ter mais partes contempladas nas decisões tomadas.

Estes aspectos reforçam a ideia de que há oportunidade para que sejam implementadas ações que promovam a participação “Efetiva” no MP para todos os objetos de processos analisados, caso haja uma intervenção consciente do órgão neste sentido. Podendo os promotores conduzirem os processos com maior eficiência e efetividade no órgão público, tirando proveito da vivência e das informações dos cidadãos no caso, conforme sustentam Beierle e Cayford (2002).

Ainda neste sentido, Neshkova e Guo (2011) afirmam que é importante que os responsáveis pelos processos nas instituições públicas saibam que quando adotam uma condução à frente de um caso, estão adotando também níveis mais altos ou mais baixos de participação, sendo mais ou menos favoráveis para a consolidação da atuação democrática do órgão e de sua efetividade, o que exigem os preceitos da participação (IAIA, 2006).

5.13 - Níveis de participação em função do Demandado

Para os casos do COMDEMA-SC, foram levantados e sistematizados quais os níveis de participação para os diferentes objetos dos processos, sendo geradas 3 categorias principais: “Empreendimento Público”, “Empreendimento Privado” e “Parceria com a Sociedade”.

A Tabela 21 apresenta os dados sistematizados para o objeto do processo “Empreendimentos Públicos”:

Tabela 21 - Distribuição de níveis de participação no COMDEMA-SC para objeto "Empreendimento Público"

Totais Para Tema Empreendimento Público		
Efetiva	Fraca	Inexistente
0	6	0

Com os dados da tabela foi gerado o gráfico 18:

Gráfico 18- Distribuição de níveis de participação no COMDEMA-SC para objeto "Empreendimento Público" em %

Como se pode perceber todos os processos que passaram pelo COMDEMA-SC tiveram nível de participação "Fraca", revelando que a conduta do órgão, além de seguir uma boa parte de "Demanda Institucional", quando se depara com empreendimentos públicos tem um processo predominantemente protocolar, sem abrir o processo para níveis de participação "Efetiva".

A classificação desses casos foi em muito balizada por alguns fatores que seriam: o reduzido tempo entre a entrada do caso e a sua resolução, dificultando o processo participativo via COMDEMA; havia uma relutância dos representantes do poder público em relação a considerar as sugestões e críticas dos demais conselheiros; e pela característica da prefeitura, os projetos muitas vezes já vinham em um nível de

detalhamento ou até de execução avançado, não restando muitas possibilidades de sua concepção a serem discutidas pelo conselho.

Entretanto, caso a postura do poder público, de acelerar o processo dentro do COMDEMA-SC, seja visando uma maior eficiência de suas ações, Neshkova e Guo (2011) alertariam que a eficiência dos processos públicos é mais alta quanto mais participativo é o processo, e não o contrário. Não sendo, portanto, interessante para o próprio poder público encaminhar os casos de modo acelerado e com escopo participativo menor.

Também foram sistematizados os dados para a distribuição de níveis de participação para o objeto “Empreendimento Privado”, tratando de questões relativas a análise da viabilidade da instalação de novos empreendimentos, ou da ampliação de já existentes, gerando a Tabela 22

Tabela 22- Distribuição dos níveis de participação no COMDEMA-SC para objeto "Empreendimento Privado"

Totais Para Objeto Empreendimento Privado		
Efetiva	Fraca	Inexistente
12	33	1

Com os mesmos dados foi também feito o Gráfico 19:

Gráfico 19 - Distribuição dos níveis de participação no COMDEMA-SC para objeto "Empreendimento Privado" em %

Os dados sistematizados apontam que há para os processos com objeto “Empreendimento Privado” um predomínio de participação “Frac”, sendo estes 72% dos casos.

Há, porém, 26% de casos analisados como participação “Efetiva” e apenas 2% de casos com participação “Inexistente”. Essa distribuição tem a ver com as características e os tipos de empreendimentos que estão envolvidos nessa categoria.

Em primeiro lugar, estão os empreendimentos imobiliários, sobretudo os novos loteamentos. Estes casos geralmente passam na prefeitura por uma série de órgãos e conselhos, tendo também normas e leis específicas já detalhadas.

O fato das normas específicas faz com que o COMDEMA-SC muitas vezes adote uma postura de verificar no próprio projeto se há ou não o cumprimento das regras municipais, não pautando o próprio conteúdo das regras, se restringindo, muitas vezes a considerar questões já apontadas por outros setores da municipalidade e fazer algumas sugestões como “fazer uma ciclovia nas dependências internas” ou a “utilização de calçamentos com porosidade para infiltração”, indo contra o argumentado por Kirk e Blackstock (2011) a respeito da limitação dos mecanismos legais.

Tais aspectos são importantes, mas a exigência de sua aplicação não pode ocasionar a restrição de todas as demais discussões sobre o caráter mais geral dos projetos. Ocorrendo hoje, que essa demanda mais formalista acaba por esgotar o tempo do conselho.

Ficando, muitas vezes, sua ação circunscrita a discussões mais restritas, não destacando pautas para o debate sobre os desdobramentos estruturais para a cidade de novos empreendimentos imobiliários, por exemplo.

É possível perceber que há uma oportunidade aberta com essa situação encontrada no COMDEMA-SC, pois como afirmam Heritage e Dooris (2009) há processos com sucesso em empoderar as pessoas para decidir sobre questões mais estratégicas para suas vidas, no campo da saúde, por exemplo. Sendo este para eles um aspecto desejável para o processo participativo, conseguindo ter soluções e formas efetivas.

Em segundo lugar, compõem esta categoria empreendimentos que já estão funcionando ou por estarem apenas em processo de expansão, ou por já terem iniciado as atividades mesmo sem ainda ter o processo de licenciamento concluído na íntegra.

Estes empreendimentos contêm um *timing* desfavorável para discutir aspectos mais amplos e, conseqüentemente, ampliar o escopo de participação. Afinal, no estágio em que se encontram, há dificuldades em implementar possíveis alterações no projeto.

Sobre isso, Hartley e Wood (2005) afirmam que é necessária atenção especial para que o processo de participação se dê *notiming* adequado. Afinal, um processo de discussão com escopo inapropriado para o momento pode não dar resultados tão interessantes ao processo de participação, podendo até gerar ainda mais dificuldade no entendimento entre o poder público e a sociedade civil.

Por fim, para o COMDEMA-SC foi feita a sistematização dos dados para o objeto "Parceria com organização da sociedade", gerando a Tabela 23:

Tabela 23 - Distribuição de níveis de participação no COMDEMA-SC para objeto "Parceria com Organizações da Sociedade"

Totais Para Objeto "Parceria Com Organização"		
Efetiva	Fraca	Inexistente
10	1	0

Com os mesmos dados foi feito o Gráfico 20:

Gráfico 20 - Distribuição de níveis de participação no COMDEMA-SC para objeto "Parceria com organização da sociedade" em %

A sistematização destes dados mostra um predomínio da participação "Efetiva", sendo esta 91% dos casos. Há ainda 9% de participação "Fraca" e não há casos com participação "Inexistente".

De um modo geral, os níveis de participação para o objeto "Parceria com organização da sociedade" formam uma situação bastante diferente das duas últimas para o COMDEMA-SC. Conforme discutem Barnes et. Al. (2004), as parcerias com organizações locais são frequentes em casos de participação com sucesso em valorizar a atuação a população, muitas vezes promovendo um poderoso incentivo para a ampliação do diálogo e do engajamento das comunidades.

Neste caso, é possível visualizar que no COMDEMA-SC, as parcerias realmente podem ser mecanismos que contenham uma participação "Efetiva", sendo esta a maioria das classificações para os casos. Entretanto uma parcela ainda pequena dos casos analisados pelo COMDEMA-SC, ficando a oportunidade aberta para que as parcerias com a sociedade civil sejam objeto de mais processos no órgão, chegando a promover os benefícios de uma participação "Efetiva", com empoderamento da população.

Bishop e Davis (2002) afirmam que as parcerias são importantes etapas para a abertura de processos efetivamente mais participativos. Para os autores, as situações em que o governo e organizações da sociedade conseguem estabelecer parcerias geram decisões

com mais marcos comuns entre as partes, promovendo ações mais efetivas nos diversos âmbitos.

Essa questão é percebida nos casos analisados no COMDEMA-SC, em que boa parte das parcerias feitas com associações ou ONGs tinha por objetivo organizar ações, como por exemplo, o trato de uma área verde pública, tema de interesse tanto da organização quanto do poder público. Sendo o escopo de trabalho, o financiamento e demais marcos da parceria alvos de discussão e monitoramento no conselho, retornando resultados considerados positivos.

5.14 - Relações do nível de participação com os objetos dos processos

Conforme observado nos dois órgãos, há uma influência do objeto no encaminhamento dos processos. A partir da distinção dada por aspectos conjunturais ou legais, a forma como é conduzido o caso varia de objeto para objeto, descrevendo níveis de participação distintos.

Todos os casos, entretanto apontam para a oportunidade de uma participação efetiva, sendo considerável a hipótese de que, em alguma medida, o nível de participação “Frac” muitas vezes poderia ser substituída por participação “Efetiva”, entretanto, há uma aparente ausência de clareza dos órgão a respeito de seu dever de promover a participação.

Isso pode ser percebido analisando o regimento do COMDEMA-SC (Decreto Municipal 1004/2004) e os principais regimentos legais para o MP (LOMSP, Constituição Federal, etc.), não está citada a necessidade de que os órgãos promovam a participação da sociedade, nem como um princípio, ne como um objetivo. Sendo que ampliar o quadro legal para a participação pode ser uma importante medida para ampliar clareza do poder público a respeito da importância de decisões participativas, conforme relatado por Chompunth (2013).

Além da influência legal, há aspectos conjunturais associados a variação dos níveis de participação em relação aos objetos dos processos nos órgãos. Isso pode ser percebido

com a fraqueza enfrentada pela participação da sociedade no COMDEMA-SC quando está lidando diretamente com um Empreendimento Público, de interesse direto do poder público.

Há também a influência do poder econômico, associada a uma pressão para que o órgão em questão haja com responsabilidade para não prejudicar o desenvolvimento econômico municipal, sendo que para Santos (2006) esta influência, do poder econômico sobre as questões ambientais, é vista como prejudicial, fragilizando o caráter da promoção das políticas públicas para defesa do meio ambiente.

Nos órgãos estudados, foram enfrentadas ocasiões em que “Empreendimentos Privados” eram o objeto do processo a condução protocolar e a falta de abertura nos escopos participativos fez com que houvesse um número considerável de casos com participação “Fracá”.

Para avançar nos debates a respeito dos aspectos conjuturais, é possível elencar e discutir os níveis e participação nos processos a partir dos Temas em pauta.

5.15 - Níveis de participação da sociedade por Aspecto Ambiental

Conforme descrito na metodologia, para cada um dos processos em ambos os órgãos foram levantados os principais temas ou questões ambientais que estavam sendo alvo do processo. Os resultados desse levantamento apresentam algumas características interessantes para seguir na discussão do caráter da participação encontrada nos órgãos.

Os temas elencados foram aqueles com maior incidência de casos, buscando também os que se repetem entre os órgãos, para identificar o comportamento de cada um dos espaços para processos com temas semelhantes.

Com o agrupamento dos casos, foi possível desenvolver ainda mais a discussão, encontrando novos elementos para analisar a participação da sociedade a partir dos órgãos em questão.

5.16 - Níveis de participação por Tema no MP:

Para o MP foram destacados três temas principais dentro de seus processos. Os temas separados foram aqueles que mais ocorreram no órgão, sendo que com sua aplicação foram sistematizados os dados dos níveis de participação da sociedade no MP para os temas “Recursos Hídricos”, “Vegetação” e “Perturbação do Sossego”.

Na Tabela 24, estão sistematizados os dados da distribuição de níveis de participação no MP para o tema “Recursos Hídricos”:

Tabela 24 - Distribuição de Níveis de Participação no MP para Tema "Recursos Hídricos"

Totais para Tema Recursos Hídricos		
Efetiva	Fraca	Inexistente
10	8	1

A partir dos dados sistematizados, foi também gerado o Gráfico 21:

Gráfico 21 - Distribuição de Níveis de Participação no MP para Tema "Recursos Hídricos" em %

Os dados sistematizados apontam para um predomínio da participação “Efetiva” nos casos analisados com 53%. Tendo, entretanto, uma grande quantidade de casos em que a participação foi “Fraca”, sendo estes 42% dos casos estudados.

De modo geral, a participação para estes casos contém bons exemplos de participação efetiva. É importante que haja abertura para maior participação nos casos, sendo a participação fator importante para angariar novos roteiros para solucionar os problemas tradicionais de uma cidade (HERIAN et al, 2012), que no caso de São Carlos – SP são consideráveis, conforme relata Decina (2012) em relação às enchentes.

Tal modo de participação, entretanto, expressa que há certos casos em que a condução do Promotor não se enquadra no descrito anteriormente, sendo conduzido de modo mais protocolar e via instituições. Esse grande número de casos com participação “Frac”, se deu, em grande medida, pelo fato de que há muitos casos com problemas técnicos oriundos da operação dos sistemas, sendo que o Promotor acaba por encaminhar a solução simplesmente cobrando que sejam realizadas manutenções ou adequações nas instalações.

Também para o MP, foram sistematizados os dados da participação da sociedade para processos com o Tema “Vegetação”, sendo os dados expressos na Tabela 25:

Tabela 25 - Distribuição dos níveis de participação no MP para Tema "Vegetação"

Totais para Aspecto Vegetação		
Efetiva	Frac	Inexistente
11	20	2

Com os dados da tabela foi feito o Gráfico 22:

Gráfico 22 - Distribuição dos níveis de participação no MP para Tema "Vegetação" em %

Os dados sistematizados mostram que há para o Tema da "Vegetação" um predomínio grande da Participação "Fraca", sendo estes 61% dos casos encontrados no órgão. Também há 33% de Participação "Efetiva" e 6% de Participação "Inexistente".

Processos relacionados ao Tema vegetação estão bastante presentes no MP, mesmo que com sua demanda inicial não oriunda da população. Por exemplo, há uma série de casos conduzidos pelo órgão ambiental ou pela Polícia Ambiental que tratam do assunto.

Boa parte desses casos são relacionados a zona rural da cidade, sendo danos a vegetação causados por uso de máquina agrícola em locais inapropriados ou queimadas. Conforme já discutido para os casos em que o Objeto do processo são "Empreendimentos Agrícolas", o MP acaba por desenhar um protocolo de ação para estes casos, contemplando ações institucionais, sem participação da sociedade na condução do caso, levando a um predomínio de Participação "Fraca".

Por fim, foram sistematizados os dados no MP para o Tema "Perturbação do Sossego", que foi o que mais possuiu casos classificados no órgão. Com os dados sistematizados foi gerada a Tabela 26:

Tabela 26 - Distribuição dos níveis de Participação no MP para Tema "Perturbação do Sossego"

Totais para Tema Perturbação de Sossego		
Efetiva	Fraca	Inexistente
40	6	4

Com os dados da tabela foi também gerado o Gráfico 23:

Gráfico 23 - Distribuição dos níveis de Participação no MP para Tema "Perturbação do Sossego" em %

Os dados apontam para um predomínio absoluto da Participação “Efetiva” no caso, com 80% dos processos. Há uma minoria de casos com Participação “Inexistente”, 8% e 12% de casos com Participação “Fraca”.

Tais dados apontam para uma questão interessante, afinal, mesmo que o Ministério Público tenha atribuição de zelar pelos bens difusos, caracterizados por interesse coletivo, os casos em que a participação é mais efetiva dos analisados são precisamente os que o problema relatado tem uma motivação individual forte.

Afinal, quando há perturbação do sossego, há uma situação em que as pessoas estão diretamente interessadas na resolução do problema, sendo a situação condicionante para conseguir ter seu dia a dia menos incomodada pela questão ambiental que está

perturbando o ambiente, o que faz com que haja uma maior recorrência de idas ao órgão para que a resolução do problema se dê de fato.

Além disso, “Perturbação do Sossego” não tem normas e regras completamente definidas para ser medida ou mesmo equacionada. Quando o problema aparece é necessário que o Promotor atue no sentido de compreender o caso nas minúscias para saber quais são os fatores de incômodo e encaminhar o caso de modo efetivo.

De modo geral, essa postura do MP, mesmo que guiada pela especificidade do caso, acaba por ser uma forma interessante de condução do caso, tendo aderência para as questões levantadas por Kirk e Blackstock (2011), que dizem que a Participação Efetiva não ocorre necessariamente pelo simples fato de ser garantida ou amparada por leis, mas quando há uma abertura dos órgãos para situações mais amplas, coletando dados ocasionais e, assim, construindo decisões que efetivamente levem em conta o diálogo e o compromisso com o público.

No caso do Tema “Perturbação do Sossego” essa situação pode ser percebida, pois além de não haver uma normatização específica para a participação da sociedade no MP, também não há para os casos de perturbação do sossego. Mesmo assim, os casos entre os três temas estudados foram os que retornaram o maior nível de participação da sociedade.

5.17 - Participação por Tema no COMDEMA-SC:

Para o COMDEMA-SC foram destacados três Temas principais dentro de seus processos. Os critérios para a separação dos temas está melhor descrita na metodologia do trabalho, sendo que com sua aplicação foram sistematizados os dados dos níveis de participação da sociedade no COMDEMA-SC para os temas “Recursos Hídricos”, “Vegetação” e “Viabilidade Ambiental”.

Para o Tema Recursos Hídricos, os dados foram sistematizados e foi gerada a Tabela 27:

Tabela 27 - Distribuição dos níveis de participação no COMDEMA-SC para Tema "Recursos Hídricos"

Totais Para Aspecto Recursos Hídricos		
Efetiva	Fraca	Inexistente
7	7	1

Com os dados da tabela foi também gerado o Gráfico 24:

Gráfico 24 - Distribuição dos níveis de participação no COMDEMA-SC para Tema "Recursos Hídricos" em %

A sistematização dos dados aponta para um equilíbrio entre os níveis de Participação “Fraca” e “Efetiva”, com aproximadamente 47% de casos para cada uma delas. Há também uma minoria de casos com Participação “Inexistente”, totalizando aproximadamente 7%.

De um modo geral, é possível distinguir que esse tema contraria a média geral dos níveis de participação no COMDEMA-SC, que aponta para um predomínio de Participação “Fraca”. Para compreender essa situação é importante recorrer a memória de quais tipos de casos estão sendo analisados.

Boa parte dos processos com Tema “Recursos Hídricos” são casos que tem por objeto “Empreendimentos Privados” de origem empresarial, que são casos em que há uma análise do potencial impacto do projeto, sobretudo na dinâmica hídrica municipal. Como a questão hídrica é sensível no município (DECINA, 2012) e há um acúmulo de debate sobre o tema, haja visto os planos municipais relacionados ao tema, os debates no COMDEMA-SC sobre o assunto tendem a uma abertura favorável ao público.

Entretanto, mesmo com um tema sensível para o município, há ainda assim uma forte presença de participação “Frac”, relatando mais uma vez a atuação mais protocolar e menos aberta para a divisão do poder de decisão com a sociedade, reforçando a impressão de que o COMDEMA-SC poderia fortalecer mais a participação da sociedade, tendo este como um pilar para melhorar a atuação do próprio órgão, conforme é ressaltado por Nogueira et. Al. (2012).

No sentido de continuar com o debate a respeito dos Temas para o COMDEMA-SC, foram também sistematizados os dados para o Tema “Vegetação” na Tabela 28:

Tabela 28 - Distribuição de Níveis de Participação no COMDEMA-SC para Tema "Vegetação"

Totais Para Tema Vegetação		
Efetiva	Fraca	Inexistente
6	12	1

Com os dados da tabela foi também gerado o Gráfico 25:

Gráfico 25 - Distribuição de Níveis de Participação no COMDEMA-SC para Tema "Vegetação" em %

Os dados para Vegetação, diferentemente dos dados para Recursos Hídricos seguem a tendência geral do COMDEMA-SC, com um predomínio da Participação “Frac”, com

63%, enquanto a Participação “Efetiva” é de 32%. Há ainda um caso, ou 5% de Participação “Inexistente”.

Para esses casos, fica evidente que o Tema Vegetação está mais ligado a questões que o município trata com menor participação, sendo que muitas vezes isso é influenciado pelo fato de se ter uma aplicação legal em detrimento de qualquer outro elemento que possa aparecer a mais, com uma participação mais acentuada.

De modo geral, esses casos em que há aspectos da vegetação sendo discutidos pelo conselho estão ligados a “Empreendimentos Públicos”, que é o objeto que possui na totalidade casos de Participação “Frac”, desnudando que o município, tendo seus interesses de construção ou implementação de algum equipamento público, acaba por fragilizar a participação da sociedade, deixando inclusive de ampliar o escopo de participação em questões importantes para o meio ambiente, como a vegetação.

Segundo Tabbush (2004), a participação da sociedade para questões ligadas a vegetação, como florestas, podem ter um real ganho quanto a sua preservação e manutenção quando tratadas com níveis mais altos de participação da sociedade, sobretudo em áreas públicas.

No COMDEMA-SC há exemplo de caso avaliado como de sucesso (pelo próprio conselho) tratando do Tema Vegetação, em que foi promovida parceria com organização da sociedade, tendo não só um nível de Participação “Efetiva”, como também melhorando a preservação da área verde pública em questão, o que mostra a possibilidade de ampliação deste tipo de mecanismo.

Por fim, para o COMDEMA-SC, foram sistematizados os dados para o Tema “Viabilidade Ambiental”. Os dados obtidos seguem na Tabela 29:

Tabela 29 - Distribuição de níveis de Participação no COMDEMA-SC para Tema "Viabilidade Ambiental"

Totais Para Tema Viabilidade Ambiental		
Efetiva	Fraca	Inexistente
5	29	0

Com os dados da tabela foi gerado o Gráfico 26:

Gráfico 26 - - Distribuição de níveis de Participação no COMDEMA-SC para Tema "Viabilidade Ambiental" em %

Os dados apontam para um predomínio absoluto da Participação “Fraca”, o que, de um modo geral, é a realidade dos processos no COMDEMA-SC. Porém, para o caso em que a análise do processo tem a ver com a viabilidade ambiental de algum empreendimento, o conselho tem uma média de Participação “Fraca” ainda maior que na média geral.

Tal fato é preocupante, pois, conforme mostram Dias e Sanchez(1999), quando os procedimentos utilizados são burocratizados, partindo para a mera interpretação e aplicação de leis, o processo de avaliação da Viabilidade Ambiental de projetos fica prejudicado. Sendo que quando há a possibilidade de se valer da participação da sociedade é recomendado que se faça para que o processo se dê na plenitude, sendo evitados danos ambientais mais acentuados.

Entretanto, a realidade no conselho em São Carlos, aparentemente, não se apoia nestes elementos teóricos. Uma boa parte dos projetos apresentados esteve muitas vezes sujeito a análises de normas construtivas, aplicabilidade de instalações e uma série de outras discussões, que não exatamente colaboram para a ampliação do escopo participativo, deixando, por exemplo, de pesquisar possíveis afetados pelo projeto e considerar sua participação na tomada de decisão, o que é feito para alguns poucos casos.

Além disso, o COMDEMA-SC, de um modo geral, tem a oportunidade de ampliar a participação da sociedade na gestão ambiental municipal. Passam por sua análise diversos assuntos de relevante interesse para a cidade, como questões de Recursos Hídricos, Vegetação e um grande número de casos sobre a Viabilidade Ambiental de projetos, em que sua manifestação se apegue a vários elementos do meio ambiente.

Entretanto, para nenhum dos casos a participação “Efetiva” foi tida como majoritária, sendo esta uma realidade que dada pela forma de atuação do conselho, que muitas vezes acaba por se pautar por dar respostas burocráticas as certas demandas e menos por uma relação proativa para a formulação de políticas ambientais para o município, deixando de fora discussões de caráter mais amplo e mesmo um escopo participativo maior para as decisões que tem que tomar.

6 - Considerações finais:

Tanto o Ministério Público quanto o COMDEMA-SC apresentam-se como atores da gestão ambiental municipal, recolhendo e decidindo a respeito de demandas para a movimentação dos processos no município. Ambos os órgãos tem a promoção da participação da sociedade, a partir da divisão do poder de construir as decisões ser, em parte dos casos, dividida com a população.

A participação da sociedade nos órgãos estudados tem sido realizada nos mais diversos níveis. Tal fato pode ser investigado com diversas categorias de análise, demonstrando que há relação entre o nível de participação encontrado e aspectos legais e conjunturais dos processos.

Os aspectos legais condicionam a tramitação dos casos, fazendo com que no cumprimento do exercício legal, os órgãos se limitem, não tendo ações que ampliem o escopo participativo, levando o caso a níveis mais baixos de participação, com movimentações protocolares e menos abertas a dividir o poder de formular as decisões tomadas com a sociedade.

Também pode ser elencado que o fato dos órgãos investigados, que promovem na prática exercícios participativos, legalmente não terem essa preocupação expressa, não sendo discutidas as formas de atuação a partir das boas práticas para a participação da sociedade propagadas pela literatura.

Essa evidência deve ser melhor pesquisada para que se obtenham novas conclusões a respeito da melhoria na efetividade da participação a partir do reconhecimento legal e institucional deste papel. Mesmo assim, as oportunidades de participação poderiam ser efetivamente aproveitadas com uma atuação dos órgãos as contemplando como um objetivo formal.

Conforme observado nos órgãos, há espaço para que as ações de participação sejam promovidas em níveis “efetivos”, sendo este objetivo salutar para o sistema de gestão municipal, afinal Neshkova e Guo (2011) afirmam que há relação entre a efetividade das ações do poder público e a participação da sociedade, sendo mais efetivas quanto mais participação.

Neste sentido, há que se investigar ainda mais as relações dos níveis de participação com aspectos legais e conjunturais. Pois, a fragilidade da participação da sociedade em órgãos, que mesmo que não tenham legalmente a atribuição de promovê-la, acaba por fragilizar sua própria legitimidade, pois, as decisões tomadas podem estar muito distantes dos anseios da população por não conseguir ter uma visão dos setores mais excluídos, geralmente menos influentes no poder público (Jacobbi, 1999).

Os aspectos conjunturais dizem respeito a certos fatores que influenciem na conduta do poder público ou dos cidadãos no processo participativo. Embora a condução dos casos não seja distinguida regimentalmente para tipos de objetos ou temas dos processos, há distinção nos encaminhamentos dados e, conseqüentemente, nos níveis de participação.

Neste aspecto, sobretudo as relações de interesse entre o poder público municipal e o COMDEMA-SC podem ser mais pesquisadas e discutidas, por haver evidências de que o *timing* dos processos acaba, muitas vezes, por ser prejudicial ao exercício da participação, sendo possível aprofundar na compreensão dessa especificidade, de modo a colaborar com a condução do poder público em formas mais conectadas com medidas sustentáveis.

Além disso, uma futura busca sobre a relação entre os órgãos pode fornecer maiores esclarecimentos a respeito do caráter participativo e da atuação de cada um deles na gestão ambiental municipal, fazendo, por exemplo, o cruzamento entre os processos com insucesso na participação no COMDEMA-SC que foram para o Ministério Público ou vice-versa.

Deve-se ressaltar ainda a relação conjuntural, feita a partir de processos envolvendo entes privados e o exercício da participação, sendo possível verificar que algumas vezes o encaminhamento dado pelo órgão acaba também por ir por vias mais burocráticas e menos aberta para o exercício de participação em níveis mais efetivos. Isso é algo que deve ser foco de preocupação, pois a influência de interesses econômicos tem potencial prejudicial para a prática sustentável e socialmente justa.

Entretanto, nos órgãos foram identificados bons exemplos de casos com participação “Efetiva”, sobretudo casos em que a sociedade se organizou e utilizou corretamente dos mecanismos participativos, como nos casos de abaixo assinado encaminhados para o Ministério Público, ou de parcerias travadas entre o COMDEMA-SC e a sociedade civil organizada, visando a melhoria ambiental do município.

Esses casos de participação “Efetiva” traduzem os anseios da população ao poder público, promovendo uma abertura do órgão a iniciativas e informações da sociedade, fazendo com que as decisões tomadas tenham influência mais ampla e maior divisão do poder de decidir, contemplando maior participação. Com isso, são promovidos exercícios que podem servir de exemplo para uma discussão a respeito das formas e da conveniência em se promover a participação da sociedade.

Como essa pesquisa foi feita para o contexto de um único município, com dois canais de participação que se apresentam ao processo da gestão ambiental municipal, por isso, recomenda-se a pesquisa em mais municípios e órgãos para um aprofundamento das discussões aqui apresentadas, bem como da busca de maiores evidências e novas conclusões sobre a participação da sociedade na gestão ambiental municipal.

7 - Referências Bibliográficas

ALTON, C. C.; UNDERWOOD, P. B. (2003). Let us make impact assessment more accessible. **Environmental Impact Assessment Review**. 23 (2003), 141-153.

ARNSTEIN, S. R. (1969). A Ladder of Citizen Participation. **JAIP**, Vol. 35, N°4, pp 216-224, Julho 1969.

BARBIERI, J. C. (2001). **Desenvolvimento e meio ambiente – as estratégias de mudanças da Agenda 21**. 4ª. Edição. Petrópolis: Editora Vozes.

BARNES, M.; NEWMAN, J.; SULLIVAN, H. (2004). Power, Participation and Political Renewal: Theoretical Perspectives on Public Participation under New Labor in Britain. **Social Politics** 11(2):267-279.

BEIERLE, T. C.; CAYFORD, J. (2002). **Democracy in practice**: Public participation in environmental decisions . Washington, DC: Resources for the Future.

BISHOP, P., DAVIS, G. (2002). Mapping Public Participation in Policy Choices. **Australian Journal of Public Administration** 61(1):14-29.

BRASIL. (1981). Política Nacional de Meio Ambiente, **Lei 6.938**, 31 de agosto de 1981.

BRASIL. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 1988.

CAIN, N. L.; NELSON, H. T. (2013). What drives opposition to high-voltage transmission lines? **Land Use Policy**, 33: 204–213

CARLISLE, J.; SMITH, E.R. (2005). Postmaterialism vs. Egalitarianism as Predictors of Energy-related Attitudes 1. **Environmental Politics**, 14 (4), 527–540.

CARMEL, A. (2013). The networked minority: how a small group prevailed in windfarm conflict. *Energy Policy* (2013), <http://dx.doi.org/10.1016/j.enpol.2013.02.048>. Acessado 19/05/13

CAVALCANTI, C. (2001). **Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva**. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. 3ª. Edição. São Paulo: Ed. Cortez.

CHOMPUNTH, C. (2013). Public Participation in Environmental Management in Constitutional and Legal Frameworks. **American Journal of Applied Sciences**, 10 (1): 73-80, 2013.

COLLINS, K.; ISON, R. (2006). Dare we jump off Arnstein's ladder? Social learning as a new policy paradigm. In: **Proceedings** of PATH (Participatory Approaches in Science & Technology) Conference, 4-7 June 2006, Edinburgh.

COWELL, D. W. (1998). Ecological landscape planning techniques for biodiversity and sustainability. **Environmental Management and Health**, 9:2 1998, 72-78.

DECINA, T. G. T. (2012). Análise de medidas de controle de inundações a partir da avaliação de cenários de uso e ocupação do solo na bacia hidrográfica do Córrego do Gregório, São Carlos – SP. 177 f. **Dissertação** (Mestrado em Hidráulica e Saneamento) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2012.

DESSIE, Y.; SCHUBERT, U.; WURZINGER, M.; HAUSER, M. (2012). The role of institutions and social learning in soil conservation innovations: Implications for policy and practice. **Environmental Science & Policy** 27:21-31.

DIAS, E. G. C. S.; SÁNCHEZ, L. E. (1999). A participação pública versus os procedimentos burocráticos no processo de avaliação de impactos ambientais de uma pedreira. **Revista de Administração Pública**, v. 33, n. 4, p. 81-91.

DOELLE, M.; SINCLAIR, A. J. (2006). Time for a new approach to public participation in EA: Promoting cooperation and consensus for sustainability. **Environmental Impact Assessment Review** 26 (2006) 185 – 205.

EDWARDS, V. M.; STEINS, N. A. (1999). A framework for analysing contextual factors in common pool resource research. **Journal of Environmental Policy and Planning**. 1 (1999), 205-221.

FREY, K. (2001). A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para o poder local. **Ambiente & Sociedade** – Ano IV – N°9, 115-148.

GLASSON, J.; THERÍVEL, R.; CHADWICK, A. (2001). **Introduction to environmental impact assessment**. London: Spon Press.

GRIMBLE, R. (1998). **Stakeholder methodologies in natural resource management**. Socioeconomic Methodologies. Best Practices Guidelines. Chatham, UK: Natural Resources Institute.

HARTLEY, N.; WOOD, C. (2005). Public participation in environmental impact assessment—implementing the Aarhus Convention. **Environmental Impact Assessment Review**. 25:319 – 340.

HARVEY, N. (1998). **Environmental impact assessment** – procedures, practice and prospects in Australia. Oxford: Oxford University Press.

HERIAN, M. N.; HAMM, J. A.; TOMKINS, A. J.; ZILLIG, L. M. P. (2012). Public Participation, Procedural Fairness, and Evaluations of Local Governance: The Moderating Role of Uncertainty. **Journal of Public Administration Research**.

HERITAGE, Z.; DOORIS M. (2009). Community participation and empowerment in Healthy Cities. **Health Promotion International**, Vol. 24. i45-i55.

IAIA - INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR IMPACT ASSESSMENT. (2002). **The Linkages between impact assessment and the sustainable development agenda, and recommendations for actions**. Fargo.

IAIA– INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR IMPACT ASSESSMENT. (2006). **Public Participation – International Best Practice Principles**. Special Publications Series N°4. Fargo.

IBGE. (2013). **IBGE Infográficos Cidades** – São Carlos – SP. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=354890>. Acessado em 24/07/2013.

JACOBI, P. (1999). Poder local, políticas sociais e sustentabilidade. **Saúde e Sociedade** 8(1) 31-48.

JAMES, R. F.; BLAMEY, R. K. (1999). Public participation in environmental decision making – rhetoric to reality? In: **INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON SOCIETY AND RESOURCE MANAGEMENT**, 1999, Brisbane. Austrália, 1999. p. 1-25.

KIRK, E. A.; BLACKSTOCK K. L. (2011). Enhanced Decision Making: Balancing Public Participation against Better Regulation in British Environmental Permitting Regimes. **Journal of Environmental Law** 23:97-116.

LIMA, R. T. de (2003). Percepção ambiental e participação pública na gestão dos recursos hídricos: perfil dos moradores da cidade de São Carlos, SP (Bacia Hidrográfica do rio do Monjolinho). São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos. **(Dissertação de Mestrado)**, 2003.

MAY, C. K. (2013). Power across scales and levels of fisheries governance: Explaining the active non-participation of fishers in Two Rivers, North Carolina. **Journal of Rural Studies** 32 (2013) 26-37.

NADEEM, O; FISCHER, T. B. (2011). An evaluation framework for effective public participation in EIA in Pakistan. **Environmental Impact Assessment Review** 31 (2011) 36–47.

NESHKOVA, M. I.; GUO, H. D. (2011). Public Participation and Organizational Performance: Evidence from State Agencies. **Journal of Public Administration Research and Theory**. 22:267–288.

NOGUEIRA, C. R. D.; ALMEIDA, N. L.; CARDOSO, A. (2012). O município de Santo Ângelo – RS e o protagonismo na gestão ambiental compartilhada. **Revista Geintec** 3:103-112.

O'FAIRCHEALLAIGH, C. (2009). Public participation and environmental impact assessment: Purposes, implications, and lessons for public policy making. **Environmental Impact Assessment Review** 30:19 –27.

ONU (1992) **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf> acessado em 26/11/2013.

PARTIDÁRIO, M. R. (1999). **Introdução ao ordenamento do território**. Universidade Aberta. Portugal, 1999.

PIÑEROS, S.R.; LEWIS, D. K. (2013). Analysis and deliberation as a mechanism to assess changes in preferences for indicators of sustainable forest management: A case study in Puebla, Mexico. **Journal of Environmental Management** 128 (2013) 52-61

PIRES A.; HOLTZ A. (2010). **Licenciamento ambiental**. Economia.O Estado de São Paulo. São Paulo, 25 de agosto de 2010.

PRADO FILHO, J. F. (2001). O Processo de avaliação de impacto ambiental (AIA) de projetos e empreendimentos minerais como um instrumento de gestão ambiental: estudo de casos no quadrilátero ferrífero (MG). 258p. **Tese (Doutorado)** – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2001.

PRESTON, L. E. (1990). Stakeholder management and corporate performance. **Journal of Behavioural Economics**. 19(4) – 361-375.

RANIERI, V. E. L.; MONTAÑO, M. ; OLIVEIRA, I. S. D. ; SOUZA, M. P. Contribuições para a discussão de natureza técnico-jurídica acerca do papel do instrumento zoneamento ambiental no processo de licenciamento de atividades.. **Revista Jurídica UNICOC**, Ribeirão Preto, v. Ano II, n. 2, p. 185-193, 2005.

ROBERTS, N. (1997). Public deliberation: An alternative approach to crafting policy and setting direction. **Public Administration Review** 57: 124–32.

ROSS, J. L. S. (2006). **Ecogeografia do Brasil**– Subsídios para planejamento ambiental. São Paulo: Ed. Oficina de Textos.

ROWE, G; FREWER, L J. (2004). **Evaluating public participation exercise**: a search agenda.

SÁNCHEZ, L. E. (2006). **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo, Editora Oficina de Textos, 495 p.

SANTOS, M. T. L. F. (2006). A economia perversa: o impacto dos mercados sobre o meio ambiente. **Prim@facie** nº9. pp. 106-125.

SANTOS, R. F. (2004). **Planejamento Ambiental: teoria e prática**. São Paulo. Oficina de Textos, 2004.

SÃO CARLOS (1993). Cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA) e dá outras providências. **Lei nº10664** de 02 de agosto de 1993.

SÃO CARLOS (2004). Aprova o regimento interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA). **Decreto nº65** de 16 de abril de 2004.

SÃO CARLOS (2010). Altera o disposto na Lei Municipal nº10664 e dá outras providências. **Lei nº 15381** de 10 de agosto de 2010.

SÃO CARLOS (2010). **Sítio do COMDEMA São Carlos**. Disponível em <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/utilidade-publica/meio-ambiente-comdema.html>. Acessado em 12 de outubro de 2010.

SÃO CARLOS (2013). COMDEMA – São Carlos. **Sítio da Prefeitura Municipal de São Carlos**. <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/prefeitura/utilidade-publica/meio-ambiente-comdema.html>. Acessado em 09/07/2013.

SÃO PAULO (1993). Lei orgânica do MPESP. **Lei complementar estadual nº 734**, de 26 de novembro de 1993.

SATO, M.; SANTOS, J. E. (1999). **Agenda 21 em sinopse**. São Carlos: Ed. UFSCar.

SOUZA, M. L. (2001). **Mudar a cidade** – uma introdução crítica ao planejamento e à gestão Urbanos. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SOUZA, M. P. (2000). **Instrumentos de gestão ambiental: fundamentos e prática**. São Carlos: Riani Costa.

SOUZA, M. P.; OLIVEIRA, I. S. D.; FONTES, A. T.; MONTAÑO, M.; RANIERI, V. E. L. (2007). A base de referência e os instrumentos da política ambiental. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 24. **Anais**. Belo Horizonte, setembro.

STEINEMANN, A. (2001). Improving alternatives for environmental impact assessment. **Environmental Impact Assessment Review**. 21 (2001), 3-21.

TABBUSH, P. (2004). Public money for public good? Public participation in forest planning. **Forestry**, 77(2), 145-156.

TRESS, B.; TRESS, G. (2003). Scenario visualisation for participatory landscape planning – a study from Denmark. **Landscape and Urban Planning**, 64, 161-178.

TRITTER, J. Q.; MCCALLUM, A. (2006). The snakes and ladders of user involvement: Moving beyond Arnstein. **Health Policy** 76 (2006) 156–168.

VIEIRA, P. F. (2001). Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: VIOLA et alli. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais**. 3ª. Edição. São Paulo: Editora Cortez.

Apêndice A

Levantamentos realizados no Ministério Público de São Carlos

Caixa 01	89-91				
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
22989/89	1989	Poluição da sauna da Roney (Centro de SC)	Abaixo assinado	3	Efetiva, o promotor encaminhou o caso, fazendo pesquisas no bairro para saber o nível de problemas e encaminhou a solução com audiências com as partes.
012892/90	1990	Desmatamento irregular na fazenda St Antonio, Sitio N. S. Brasil e Fazenda do Porto	Não (Polícia Ambiental)	4	Não se aplica
PA09/90	1990	Irregularidades Fazenda Pedrihas	APASC	5	Fraca, o promotor acolheu o caso, porém encaminhou apenas pelas vias formais, não comunicando mais o denunciante, nem outras possíveis partes da sociedade interessadas.
17488/90	1990	Desmatamento Fazenda Sta Rita	Não (DEPRN)	6	Não se aplica
19159/90	1990	Poluição Lápiz Johan Faber	Abaixo assinado	7	Efetiva, o promotor encaminhou o caso, fazendo pesquisas no bairro para saber o nível de problemas e encaminhou a solução com audiências com as partes.
19525/90	1990	Desmatamento em APP - Fazenda Esteio	DEPRN	8	Não se aplica

19526/90	1990	Desmataento em APP	Polícia Florestal	9	Não se aplica
19095/90	1990	Desmatamento em APP - Airton Garcia	Polícia Florestal	10	Não se aplica
25701/90	1990	Desmatamento em APP - Fazenda Felicíssima	Polícia Florestal	11	Não se aplica
25896/90	1990	Desmatamento em APP - Fazenda Paredão	Polícia Florestal	12	Não se aplica
25897/90	1990	Queimada na fazenda Pau D'Alho	Polícia Florestal	13	Não se aplica
25898/90	1990	Desmatamento na fazenda São José	Polícia Florestal	14	Não se aplica
25899/90	1990	Desmatamento na fazenda Sta. Clara	Polícia Florestal	15	Não se aplica
26377/90	1990	Poluição ambiental da Alpargatas Confecções	APASC	16	Fraca, o promotor acolheu o caso, porém encaminhou apenas pelas vias formais, não comunicando mais o denunciante, nem outras possíveis partes da sociedade interessadas.
3458/91	1991	Desmatamento Fazenda Invernada	Polícia Florestal	18	Não se aplica
13463/91	1991	Pedreira Bandeirantes	Câmara Vereadores	19	Não se aplica
15524/91	1991	Queimada na fazenda Jabaquara	Polícia Florestal	20	Não se aplica
13464/91	1991	Poluição Ambiental Tapetes São Carlos	Cidadão Anônimo	21	Fraca, o promotor acolheu o caso, porém encaminhou apenas pelas vias formais, não comunicando mais o denunciante, nem outras possíveis partes da sociedade interessadas.

15172/91	1991	Desmatamento irregular Chácara 4N	Polícia Florestal	22	Não se aplica
----------	------	-----------------------------------	-------------------	----	---------------

Caixa 2					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
7501/92	1992	Desmatamento Fazenda Capão Preto	Polícia Florestal	1	Não se aplica
11963/92	1992	Desmatamento Fazenda Capuava	Polícia Florestal	2	Não se aplica
16813/92	1992	Despejo de lixo e dejetos químicos em área urbana	Cidadã	3	Fraca, o promotor acolheu a denúncia, porém encaminhou o caso pelas vias formais, não havendo uma integração da denunciante na solução do caso.
19676/92	1992	Desmatamento Fazenda 3 Irmãos	Polícia Florestal	4	Não se aplica
19675/92	1992	Desmatamento Chácara 23 e 24	Polícia Florestal	5	Não se aplica
19674/92	1992	Desmatamento Fazenda São João	APASC	6	Fraca, o promotor, após acolher a denúncia, se restringiu as vias formais de atuação.
20350/92	1992	Desmatamento Sítio São João	Polícia Florestal	7	Não se aplica
20351/92	1992	Desmatamento Fazenda do Porto	Polícia Florestal	8	Não se aplica
20352/92	1992	Queimada sítio São Tomás	Polícia Florestal	9	Não se aplica
20694/92	1992	Tombamento de mata nativa em área urbana	APASC	10	Fraca, o promotor acolheu a denúncia, porém a partir daí encaminhou o caso apenas entre ele e os responsáveis pelo terreno.
22584/92	1992	Desmatamento Fazenda São João	Polícia Florestal	11	Não se aplica

22583/92	1992	Desmatamento Fazenda Canadá	Polícia Florestal	12	Não se aplica
22582/92	1992	Desmatamento Fazenda Canadá	Polícia Florestal	13	Não se aplica
255811/92	1992	Desmatamento Francisco Grispino	DEPRN e Polícia Florestal	14	Não se aplica
26494/92	1992	Desmatamento Fazenda Sta Terezinha	Polícia Florestal	15	Não se aplica
30520/92	1992	Poluição Rio Jacaré - extração de areia	Abaixo Assinado	22	Efetiva, o promotor acolheu a denúncia e permaneceu em interlocução com os denunciantes, encaminhando o caso a partir de um entendimento entre as partes.

Caixa 3					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível Participação de
7658/92	1992	Queimada Fazenda Tupi	Alunos da Unicamp	1	Fraca, o promotor acolheu a denúncia e encaminhou diretamente pelas vias formais, sem utilizar os denunciantes como parte do escopo do caso.
30971/92	1992	Posto combustível de Gregório Rio	APASC	2	Fraca, o promotor acolheu a denúncia, porém encaminhou diretamente pelas vias formais, sem abrir a participação.
30972/92	1992	Rua Clandestina - margens do córrego Medeiros	APASC	3	Fraca, o promotor acolheu a denúncia, porém encaminhou diretamente pelas vias formais, sem abrir a participação.

06659/93	1993	Ruído excessivo EMBEP	Abaixo assinado	4	Efetiva, o promotor acolheu a denúncia, encaminhou pesquisas no bairro e promoveu a solução do caso, a partir de um entendimento entre as partes.
13969/93	1993	Remoção irregular de vegetação	Polícia Florestal	5	Não se aplica
13970/93	1993	Destruição de APP Usina Santa Rita	Polícia Florestal	6	Não se aplica
13971/93	1993	Desvio de leito sem autorização - Sítio Oriental	Polícia Florestal	7	Não se aplica
15345/93	1993	Uso das praças públicas por lanchonetes	Vereadora	8	Efetiva, o promotor acolheu a denúncia, encaminhou com o envolvimento das diversas partes, sendo promovidas audiências até se chegar a um entendimento comum
21435/93	1993	Supressão irregular de vegetação	Polícia Florestal	9	Não se aplica
21436/93	1993	Desmatamento de vegetação natural	Polícia Florestal	10	Não se aplica
24606/93	1993	Desmatamento ilegal Chácara Recreio	Polícia Florestal	11	Não se aplica
27067/93	1993	Desmatamento em APP Cardamone Ltda.	Polícia Florestal	12	Não se aplica
27065/93	1993	Depósito de lixo irregular - SICOM	APASC	13	Frac, o promotor acolheu a denúncia, porém encaminhou diretamente pelas vias formais, sem abrir a participação.
24605/93	1993	Intervenção em APP sem autorização	Polícia Florestal	14	Não se aplica

27066/93	1993	Desmaamento em APP Fazenda São Miguel	Polícia Florestal	15	Não se aplica
----------	------	---------------------------------------	-------------------	----	---------------

Caixa 4					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
6731/94	1994	Desmatamento em APP Fazenda Paiquerê	Polícia Florestal	1	Não se aplica
10971/94	1994	Queimada de vegetação Chácara Patota	Polícia Florestal	2	Não se aplica
10970/94	1994	Impedimento de regeneração de vegetação	Notícia na mídia	3	Não se aplica
18831/94	1994	Utilização irregular de APP	APASC	4	Fraca, o promotor acolheu a denúncia, porém encaminhou o caso por via de ofícios aos órgãos responsáveis, não retomando o escopo de participação contemplando a denunciante.
23147/94	1994	Poluição sonora madeireira	Abaixo assinado	5	Efetiva, o promotor acolheu o caso, promovendo audiências com os denunciante e denunciado, encaminhando o caso a partir daí.
33155/94	1994	Poluição sonora e do ar	CETESB	6	Não se aplica

21434/93	1993	Poluição do ar Fazenda Águas Claras	APASC	7	Fraca, o promotor acolheu a denúncia, porém encaminhou o caso por via de ofícios aos órgãos responsáveis, não retomando o escopo de participação contemplando a denunciante.
29173/94	1994	Erosão urbana com lixo bairro Presidente Collor	Abaixo assinado via Vereadora	8	Efetiva, o promotor acolheu o caso, promovendo vistorias, com conversas com a população local sobre o caso.
024/	1994	Desmatamento de vegetação em APP	APASC	9	Fraca, o promotor acolheu o caso, porém, a partir da denúncia não foi mais solicitada participação da denunciante ou de qualquer outro ente da sociedade civil.
10968/94	1994	Queima de cana próxima a área urbana	Polícia Florestal	10	Não se aplica
10972/94	1994	Desmatamento de vegetação capoeira	Polícia Florestal	11	Não se aplica
19582/94	1994	Perturbação do sossego alheio choperia	Denúncia de cidadão	12	Efetiva, o promotor acolheu o caso, sendo feitas várias audiências, visitas, entrevistas no bairro para resolver a situação.
25921/95	1995	Excesso de ruídos e produtos químicos serralheria	Abaixo Assinado	13	Efetiva, o promotor acolheu a denúncia, sendo feitas audiências com as partes para chegar a uma solução ao caso.

Caixa 5					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
40742/95	1995	Queimada de mata capoeira Mineração Itaporanga	Polícia Florestal	1	Não se aplica
40743/95	1995	Desmatamento em APP	Polícia Florestal	2	Não se aplica
41249/95	1995	Queimada de árvores esparsas	Polícia Florestal	3	Não se aplica
40756/95	1995	Degradação do córrego águas da prata	APASC	4	Fraca, o promotor acolheu o caso, promoveu a entrada de outros órgãos competentes, porém não retornou a dialogar com o denunciante.
42230/95	1995	Emprego de fogo em vegetação em regeneração	Polícia Florestal	5	Não se aplica
42231/95	1995	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	6	Não se aplica
41246/95	1995	Impedimento de regeneração de reserva ecológica	Polícia Florestal	7	Não se aplica
41825/95	1995	Supressão de vegetação com fogo	Polícia Florestal	8	Não se aplica
39674/95	1995	Poluição provocada por uma oficina	APASC	9	Efetiva, o promotor acolheu a denúncia, promoveu a entrada dos demais órgãos competentes no caso e consultou a população a respeito da oficina, resolvendo o caso.

42907/95	1995	Poluição industrial	Abaixo assinado	10	Efetiva, o promotor acolheu a denúncia, promoveu a entrada dos órgãos competentes no caso e realizou consultas à população para a solução do problema.
41823/95	1995	Corte de árvores e supressão de vegetação	Polícia Florestal	11	Não se aplica
41822/95	1995	Corte de árvores e supressão de vegetação	Polícia Florestal	12	Não se aplica
45491/95	1995	Poluição industrial	Abaixo assinado	13	Efetiva, o promotor acolheu a denúncia, promoveu a entrada dos órgãos competentes no caso e promoveu audiência com a população até a resolução do caso.
39675/95	1995	Perturbação por choperia	Abaixo assinado	14	Efetiva, o promotor acolheu a denúncia, promoveu a entrada dos órgãos competentes no caso e conduziu o processo sempre consultando os denunciante inclusive com audiências.
8955/96	1996	Corte de vegetação capoeira	Polícia Florestal	15	Não se aplica
8953/96	1996	Supressão de vegetação	Polícia Florestal	16	Não se aplica
8954/96	1996	Corte irregular de árvores esparsas	Polícia Florestal	17	Não se aplica

Caixa 6					
---------	--	--	--	--	--

Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
05425/96	1996	Impedir a regeneração florestal em reserva	Polícia Ambiental	1	Não se aplica
5427/96	1996	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Ambiental	2	Não se aplica
5426/96	1996	Impedir a regeneração florestal em reserva	Polícia Ambiental	3	Não se aplica
05424/96	1996	Emprego de foice em vegetação considerada reserva	Polícia Ambiental	4	Não se aplica
10969/94	1996	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Ambiental	5	Não se aplica
09385/96	1996	Corte de árvores, vegetação tipo capoeira em estágio médio de regeneração	Polícia Ambiental	6	Não se aplica
9115/96	1996	Condições insalubres no alojamento de empresa	Denúncia de cidadão	7	Fraca, o promotor acolheu a denúncia, expediu ofício para a VISAM que informou que as condições eram boas, o que foi suficiente para o promotor encerrar o caso sem retornar aos denunciante.
9117/96	1996	Emprego de fogo em vegetação tipo capoeira	Polícia Ambiental	8	Não se aplica
9384/96	1996	Corte de árvores, vegetação tipo capoeira em estágio médio de regeneração	Polícia Ambiental	9	Não se aplica
9118/96	1996	Emprego de fogo em vegetação tipo	Polícia Ambiental	10	Não se aplica

		capoeira			
9386/96	1996	Desmatamento de vegetação nativa	Polícia Ambiental	11	Não se aplica
8579/96	1996	Problemas urbanos	Denúncia de cidadão	12	Efetiva, o promotor acolheu a denúncia e oficiou a prefeitura, promovendo várias audiências e visitas aos locais com problemas até resolver a situação.
8578/96	1996	Danos ambientais por depósito de entulho	Denúncia de cidadão	13	Fraca, o ministério público oficiou a prefeitura de posteriormente a resposta se retirou do caso dizendo que este deveria ser resolvido internamente à municipalidade.
9388/96	1996	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Ambiental	14	Não se aplica
9387/96	1996	Emprego de fogo sobre vegetação	Polícia Ambiental	15	Não se aplica
40739/95	1995	Depósito de areia e outros minerais	Abaixo Assinado	16	Efetiva, o promotor acolheu a denúncia e promoveu visita ao local juntamente com órgãos competentes, tendo atuado conjuntamente para resolver a situação sempre em interlocução com a população descontente.

Caixa 7					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação

9394/06	1996	Danos causados a uma árvore	APASC	1	Fraca, pois o interessado não participou da decisão tomada de modo efetivo, apenas contribuiu com denúncia.
13895/96	1996	Impedir a regeneração da vegetação nativa	Polícia Florestal	2	Não se aplica
10442/06	1996	Desmatamento em área de reserva legal	Polícia Florestal	3	Não se aplica
10805/06	1996	Impedir a regeneração de reserva ecológica	Polícia Florestal	4	Não se aplica
12888/96	1996	Supressão de vegetação Natural	Polícia Florestal	5	Não se aplica
10206/96	1996	Emprego de fogo em cerrado e várzea	Polícia Florestal	6	Não se aplica
12875/96	1996	Corte de 20 árvores esparsas	Polícia Florestal	7	Não se aplica
10205/96	1996	Execução de abertura de canal para drenagem sem licença ambiental	Polícia Florestal	8	Não se aplica
12876/96	1996	Emprego de fogo em vegetação rasteira	Polícia Florestal	9	Não se aplica
12882/96	1996	Emprego de fogo em vegetação rasteira	Polícia Florestal	10	Não se aplica
12887/96	1996	Emprego de fogo em vegetação rasteira	Polícia Florestal	11	Não se aplica
10204/96	1996	Uso de trator em área de vegetação em reserva	Polícia Florestal	12	Não se aplica

10219/96	1996	Implantação de tratamento de esgoto em Água Vermelha	Abaixo Assinado	13	Efetiva, pois os moradores foram contemplados com as solicitações que foram feitas e os resultados dos estudos complementares exigidos influenciaram diretamente o resultado final do processo
13513/96	1996	Uso de trator em área de vegetação em reserva	Polícia Florestal	14	Não se aplica
13897/96	1996	Supressão de vegetação Natural	Polícia Florestal	15	Não se aplica
14072/96	1996	Desmatamento em área de reserva legal	Polícia Florestal	16	Não se aplica
13514/96	1996	Supressão de vegetação Natural	Polícia Florestal	17	Não se aplica
14840/96	1996	Impedir a regeneração de vegetação nativa	Polícia Florestal	18	Não se aplica
12869/96	1996	Emprego de fogo em vegetação rasteira	Polícia Florestal	19	Não se aplica

Caixa 8					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
15570/96	1996	Supressão de árvores esparsas	Polícia Florestal	1	Não se aplica
15699/96	1996	Queimada de mata nativa	Polícia Florestal	2	Não se aplica
15027/96	1996	Impedir a regeneração de vegetação em área de preservação permanente	Polícia Florestal	3	Não se aplica

18443/96	1996	Uso de máquina agrícola com danos em vegetação	Polícia Florestal	4	Não se aplica
15236/96	1996	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	6	Não se aplica
17179/96	1996	Impedir a regeneração de vegetação em reserva ecológica	Polícia Florestal	8	Não se aplica
17180/96	1996	Supressão de vegetação nativa	Polícia Florestal	9	Não se aplica
19191/96	1996	Suprimir com máquina agrícola vegetação rasteira	Polícia Florestal	10	Não se aplica
19690/96	1996	Uso de máquina em vegetação em área de reserva	Polícia Florestal	11	Não se aplica
19247/96	1996	Desmatamento de vegetação nativa no acostamento da rodovia que liga São Carlos a Ribeirão Bonito	APASC	12	Efetiva, pois os reclamantes participaram das vistorias, o autor do dano foi autuado a prestar esclarecimentos e posteriormente foi alvo de ação civil pública tendo de responder pelo dano embasado pela denúncia feita pela APASC
40740/95	1996	Execução de barragem sem licença	Polícia Florestal	13	Não se aplica
25705/96	1996	Depósito irregular de lixo em área de vegetação natural	DEPRN	14	Não se aplica
27758/96	1996	Serviço de tratamento de esgoto de Água Vermelha	Proprietária de imóvel	15	Fraca, a interessada apenas entrou com a denúncia e o caso foi resolvido apenas com ofícios e interpretação de normas jurídicas

					básicas.
16770/96	1996	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	16	Não se aplica
13896/96	1996	Poda de vegetação em área urbana	APASC	17	Fraca, o caso foi acolhido, mas concluído, pois o caso foi tido como de não interesse difuso.
45096/96	1996	Supressão de vegetação em área de Reserva Legal	Polícia Florestal	18	Não se aplica
34/1993	1996	Exploração de mineração em área de proteção ambiental	Polícia Florestal	19	Não se aplica

Caixa 9					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
002/97	1997	Poda de vegetação em rede de energia elétrica	Moradora do bairro em questão	1	Fraca, caso acolhido, mas não houve mais intervenções do MP, pois não se trata de interesse difuso
004/97	1997	Entulho e enchentes no Tijuco Preto	Associação de bairro	2	Efetiva, houve participação de vários atores na condução do caso, a prefeitura foi intimada e foi procedida ação civil pública para resolver o caso

62094/96	1997	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	3	Não se aplica
10218/96	1997	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	4	Não se aplica
9119/96	1997	Supressão de árvores esparsas	Polícia Florestal	5	Não se aplica
67234/96	1997	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	6	Não se aplica
67236/96	1997	Desmatamento de vegetação nativa	DEPRN	7	Não se aplica
7268/97	1997	Supressão de vegetação e deposição de lixo	DEPRN	8	Não se aplica
10938/97	1997	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	9	Não se aplica
10937/97	1997	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	10	Não se aplica
6352/97	1997	Incêndio nas imediações de área de preservação	Polícia Florestal	11	Não se aplica
27747/97	1997	Perturbação do sossego	Abaixo assinado	12	Fraca, o caso foi acolhido, entretanto, como os moradores procuraram diversas formas de resolver a situação, entre elas um processo cível, a promotoria não viu porque continuar no caso, deixando o processo cível rodar como solução para a situação.

21387/97	1997	Poluição industrial	Abaixo assinado	13	Efetiva, houve participação de diversos atores no processo e foi firmado um TAC para resolver a situação pactuando os interesses diversos.
19/96	1997	Impedir regeneração vegetal ^a	Polícia Florestal	14	Não se aplica
67237/96	1997	Impedir regeneração vegetal ^a	Polícia Florestal	15	Não se aplica
49219/97	1997	Poluição sonora	Abaixo assinado	16	Efetiva, a rádio denunciada buscou consultar o comunidade de Ibaté para embasar sua defesa e coletou extenso abaixo assinado, posteriormente as partes sentaram por intermédio do MP e redigiram um termo de ajustamento de conduta que regularizou a situação e equalizou os interesses distintos.

Caixa 10					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
9485/97	1997	Queimada de vegetação natural	DEPRN	1	Não se aplica
67767/96	1996	Queimada de floresta em reserva legal	DEPRN	2	Não se aplica

36584/97	1997	Perturbação de sossego alheio	Abaixo assinado	4	Fraca, o MP passou o caso para a CETESB e não houve tentativa de conciliação entre o estabelecimento perturbador e os moradores perturbados, sendo o caso considerado restrito e não de interesse difuso.
59118/97	1997	Poluição sonora e ambiental por fluxo de veículos	Abaixo assinado	5	Efetiva, a promotoria atuou de modo a promover o diálogo entre os atores envolvidos, considerando a questão à luz do que dizia a prefeitura, a polícia militar e os moradores interessados, ocasionando a relocação do estacionamento da fábrica, sendo resolvida a situação.
60264/97	1997	Tratamento de animais em rodeio	UIPA	6	Fraca, o MP verificou que não haveria rodeio na data acusada pela UIPA e não se tratou mais do caso, arquivando o inquérito.
69385/97	1997	Construção de dique com uso de máquina retro escavadeira	Polícia Florestal	7	Não se aplica

624262/97	1997	Depósito de entulhos em APP	APASC	8	Fraca, foi colocada a polícia florestal, a prefeitura e o DEPRN para emitir laudos e preparar soluções para o caso que foi resolvido com a limpeza e isolamento da área, porém, a sociedade civil não participou mais do caso antes de seu arquivamento.
69384/97	1997	Construção de dique com uso de máquina retro escavadeira	Polícia Florestal	9	Não se aplica
69082/97	1997	Supressão de vegetação em reserva ecológica	Polícia Florestal	10	Não se aplica
40175/98	1998	Construção de tanque para piscicultura	Polícia Florestal	11	Não se aplica
6336/98	1998	Queimada de floresta plantada	Polícia Florestal	12	Não se aplica
39057/97	1997	Utilização irregular de praça	Denúncia de cidadão, APASC e Rotary	13	Efetiva, os diversos atores puderam emitir pareceres ao longo do processo, mesmo a promotoria tendo tentado arquivar o processo com a solução do problema de caminhões instalados na praça, o conselho superior exigiu que o MP acompanhasse o caso até que fossem demolidas as construções irregulares feitas na praça.

31673/98	1998	Supressão de vegetação capoeira	Polícia Florestal	14	Não se aplica
----------	------	---------------------------------	-------------------	----	---------------

Caixa 11					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
55642/98	1998	Danos ao meio ambiente com serviço de terraplenagem	Abaixo assinado	1	Efetiva, durante a existência do inquérito as partes foram chamadas a esclarecer sobre o assunto, sendo procedida a concessão de liminar para o caso, precavendo o meio ambiente de dano. Entretanto, como já havia Ação Civil Pública para o mesmo objeto o inquérito analisado foi arquivado.
71439/97	1997	Construção de tanque para piscicultura	Polícia Florestal	2	Não se aplica
55640/98	1998	Construção de tanque para piscicultura	Polícia Florestal	3	Não se aplica
034/97	1997	Construção de tanque para piscicultura	Polícia Florestal	4	Não se aplica
28/98	1998	Extração de areia sem licença	CETESB	6	Não se aplica
032/98	1998	Expansão industrial sem licença	CETESB	5	Não se aplica
43549/98	1998	Construção de tanque para piscicultura	Polícia Florestal	7	Não se aplica
43548/98	1998	Construção de tanque	Polícia Florestal	8	Não se aplica

37377/98	1998	Execução de dique e abertura de canal de drenagem	Polícia Florestal	9	Não se aplica
69383/97	1997	Construção de tanque para piscicultura	Polícia Florestal	10	Não se aplica
40174/98	1998	Construção de tanque para piscicultura	Polícia Florestal	11	Não se aplica
40776/98	1998	Construção de tanque	Polícia Florestal	12	Não se aplica
40777/98	1998	Construção de tanque para piscicultura	Polícia Florestal	13	Não se aplica
19/99	1999	Coleta seletiva de resíduos sólidos	Prefeitura Municipal	14	Não se aplica
55626/98	1998	Construção de tanque sem licença ambiental	Polícia Florestal	15	Não se aplica
55624/98	1998	Construção de tanque para piscicultura	Polícia Florestal	16	Não se aplica
40/98	1998	Matadouro funcionando sem licença	CETESB	17	Não se aplica
55629/98	1998	Construção de tanque sem licença ambiental	Polícia Florestal	18	Não se aplica
33/97	1997	Construção de tanque para piscicultura	Polícia Florestal	19	Não se aplica
48/97	1997	Construção de tanque para piscicultura	Polícia Florestal	20	Não se aplica
26/97	1997	Construção de tanque para piscicultura	Polícia Florestal	21	Não se aplica
46/97	1997	Depósito de areia	Polícia Florestal	22	Não se aplica
36667/98	1998	Construção de tanque para piscicultura	Polícia Florestal	23	Não se aplica
60249/98	1998	Supressão de vegetação natural	Promotor	24	Não se aplica

Caixa 12					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
31539/98	1998	Prática de irregular sorteio de lotes	Vereador municipal	1	Não se aplica
55627/98	1998	Dano ao meio ambiente com a construção de tanque sem licença	Polícia Florestal	2	Não se aplica
030/97	1997	Construção de tanque para piscicultura	Polícia Florestal	3	Não se aplica
63433/97	1997	Supressão de vegetação em reserva ecológica	Polícia Florestal	5	Não se aplica
59366/98	1998	Abertura de canal mediante uso de máquina para irrigação	Polícia Florestal	6	Não se aplica
53/97	1997	Supressão de vegetação em reserva ecológica	Polícia Florestal	7	Não se aplica
64381/98	1998	Construção de tanque para piscicultura	Polícia Florestal	8	Não se aplica
56/98	1998	Perturbação de sossego	Abaixo assinado	9	Fraca, a prefeitura foi acionada, o caso foi resolvido com o fechamento do estabelecimento, mas não houve nenhum momento de participação social após a denúncia.
62/98	1998	Acidente com vítima fatal	Ministério do trabalho	10	Não se aplica
003/98	1998	Supressão de vegetação em reserva ecológica	Polícia Florestal	10a	Não se aplica

054/97	1997	Queimada de vegetação tipo cerrado em área de APA	Polícia Florestal	11	Não se aplica
060/97	1997	Construção de tanque para piscicultura	Polícia Florestal	12	Não se aplica
55/98	1998	Irregularidades ambientais em ambiente de trabalho	Ministério do trabalho	13	Não se aplica
39/98	1998	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	14	Não se aplica
59399/98	1998	Supressão de vegetação em reserva ecológica	Polícia Florestal	15	Não se aplica

Caixa 13					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
036/97	1997	Desmembramento irregular de imóvel urbano	Promotoria de Habitação e Urbanismo	2	Não se aplica

47/98	1998	Emissão de barulho industrial poluente e ensurdecedor	Abaixo-assinado	3	Efetiva, foi entregue um abaixo assinado pela população para o ministério público que utilizou de todas as medidas legais, atuando em conjunto com a população incomodada com o nível de ruído, que estava for a dos limites estabelecidos em norma. A promotoria constatou ainda ausência de Licença de Operação por parte da empresa e determinou a suspensão de atividades, obrigando os empresários a mudar de endereço e obter as devidas licenças garantindo o controle de ruídos.
07/98	1998	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	4	Não se aplica
11/99	1999	Acidente com vítima fatal na Oxpiso Industrial Ltda	Ministério do Trabalho	5	Não se aplica
26/98	1998	Lançamento de águas residuárias em rede pública coletora de esgotos	Cetesb	6	Não se aplica

22/99	1999	Apuração de eventual poluição	Reclamação de cidadão	7	Efetiva, foi feita uma mobilização de diversos agentes para resolver o caso. A saber: polícia civil, Cetesb e MP. A partir disso foi feita uma audiência com o acusado e o denunciante para resolver o caso, que foi tratado e resolvido a partir de um acordo respeitando a lei e presando pelo bem estar dos envolvidos.
17/99	1999	Irregularidade no meio ambiente do trabalho	Ministério do Trabalho	8	Não se aplica
63/97	1998	Apuração de eventuais irregularidades na doação de bens públicos	Promotoria Pública	9	Não se aplica

Caixa 14					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
08/99	1999	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	1	Não se aplica
56/97	1999	Questões habitacionais do Município	Prefeitura Municipal	2	Não se aplica

23/99	1999	Poluição decorrente de esgoto doméstico	APAS e Abaixo Assinado	3	Efetiva, a denúncia seguiu sendo incorporada a uma Ação Civil Pública que movia o MP contra a prefeitura e o SAAE para exigir a regularização do serviço de coleta e tratamento de esgotos sanitários. Assim, a denúncia da população passou a fazer parte de um processo, embasando e servindo de subsídio para orientação do juiz nos procedimentos, bem como, acelerando o processo de obrigar o município a conter os lançamentos irregulares.
28/99	1999	Construção de tanque para piscicultura	Polícia Florestal	4	Não se aplica
13/99	1999	Produção industrial em área ampliada sem licenças ambientais	Cetesb	5	Não se aplica
18/99	1999	Irregularidades no Meio Ambiente do Trabalho	Ministério do Trabalho	6	Não se aplica
038/97	1999	Supressão de vegetação de tipo capoeira	Polícia Florestal	7	Não se aplica
35/98	1999	Supressão de vegetação de tipo capoeira	Polícia Florestal	8	Não se aplica

13/98	1999	Perturbação do sossego por estabelecimento comercial (poluição sonora)	Abaixo assinado e Câmara dos Vereadores	9	Não se aplica (o bar fechou assim que o inquérito foi aberto para dar lugar a uma escola de inglês)
08/98	1999	Poluição do ar por emissão a partir da industrialização de produto de origem animal	Abaixo assinado	10	Fraca, o promotor perguntou para a Cetesb se estava tudo nos conformes e ignorou dez pontos de reclamação que fazia a população, inclusive alegando que a Cetesb agia com parcialidade no caso.
19/98	1999	Ampliação de instalação sem devida licença	Ministério Público	11	Não se aplica
20/98	1999	Ampliação de instalação sem devida licença	Ministério Público	12	Não se aplica
21/98	1999	Ampliação de instalação sem devida licença	Ministério Público	13	Não se aplica
07/99	1999	Produção industrial em área ampliada sem licenças ambientais	Ministério Público	14	Não se aplica
12386/98	1999	Supressão de vegetação natural	Polícia Florestal	15	Não se aplica

Caixa 15					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
27/98	1999	Lançamento de material sólido gorduroso em barranco próximo ao córrego do Monjolinho	Ministério Público	1	Não se aplica

23439/97	1999	Retirada de terra em área institucional	Denúncia de cidadão junto de vereadora	2	Efetiva, a promotoria tentou encerrar o caso com a simples resposta da prefeitura de que iria plantar grama para evitar o deslizamento do talude formado pela escavação. Entretanto, o conselho do MP negou o arquivamento, nomeou outro promotor para o caso que chamou para analisar o caso a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de SP e, a partir da constatação de efetivo dano ambiental foi firmado um TAC com a prefeitura para recuperação do dano e evitar que ocorressem novos incidentes na área.
54/99	1999	Dano ambiental mediante emprego de fogo	Polícia Florestal	3	Não se aplica
44/98	1999	Suprimir com uso de fogo vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	4	Não se aplica
39602/98	1999	Construção de tanque para piscicultura	Polícia Florestal	5	Não se aplica
54966/98	1999	Construção de tanque para piscicultura	Polícia Florestal	6	Não se aplica

55631/98	1999	Dano ambiental mediante remoção de vegetação com máquina esteira	Polícia Florestal	7	Não se aplica
37/96	1999	Poluição causada por Indústria	Denúncia de cidadã	8	Efetiva, a promotora oficiou a Cetesb que fez vistoria e constatou poluição por emissão de gases e por vibração excessiva. A moradora denunciante foi ouvida e ajudou a resolver a questão, sendo consultada após cada adequação feita pela empresa, juntamente com os estudos técnicos para verificar o nível de emissão e de vibração e os níveis estabelecidos por normas legais. Ao fim o caso foi resolvido com a instalação de equipamentos para evitar o dano ambiental.
23/98	2000	Lançamento de efluentes líquidos galvânicos na rede pública coletora	Ministério Público	9	Não se aplica
12/98	2000	Perturbação do sossego por estabelecimento comercial	Polícia Militar	10	Não se aplica
32/99	1999	Corte de árvore	Polícia Florestal	11	Não se aplica
10804/96	1999	Impedir a regeneração de	Polícia Florestal	12	Não se aplica

		vegetação			
62/99	2000	Poluição sonora	Abaixo-assinado	13	Efetiva, foi feita investigação, sendo chamado o proprietário e acordado o não aluguel para eventos que ocasionariam incômodo e poluição sonora. Após o acordo foram notificadas as pessoas representantes do abaixo-assinado para constatar se o barulho havia cessado, o que foi constatado, encerrando o caso.
46/99	2000	Dano ambiental mediante emprego de fogo	Polícia Florestal	14	Não se aplica
49/99	2000	Dano ambiental mediante emprego de fogo	Polícia Florestal	15	Não se aplica
64124/98	2000	Dano ao meio ambiente, plantio de cana de açúcar em APP	Polícia Florestal	16	Não se aplica
21/99	2000	Construção de muro e tanque para piscicultura	Polícia Florestal	17	Não se aplica
67/97	2000	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	18	Não se aplica
33/98	2000	Produção industrial sem a devida licença de instalação da CETESB	Cetesb	19	Não se aplica
25/98	1999	Lançamento de efluentes líquidos industriais na rede pública coletora	Cetesb	20	Não se aplica

15/99	1999	Produção industrial sem a devida licença de funcionamento da CETESB	Cetesb	21	Não se aplica
-------	------	---	--------	----	---------------

Caixa 16					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
40018/96	2000	Suprimir mediante trator de esteira vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	1	Não se aplica
29/00	2000	Queimada em terreno baldio	Polícia Florestal	2	Não se aplica
39/00	2000	Emprego de fogo em vegetação tipo rasteira	Polícia Florestal	3	Não se aplica
05/99	2000	Apuração de danos ambientais	Cetesb	4	Não se aplica
47/99	2000	Dano ambiental mediante emprego de fogo	Polícia Florestal	5	Não se aplica
45/00	2000	Apuração de danos ambientais em face de animais utilizados em montarias de rodeio	Denúncia de cidadão	8	Inexistente, o promotor cruzou as denúncias com um outro processo em curso por conta do uso do rodeio como palanque eleitoral. Assim, não investigou o fato do dano causado aos animais de montaria e, como o rodeio já havia terminado, não foi possível investigar e o processo foi arquivado sem o denunciante ter sido procurado, nem mesmo os autores do rodeio

					para dar explicações sobre a denúncia.
27/99	2000	Depósito de entulhos	Polícia Civil	9	Não se aplica
67/00	2000	Depósito de areia	Polícia Florestal	10	Não se aplica
28/99	2000	Utilização de horto florestal para assentamentos rurais	Ministério Público	11	Não se aplica
66/99	2000	Apreensão de animal silvestre	Polícia Florestal	12	Não se aplica

37/99	2000	Poluição Ambiental	Abaixo Assinado	13	<p>Efetiva, primeiro houve abaixo assinado dos vizinhos dizendo que havia poluição, posteriormente, houve outro abaixo assinado feito pela empresa dizendo que não havia. Ainda assim a promotoria oficiou a Cetesb que vistoriou o local e constatou que havia algum incômodo sonoro gerado nos arredores mais próximos ao local. Sendo assim, a empresa foi chamada e proposto um acordo para o bom convívio entre todos. Posteriormente o articulador do primeiro abaixo-assinado foi ouvido e constatou-se que a partir do acordo não mais houve problemas na vizinhança.</p>
54/98	2001	Comércio de aves silvestres	Polícia Florestal	14	Não se aplica
10/00	2001	Apreensão de aves silvestres em cativeiro	Polícia Florestal	15	Não se aplica
72/97	2001	Caça de animal silvestre com arma de fogo	Polícia Florestal	16	Não se aplica
33/00	2001	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	17	Não se aplica

43/98	2001	Inexistência de Reposição Florestal	Ministério Público	18	Não se aplica
09/01	2001	Irregularidades em criadouros de aves silvestres	Polícia Florestal	19	Não se aplica
08/01	2001	Supressão de vegetação	Polícia Florestal	20	Não se aplica
10/01	2001	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	21	Não se aplica
11/01	2001	Pesca em período de piracema	Polícia Florestal	22	Não se aplica

Caixa 17					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
16/01	2001	Apreensão de aves da fauna silvestre	Polícia Florestal	1	Não se aplica
36/96	2001	Lançamento de esgotos clandestinos e depósito de entulhos	APASC	2	Efetivo, as duas denúncias foram verificadas, contando com a colaboração do DEPRN e da Cetesb. Sendo que houve dificuldade para encontrar o proprietário, pois a área encontrava-se em parcelamento devido ao falecimento do antigo dono. Mesmo assim, todos os procedimentos cabíveis foram tomados para reverter o lançamento de esgotos na cidade e o depósito irregular de entulho.

12/01	2001	Pesca em período de piracema	Polícia Florestal	3	Não se aplica
31/01	2001	Supressão de vegetação	Polícia Florestal	4	Não se aplica
24/01	2001	Pesca com apetrecho proibido	Polícia Florestal	5	Não se aplica
18/01	2001	Ave de fauna silvestre	Polícia Florestal	6	Não se aplica
29/01	2001	Supressão de vegetação	Polícia Florestal	7	Não se aplica
26/00	2001	Verificação de tratos a animal e da segurança da sociedade	Polícia Florestal	8	Não se aplica
30/01	2001	Manutenção de ave da fauna silvestre em cativeiro	Polícia Florestal	10	Não se aplica
52/01	2001	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	11	Não se aplica
38/01	2001	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	12	Não se aplica
07/00	2001	Apreensão de animais	Polícia Florestal	13	Não se aplica
60/01	2001	Depósito de entulhos em terreno baldio	Polícia Florestal	14	Não se aplica
34/00	2001	Inobservância de regras sanitárias e de saúde pública	Denúncia de cidadão	15	Fraca, o caso foi resolvido pela promotoria, não utilizando da população para ajudar na resolução, nem mesmo buscando obter um retorno se o caso foi realmente resolvido antes de encerrar o inquérito.
73/97	2001	Supressão de vegetação	Polícia Florestal	16	Não se aplica
12/99	2001	Apreensão de aves da fauna silvestre	Polícia Florestal	17	Não se aplica

68/01	2001	Poluição ambiental resultante da queima de lixo	Denúncia de cidadão	18	Efetiiva, apesar da denúncia não ter sido completa, o promotor seguiu procurando o denunciante para que passasse o nome do autor das queimadas, entretanto, este se negou em todas as oportunidades a fazê-lo, pois, segundo ele as queimadas cessaram.
56/00	2001	Supressão de vegetação	Polícia Florestal	19	Não se aplica
07/01	2001	Supressão de vegetação	Polícia Florestal	20	Não se aplica
44/01	2001	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	21	Não se aplica
45/01	2001	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	22	Não se aplica
48/01	2001	Apreensão de aves da fauna silvestre	Polícia Florestal	23	Não se aplica

Caixa 18					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
20/01	2001	Pesca	Polícia Florestal	1	Não se aplica
37/98	2001	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	2	Não se aplica
62/97	2002	Construção de barragens	Polícia Florestal	3	Não se aplica
50/00	2001	Demolição de bem tombado pelo CONDEPHAAT	Ministério Público	4	Não se aplica
53/01	2001	Corte de árvores em área de reserva legal	Polícia Florestal	5	Não se aplica

55/01	2001	Queimada em terreno	Polícia Florestal	6	Não se aplica
65/01	2001	Supressão de vegetação	Polícia Florestal	7	Não se aplica
39/01	2001	Queimada em terreno	Polícia Florestal	8	Não se aplica
49/01	2001	Apreensão de aves	Polícia Florestal	9	Não se aplica
50/99	2001	Perturbação do sossego	Abaixo Assinado	10	Efetiva, todos os problemas foram resolvidos paripasso com a população, os órgãos técnicos competentes e os proprietários do estabelecimento.
38/00	2001	Supressão de tipo vegetação capoeira	Polícia Florestal	11	Não se aplica
17/01	2002	Manutenção de ave da fauna silvestre	Polícia Florestal	12	Não se aplica
03/02	2002	Animais silvestres em cativeiro	Polícia Florestal	13	Não se aplica
14/01	2002	Danos ambientais mediante obstrução de córrego	Denúncia de cidadã	14	Efetiva, foram feitas audiências para resolver o caso e o proprietário que incorreu em outros danos ambientais acabou por ajuizar um TAC junto ao MP, sendo dado o devido retorno à denunciante.

50/01	2002	Poluição causada por Indústria	Denúncia de cidadã	15	Efetiva, foi procurada a Cetesb para fazer os devidos levantamentos de níveis de poluição e em visita tanto a empresa, quanto a casa da denunciante e a outros vizinhos das imediações foi constatado que não havia poluição que justificasse qualquer medida e o caso foi encerrado.
57/01	2002	Depósito de areia	Polícia Florestal	16	Não se aplica
08/02	2002	Danos ambientais	Polícia Florestal	17	Não se aplica
09/02	2002	Manutenção de ave da fauna silvestre	Polícia Florestal	18	Não se aplica
10/02	2002	Manutenção de ave da fauna silvestre	Polícia Florestal	19	Não se aplica
11/02	2002	Manutenção de ave da fauna silvestre	Polícia Florestal	20	Não se aplica
02/02	2002	Animais silvestres em cativeiro	Polícia Florestal	21	Não se aplica
62/01	2002	Manutenção de ave da fauna silvestre	Polícia Florestal	22	Não se aplica
64/00	2002	Supressão de vegetação mediante depósito de pavimento asfáltico	Polícia Florestal	23	Não se aplica

35/00	2002	Danos ambientais por queimada	APASC	24	Fraca, a questão foi resolvida pelo DEPRN, sem dar retorno ao denunciante. Foram tomadas as medidas legais, sem promover a participação além disso.
47/01	2002	Queimada em área urbana	Polícia Florestal	25	Não se aplica

Caixa 19					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
51/01	2002	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	1	Não se aplica
45/98	2002	Construção de barragem com uso de máquina pá carregadeira	Polícia Florestal	2	Não se aplica
66/00	2002	Supressão de vegetação com uso de ferramenta manual	Polícia Florestal	3	Não se aplica
02/98	2002	Supressão de vegetação em reserva ecológica	Polícia Florestal	4	Não se aplica
22/02	2002	Perseguição de animal da fauna silvestre	Polícia Florestal	5	Não se aplica
21/02	2002	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	6	Não se aplica
06/00	2002	Dano Ambiental	Polícia Florestal	7	Não se aplica
56/01	2002	Supressão de vegetação mediante queimada	Polícia Florestal	8	Não se aplica

08/00	2002	Falta de observância de normas sanitárias e ambientais	Abaixo Assinado	9	Fraca, a população participou apenas com a denúncia. Embora a situação tenha sido resolvida, a interlocução com a sociedade se deteve ao recebimento do abaixo assinado, sendo o processo tocado todo por meio de ofícios entre o poder público.
46/00	2002	Adequação do sistema de caixa de areia e decantação	Cetesb	10	Não se aplica
06/00	2002	Poluição ambiental	Denúncia de cidadão	11	Fraca, o denunciante apenas trouxe a denúncia para o MP e posteriormente Cetesb e MP travaram todo o encaminhamento da questão, sendo o caso arquivado sem novamente ser ouvidos o responsável pela denúncia.
47/00	2002	Danos ambientais provocados pelo vazamento de óleo diesel	Cetesb	12	Não se aplica

32/01	2002	Poluição ambiental	Abaixo Assinado	13	Efetiva, o abaixo assinado originou demanda ao poder público que trouxe para a si a responsabilidade de fazer a mediação do conflito que originava o problema ambiental em questão. Como a empresa fez suas adequações no período da investigação, o problema foi resolvido e os moradores foram novamente consultados confirmando a resolução dos problemas.
65/98	2002	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	14	Não se aplica
41/01	2002	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	15	Não se aplica

Caixa 20					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
19/01	2002	Apreensão de aves da fauna silvestre	Polícia Florestal	1	Não se aplica
18/02	2002	Queimada em área de preservação permanente	Polícia Florestal	2	Não se aplica
31/02	2002	Manutenção de aves da fauna silvestre em cativeiro	Polícia Florestal	3	Não se aplica
27/02	2002	Apreensão de aves da fauna	Polícia Florestal	4	Não se aplica

		silvestre			
39/02	2002	Corte de uma árvore isolada	Polícia Florestal	5	Não se aplica
40/01	2002	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	6	Não se aplica
12/00	2002	Supressão de vegetação mediante movimento de terra	Polícia Florestal	7	Não se aplica
79/01	2002	Deposição de entulhos em área de preservação permanente	Cetesb	8	Não se aplica
58/01	2002	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	9	Não se aplica
21/00	2002	Danos ambientais mediante emprego de fogo	Polícia Florestal	10	Não se aplica
22/98	2002	Lançamento de águas residuárias	Cetesb	11	Não se aplica
11/98	2002	Desmatamento de área verde	Abaixo Assinado	12	Efetiva, os munícipes foram desde sempre consultados sobre as possíveis soluções apontadas pela municipalidade para o problema, pois se tratava de área insitucional recebendo mau uso e apropriação indevida por terceiro. A situação foi resolvida com forte mediação entre MP, sociedade e Prefeitura.
344/96	2002	Cumprimento de acordo judicial	Ministério Público	13	Não se aplica
43/01	2002	Queimada de vegetação	Polícia Florestal	14	Não se aplica

Caixa 21					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
24/02	2002	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	1	Não se aplica
17/02	2002	Poluição sonora	Abaixo assinado	2	Efetiva, a promotoria recebeu a denúncia e deu seguimento oficiando a prefeitura e o corpo de bombeiros que atestaram a adequação do empreendimento às normas ambientais sobre som. A promotoria procurou os moradores que promoveram o abaixo assinado e foi relatado que realmente o barulho não estava mais incomodando, pois, houve significativas mudanças nos eventos da empresa.
29/02	2002	Manutenção de aves da fauna silvestre em cativeiro	Polícia Florestal	3	Não se aplica

51/02	2002	Perturbação do sossego ocasionado por latidos de cães	Abaixo assinado	4	Fraca, o MP encaminhou o caso diretamente com a proprietária do empreendimento, não tendo mais entrado em contato com os denunciante para obter retornos das adequações feitas. Foi firmado termo de conduta junto ao MP com a proprietária que supostamente resolveu a situação.
27/0	2002	Construção de estrada em área de reserva ecológica	Polícia Florestal	5	Não se aplica
50/01	2002	Pesca com apetrecho proibido	Polícia Florestal	6	Não se aplica
61/01	2002	Maus tratos a animais	Polícia Florestal	7	Não se aplica
83/01	2002	Supressão de vegetação tipo capoeira mediante emprego de fogo	Polícia Florestal	8	Não se aplica
40/02	2002	Manutenção de aves da fauna silvestre em cativeiro	Polícia Florestal	9	Não se aplica

13/02	2002	Poluição ambiental	Denúncia de cidadão	10	Efetiva, foi feito o procedimento de denúncia, posteriormente o MP procurou os envolvidos no caso e facilitou a negociação para resolver o problema da poluição gerada pelo empreendimento, sendo sempre ouvidas as partes e buscadas as melhores soluções para cada um e o meio ambiente.
56/02	2002	Caça de ave silvestre	Polícia Florestal	12	Não se aplica
65/99	2002	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	14	Não se aplica
45/02	2002	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	15	Não se aplica
65/02	2003	Corte de vegetação nativa florestal	DEPRN	16	Não se aplica
02/03	2003	Pesca em período de piracema	Polícia Florestal	17	Não se aplica

86/01	2003	Poluição ambiental	Abaixo assinado	18	Efetiva, o MP recebeu a denúncia, oficiou a VISAM e a Cetesb sobre riscos sanitários e poluição sonora, respectivamente. Mesmo não encontrando requisitos legais para enquadrar a empresa como poluidora o MP foi solidário aos denunciantes e os procurou para expor a posição que os levou a acionar o órgão. Assim, foi feita uma audiência de conciliação e firmado um termo de ajustamento de conduta entre os vizinhos, o MP e o empreendedor alvo da denúncia solucionando o problema.
-------	------	--------------------	-----------------	----	---

Caixa 22					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
42/03	2003	Pesca em período de piracema	Polícia Florestal	1	Não se aplica
26/02	2003	Apreensão de aves da fauna silvestre	Polícia Florestal	2	Não se aplica

54/00	2003	Perturbação de sossego	Abaixo Assinado	3	Efetiva, após muitas tratativas envolvendo a prefeitura, o dono do empreendimento e os vizinhos, o bar foi vendido e o processo foi encerrado, pois não havia mais movimentação por lá.
43/03	2003	Construção de rancho em APP	Polícia Florestal	4	Não se aplica
48/03	2003	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	5	Não se aplica
41/03	2003	Construção de rancho em APP	Polícia Florestal	6	Não se aplica

32/00	2003	Poluição sonora e ambiental (kartódromo)	Abaixo Assinado	7	Efetiva, a denúncia foi acolhida pelo MP que logo verificou ser um caso em que havia um empreendimento particular expondo ao incômodo o público geral e ainda colocando em risco a saúde e a condição ambiental do bairro. Assim sendo, o MP fez o embasamento legal para que a prefeitura municipal interrompesse o empreendimento e firmasse TAC para transformar o local em parque público e levando a prática esportiva de kart para outro local apropriado. Sendo feitas reuniões e audiências com todas as partes para resolver o assunto.
25/01	2003	Destino de resíduos de confinamento de gado	Cetesb	8	Não se aplica
38/03	2003	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	9	Não se aplica
54/01	2003	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	10	Não se aplica
33/01	2003	Erosão em área verde causada por águas pluviais	DEPRN	11	Não se aplica
12/03	2003	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	12	Não se aplica
16/03	2003	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	13	Não se aplica

Caixa 23					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
04/99	2003	Apuração de danos ambientais	Cetesb	1	Não se aplica
27/03	2003	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	2	Não se aplica
33/03	2003	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	3	Não se aplica
15/03	2003	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	4	Não se aplica
07/03	2003	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	5	Não se aplica
06/03	2003	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	6	Não se aplica
24/03	2003	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	7	Não se aplica
34/03	2003	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	8	Não se aplica
26/03	2003	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	9	Não se aplica
34/01	2003	Construção de churrasqueira em APP	Denúncia de cidadão	10	Fraca, a denúncia foi recebida pelo MP, que oficiou a prefeitura e ficou em uma postura de dialogar com os órgãos ambientais até que fosse firmado um TAC. Entretanto, existiam reclamares sobre a apropriação privada do espaço público e prejuízo à travessia das balsas no rio que não foram observadas pela regularização e não houve retorno ao denunciante.

49/02	2003	Supressão de vegetação natural	APASC	11	Fraca, a denúncia foi recebida pelo MP e foi conduzido o processo diretamente com o proprietário e o DEPRN, sendo feitas vistorias e encontrando outros problemas que não o denunciado pela associação. Esses outros problemas foram alvo de um TAC, mas em nenhum momento a associação denunciante foi procurada para esclarecer os motivos da denúncia e se se sentiam contempladas pela movimentação do MP.
47/03	2003	Queimada em APP	Polícia Florestal	12	Não se aplica
06/02	2003	Danos ambientais	Polícia Florestal	13	Não se aplica
03/03	2003	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	14	Não se aplica
154/03	2003	Irregularidades na destinação final de efluentes	Polícia Florestal	15	Não se aplica
70/99	2003	Apuração de danos ambientais	APASC	16	Efetiva, foi recebida a denúncia. A partir dela foram oficiados os órgãos e trazidos para o debate sobre o caso os diferentes atores, incluindo o denunciante. O caso foi resolvido com as devidas reparações.
85/01	2003	Supressão de APP	Polícia Florestal	17	Não se aplica

20/02	2003	Danos ambientais em travessia de curso d'água de rodovia	DAEE	18	Não se aplica
-------	------	--	------	----	---------------

Caixa 24					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
38/98	2003	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	1	Não se aplica
16/96	2003	Entulho e lixo em área de vegetação	Polícia Florestal	2	Não se aplica
109/03	2003	Impactos ambientais do Trevo de Água Vermelha	DEPRN	3	Não se aplica
63/99	2003	Desmembramento de gleba sem observância de lei	Ministério Público	4	Não se aplica
23/00	2003	Procedimentos ilegais e inadequados de registro	Polícia Florestal	5	Não se aplica
19/02	2003	Poluição sonora por câmara fria	Abaixo Assinado	6	Efetiva, a partir da denúncia foram colhidos dados sobre a empresa e feitas as orientações para a regularização. Após todos os procedimentos feitos foi feita audiência com os denunciante e estes alegaram que o barulho não os incomodava mais, sendo arquivado o processo.

25/02	2003	Poluição sonora por danceteria	Abaixo Assinado	7	Efetiva, a denúncia foi recebida e os atores chamados para integrar o caso. Entretanto, assim que as primeiras vistorias iriam iniciar a danceteria fechou e não mais incomodou os vizinhos.
163/03	2004	Utilização de áreas públicas para pastagem de animais	Polícia Florestal	8	Não se aplica
22/01	2003	Poluição do ar por carvoaria	Abaixo Assinado	9	Efetiva, a população fez a denúncia e se manteve no processo. Na primeira vistoria ocorrida foi constatado que a empresa estava com seus fornos completamente deteriorados e que necessitaria de se adequar competamente e teve suas atividades paralisadas. A população foi novamente consultada e o fechamento da empresa, com posterior reabertura foi alvo de outro procedimento administrativo via CETESB.
53/02	2004	Lançamento de resíduos em curso d'água	Ministério Público	10	Não se aplica

51/00	2003	Danos ambientais mediante emprego de fogo	Polícia Florestal	11	Não se aplica
09/04	2004	Corte de duas árvores esparsas	Polícia Florestal	12	Não se aplica

Caixa 25					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
01/01	2004	Instalação de granja	Denúncia de cidadão	1	Efetiva, a promotoria tomou a denúncia e foi investigar a granja sob diversos aspectos. Sendo que foi procurada a prefeitura que informou que a área onde se encontrava a granja era para outra finalidade, não sendo, portanto, regular a instalação da granja. Após diversas idas e vindas no processo o proprietário acabou se desfazendo do empreendimento, o que desfez também o problema ambiental.
03/00	2004	Supressão de Vegetação	Polícia Florestal	2	Não se aplica
29/03	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	3	Não se aplica

15/02	2004/2006	Danos ambientais causados por trilheiros em APP	APASC	4	<p>Efetiva, o processo foi instaurado da primeira vez e a própria APASC atuou no sentido de buscar um entendimento com a associação dos trilheiros para cessar o dano ambiental. Foi feito um TAC com a associação e o processo foi arquivado pela primeira vez em 2004.</p> <p>Posteriormente, em 2005 o MP recebeu nova denúncia e desarquivou o processo, fazendo novo TAC e arquivando novamente.</p>
04/02	2004	Lançamento de efluentes no córrego do monjolinho	Abaixo Assinado	5	<p>Efetiva, foi feito um acordo com os moradores e a fábrica para cessar as atividades enquanto as adequações previstas em TAC não fossem feitas a fim de evitar o mau cheiro e a poluição do meio ambiente.</p>

62/00	2004	Utilização de APP às margens de córrego	APASC	6	Efetiva, houve diversas tentativas de acordo junto a empresa, entretanto, eles não foram possíveis até que a empresa se mudou de local e no novo endereço não apresentava problemas ao meio ambiente.
76/03	2004	Danos ambientais por supressão de vegetação em APP	Polícia Florestal	7	Não se aplica
36/04	2004	Limpeza de terreno baldio	Prefeitura Municipal	8	Não se aplica
53/03	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	9	Não se aplica
39/03	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	10	Não se aplica
07/04	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	11	Não se aplica
10/03	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	12	Não se aplica
40/03	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	13	Não se aplica

Caixa 26					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
30/03	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	1	Não se aplica
159/03	2004	Degradação ambiental por produção, utilização e armazenamento de substância tóxica	IBAMA	2	Não se aplica
36/01	2004	Queimada de vegetação	Polícia Florestal	3	Não se aplica
28/03	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	4	Não se aplica

16/02	2004	Desmatamento e queimada de vegetação nativa	DEPRN	5	Não se aplica
25/03	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	6	Não se aplica
35/03	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	7	Não se aplica
05/03	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	8	Não se aplica
18/03	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	9	Não se aplica
54/03	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	10	Não se aplica
154/03	2004	Supressão de vegetação	DEPRN	11	Não se aplica
31/03	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	12	Não se aplica
52/03	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	13	Não se aplica
42/01	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	14	Não se aplica
23/03	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	15	Não se aplica
59/03	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	16	Não se aplica
21/03	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	17	Não se aplica
129/03	2004	Supressão de vegetação	DEPRN	18	Não se aplica
13/03	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	19	Não se aplica
51/03	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	20	Não se aplica

Caixa 27					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
04/03	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	1	Não se aplica
08/03	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	2	Não se aplica
20/03	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	3	Não se aplica

22/03	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	4	Não se aplica
32/03	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	5	Não se aplica
58/03	2004	Depósito de sucatas	Prefeitura Municipal	6	Não se aplica
82/03	2004	Danos ambientais por corte de floresta	DEPRN	7	Não se aplica
09/03	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	8	Não se aplica
75/03	2004	Queimada em APP	ACQUAVIT	9	Fraca, a denúncia foi recebida, mas posteriormente o MP encaminhou todas as questões com a prefeitura, aceitando acordos para terceiros recuperarem a área, não ouvindo os denunciante a respeito do caso.
11/00	2004	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	10	Não se aplica
36/03	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	11	Não se aplica

07/04	2004	Limpeza de terreno baldio	Denúncia de cidadão	12	Efetiva, o processo foi aberto após a denúncia e foram procurados o denunciante e o denunciado para estabelecer que o denunciado deveria cumprir as leis e o denunciante serviu de intermediador para saber qual forma melhor de cumprir a lei. Após encerrado o processo da primeira vez em 2004 ele foi novamente aberto e encerrado em 2009 pelo mesmo motivo e com mesma solução.
31/00	2004	Supressão de vegetação em reserva ecológica	Polícia Florestal	13	Não se aplica
17/03	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	14	Não se aplica

Caixa 28					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
53/02	2004	Poluição Ambiental	CETESB	1	Não se aplica

48/02	2004	Poluição Ambiental	Denúncia de cidadão	2	Efetiva, a partir da denúncia a CETESB foi oficiada a comparecer ao local, levantou os problemas ambientais denunciados como existentes e foi feita audiência na tentativa de firmar um TAC que foi firmado, cessando o problema ambiental.
27/04	2004	Danos ambientais e exigência de averbação de reserva legal	Polícia Florestal	3	Não se aplica
14/03	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	4	Não se aplica
50/02	2004	Utilização de APP como pastagem	Polícia Florestal	5	Não se aplica
02/99	2004	Supressão de vegetação	Polícia Florestal	6	Não se aplica
90/03	2004	Supressão de vegetação	Polícia Florestal	7	Não se aplica
99/03	2004	Utilização de RL como pastagem	Polícia Florestal	8	Não se aplica
67/02	2004	Dano ambiental com emprego de fogo	Polícia Florestal	9	Não se aplica
20/00	2004	Supressão de vegetação	Polícia Florestal	11	Não se aplica
22/00	2004	Supressão de vegetação	Polícia Florestal	13	Não se aplica

Caixa 29					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação

56/03	2004	Perturbação de sossego	Abaixo assinado	1	Efetiva, o promotor recebeu a denúncia e se colocou no processo como um mediador do conflito, abrindo espaço para a defesa do denunciado, que providenciou adequações. Após isso, ouviu o reclamante que disse continuar incomodado. Entretanto, o promotor aguardou retorno por escrito do vizinho incomodado, o que não ocorreu, mesmo com diversas tentativas do sr. promotor, que possuindo laudos de empresas especializadas e da própria CETESB a respeito do barulho, considerados por todos como adequados aos níveis de tolerância encerrou o processo.
25/99	2004	Apuração de danos ambientais provocados pela exploração de areia	CETESB	2	Não se aplica

72/03	2004	Queimada em terreno urbano	Denúncia de cidadão	3	Fraca, o promotor recebeu a denúncia e procedeu com o ajuizamento de TAC, sem, entretanto, retornar ao denunciante qualquer situação em que pudesse colaborar ou apresentar sua visão do caso.
15/04	2004	Perturbação de sossego	Abaixo assinado	4	Efetivo, o promotor acolheu a denúncia e fez todos os procedimentos para constatar o que ocorria. Como se tratava de uma academia, foram feitas as medições e a averiguação do horário de funcionamento. Os índices sonoros estavam dentro da faixa permitida e os horários encerravam-se antes das 22h, ainda assim o promotor ouvindo os vizinhos, propôs a celebração de um TAC mudando a disposição das salas de aula internamente à academia, o que solucionou o problema.
74/04	2004	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	5	Não se aplica
72/99	2004	Supressão de vegetação em reserva ecológica	Polícia Florestal	6	Não se aplica

93/03	2004	Supressão de seis árvores em APP	Polícia Florestal	7	Não se aplica
55/04	2004	Corte de eucaliptos	Polícia Florestal	8	Não se aplica
16/00	2004	Extração de areia	Polícia Florestal	9	Não se aplica

Caixa 30					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
12/97	2005	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	1	Não se aplica
36/00	2005	Danos ambientais em APP	Denúncia de cidadão	2	Fraca, após o acolhimento da denúncia o processo foi tocado com muitos ofícios e pouco envolvimento do denunciante e da comunidade que vive próxima ao local afetado pelo dano. Entretanto, foi firmado um TAC para recuperação da área que foi cumprido na integralidade.
59/04	2005	Apuração de coleta, transporte e destinação final adequada de fossa	SAAE	3	Não se aplica
98/03	2005	Apuração de eventual degradação ambiental por uso de fogo	Polícia Florestal	4	Não se aplica

24/98	2005	Utilização de APP às margens do Pq. Delta	APASC	5	Frac, após a denúncia o promotor perebeu que não havia como intervir, por se tratar de um litígio entre a prefeitura e o empresário que promove a ocupação irregular, tendo após constatar tal fato arquivado o processo.
43/99	2005	Lançamento de entulhos em área imprópria	APASC	6	Efetiva, a denúncia foi feita e constatou-se que havia apropriação de área pública por particular, o que resultou da solicitação por parte do promotor a que a prefeitura abrisse processo judicial para reaver a área, o que ocorreu. Assim sendo, não há como o promotor tomar novas medidas até que se encerre o processo judicial.

91/03	2005	Perturbação do sossego	Abaixo Assinado	7	Fraca, foram exigidas da USP (detentora do local que provocava barulho) as adequações necessárias para o tratamento acústico. Entretanto, assim que foram finalizadas as obras o processo foi encerrado, mesmo sem um laudo acústico, nem mesmo consulta aos denunciante.
46/02	2005	Supressão de vegetação mediante emprego de fogo	Polícia Florestal	8	Não se aplica

Caixa 31					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
53/04	2005	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	1	Não se aplica
69/97	2005	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	2	Não se aplica

40/00	2005	Incêndios nas áreas rural e urbana de São Carlos	Denúncia de Cidadão	3	Efetiva, foi feito um trabalho de levantamento de diversos focos de incêndio, com medidas de regularização da situação e promoção de conscientização para que não mais ocorram queimadas. Tudo foi trabalhado em parceria com a população.
60/04	2005	Coleta, transporte e destinação final adequadas de resíduos de fossa	Polícia Florestal	4	Não se aplica
94/03	2005	Supressão de paineira	Denúncia de Cidadão	5	Efetiva, foi procedido concomitantemente com a investigação criminal sobre o corte, acordo no MP Ambiental para que o denunciado colaborasse com a recuperação ambiental da área onde a árvore foi cortada, sendo assinado TAC para recuperar ambientalmente a área.

63/00	2005	Utilização de APP às margens do Pq. Delta	APASC	6	Efetiva, foi feita toda a fiscalização da invasão da área de APP pela empresa de transportes, que continha toda a documentação liberada pela prefeitura. Caracterizando que a empresa ali estava por negligência do poder público municipal. Assim sendo foram feitas audiências visando ajustamento de conduta, que originou TAC, encerrando o processo.
02/00	2005	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	7	Não se aplica
64/04	2005	Coleta, transporte e destinação final adequadas de resíduos de fossa	Polícia Florestal	8	Não se aplica

Caixa 32					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
58/99	2005	Utilização de APP	Prefeitura Municipal	1	Não se aplica

02/05	2005	Perturbação de sossego	Abaixo Assinado	3	Efetiva, o promotor procedeu com a investigação, ouvindo a população e averiguando as condições do estabelecimento que perturbavam o sossego. Assim, estabeleceu critérios para um TAC que foi firmado e solucionou o problema.
18/04	2005	Perturbação de sossego	Abaixo Assinado	5	Efetiva, foram feitas várias investigações na vizinhança que constatarem o problema e realizada uma audiência para tentar sanar o problema. Após isso o barulho diminuiu, entretanto, antes de promover um TAC o estabelecimento fechou e o processo foi arquivado.
52/04	2005	Dano ambiental por derramamento de enxofre	Ministério Público	6	Não se aplica
83/03	2005	Supressão de vegetação tipo floresta estacional semi-decídua	DEPRN	8	Não se aplica

49/05	2005	Despejo irregular de lixo	Denúncia de cidadã	9	Efetiva, a área estava sendo usada pela prefeitura como depósito temporário para mutirão de limpeza da cidade. Posteriormente a área foi limpa e a reserva legal cercada para não mais haver problemas. Ao longo do processo foram realizadas reuniões com os envolvidos encaminhando o caso para as melhores soluções.
71/03	2005	Danos ambientais em vegetação e reserva legal	DEPRN	10	Não se aplica

Caixa 33					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
27/01	2005	Supressão de vegetação em APP	Polícia Florestal	1	Não se aplica
41/99	2005	Construção de tanque	Polícia Florestal	2	Não se aplica
08/04	2005	Limpeza de terreno baldio	Denúncia de cidadão	3	Efetiva, foi feita a denúncia, uma audiência foi marcada e o proprietário do terreno assinou TAC garantindo a limpeza atual e futura do terreno.
02/01	2005	Supressão de tipo vegetação capoeira	Polícia Florestal	4	Não se aplica
06/01	2005	Danos Ambientais	DEPRN	5	Não se aplica

48/04	2005	Dano ambiental por supressão de vegetação capoeira	Polícia Florestal	6	Não se aplica
46/04	2005	Dano ambiental por supressão de vegetação capoeira	Polícia Florestal	7	Não se aplica
55/02	2005	Queimada de vegetação nativa florestal	Polícia Florestal	8	Não se aplica
50/04	2005	Dano ambiental por corte de árvores com motosserra	Polícia Florestal	9	Não se aplica
23/04	2005	Poluição ambiental	Abaixo Assinado	11	Fraca, o procedimento se internalizou no MP, sendo celebrado TAC sem, entretanto, considerar as ponderações outras da população vizinha a não ser as expostas no abaixo assinado.
22/04	2005	Perturbação do sossego	Abaixo Assinado	12	Efetiva, foi firmado TAC, a partir do engajamento do promotor, denunciado e denunciante, entretanto, antes de concluídas as obras o proprietário fechou o estabelecimento.

Caixa 34					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
58/04	2005	Supressão de vegetação com emprego de fogo	Polícia Florestal	1	Não se aplica

16/05	2005	Danos ambientais em vegetação do cerrado	DEPRN	2	Não se aplica
17/96	2005	Desmatamento de vegetação natural	Polícia Florestal	4	Não se aplica
19/03	2005	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	5	Não se aplica
54964/98	2005	Supressão de vegetação natural	Polícia Florestal	6	Não se aplica
54637/98	2005	Supressão de vegetação natural	Polícia Florestal	7	Não se aplica
63/04	2005	Danos ambientais por destinação inadequada de resíduos tóxicos	Polícia Florestal	8	Não se aplica

Caixa 35					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
35/01	2006	Dano ambiental em APP	DEPRN	1	Não se aplica
09/00	2006	Danos ambientais mediante emprego de fogo	Polícia Florestal	2	Não se aplica
35/05	2006	Perturbação do sossego	Abaixo Assinado	3	Efetiva, após a denúncia, a promotoria fez pesquisas com os moradores sobre os assuntos denunciados, promoveu audiência com o proprietário do imóvel e firmou TAC com anuência de todas as partes para cessar o problema.
61/04	2006	Apuração de coleta, transporte e destinação adequada de resíduos de fossa e assemelhados	SAAE	4	Não se aplica

51/05	2006	Apuração de eventuais danos ambientais provocados pelo despejo de esgoto em céu aberto	Denúncia de Vereador	5	Fraca, a prefeitura, alvo da denúncia prestou explicações, dizendo que o esgoto estava sendo lançado provisoriamente a fim de fazer obras para o tratamento de esgotos da cidade e o promotor acatou a explicação encerrando o processo.
47/05	2006	Apuração do uso de produtos de PCBs	Ministério Público	6	Não se aplica
69/04	2006	Supressão de vegetação mediante emprego de fogo em APP	Polícia Florestal	7	Não se aplica
76/04	2006	Danos ambientais provocados por incêndio	Polícia Florestal	8	Não se aplica
66/05	2006	Queimada em terreno urbano residencial	Polícia Florestal	9	Não se aplica
24/05	2006	Danos ambientais em vegetação do cerrado	DEPRN	10	Não se aplica
18/05	2006	Danos ambientais em vegetação do cerrado	DEPRN	11	Não se aplica
63/01	2006	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	12	Não se aplica
65/04	2006	Apuração de eventuais danos ambientais em vegetação do cerrado	DEPRN	13	Não se aplica

49/03	2006	Poluição ambiental	Denúncia de cidadão	14	Efetiva, o promotor oficiou a CETESB, que fez inspeção no local e confirmou os problemas denunciados. Assim foi realizado processo de negociações com o empreendedor em uma série de audiências até que o problema fosse sanado.
30/00	2006	Corte de vegetação em APP	Polícia Florestal	15	Não se aplica

Caixa 36					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
13/01	2006	Supressão de vegetação de tipo capoeira	Polícia Florestal	1	Não se aplica
05/04	2006	Perturbação do sossego	Abaixo assinado	2	Efetiva, após a denúncia foram feitas audiências diversas com os proprietários do empreendimento denunciado, bem como foram colhidas declarações do denunciante durante o processo para ajudar a orientar a ação do MP. Ao final foi firmado TAC que acabou por resolver o problema.
46/01	2006	Supressão de vegetação natural	DEPRN	3	Não se aplica
37/02	2006	Supressão de vegetação de tipo	Polícia Florestal	4	Não se aplica

		capoeira			
01/00	2006	Supressão de vegetação em reserva ecológica	Polícia Florestal	5	Não se aplica
67/04	2006	Apuração de danos ambientais resultante de queimada	Prefeitura Municipal	6	Não se aplica
39/05	2006	Apuração e reunião de elementos visando impedir a aprovação e implementação do empreendimento Parque Douradinho 2	Ministério Público	7	Não se aplica
29/04	2006	Danos ambientais em área verde	APASC	8	Fraca, o MP oficiou a prefeitura que é a proprietária do imóvel. Entretanto, como há ocupação irregular foi pedida a reintegração de posse e nesse momento o MP resolveu arquivar o processo e não mais dar acompanhamento ao caso.
18/00	2006	Supressão de vegetação natural	Polícia Florestal	9	Não se aplica
57/05	2006	Corte de vegetação tipo gramínia em APP	Polícia Florestal	10	Não se aplica

56/05	2006	Perturbação do sossego	Denúncia de cidadão	11	Efetiva, a promotoria tomou todos os procedimentos para tentar resolver o caso. Solicitou medições a todos os órgãos que poderiam fazê-lo e constatou se tratar de uma briga de vizinhos, que foi devidamente encaminhada após confusão em audiência chamada pelo próprio MP. Como as condições ambientais estavam sendo respeitadas, promotor arquivou o caso.]
06/05	2006	Apuração de danos ambientais mediante deposição de entulho de vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	12	Não se aplica

Caixa 37					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
47/04	2006	Apuração de eventual dano ambiental resultante da supressão de vegetação	Polícia Florestal	1	Não se aplica
04/00	2006	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	2	Não se aplica
03/06	2006	Boqueamento de cerrado	DEPRN	3	Não se aplica

05/05	2006	Maus tratos e comercialização de animais	Denúncia de cidadão	4	Fraca, o promotor recebeu a denúncia, que incluía a prefeitura e mesmo associações protetoras de animais e acabou por fazer toda a investigação por ofícios e, conforme suas respostas e fiscalizações da CETESB e da própria prefeitura foi dando o caso como resolvido até ser encerrado sem entrar novamente em contato com a denunciante.
38/05	2006	Lançamento de efluente industrial na rede pública de esgoto	Acquavit	5	Fraca, o promotor recebeu a denúncia, entretanto conduziu o caso via ofícios ao SAAE e à CETESB, que aparentemente não responderam sobre o cerne da denúncia que era o lançamento de esgoto industrial. Como o promotor não conseguiu identificar a origem do lançamento e houve reparos no interceptor deu o caso por encerrado.
63/05	2006	Danos ambientais por suprimir vegetação com trator	Polícia Florestal	6	Não se aplica

74/05	2006	Perturbação de sossego	Abaixo assinado	7	Efetiva, o caso foi conduzido chamando todos os agentes competentes e os moradores do abaixo assinado a oferecer relatos e solucionar o caso. A partir disso foi feita audiência, firmado TAC que resolveu o problema.
75/05	2006	Perturbação de sossego	Abaixo assinado	8	Efetiva, o MP conduziu o processo de investigação, constatando que se tratava de caso com motivação particular, mesmo assim promoveu audiência para tentar ajudar a resolver o caso, o que foi possível encerrando a ação.
09/04	2006	Perturbação de sossego	Abaixo assinado	9	Efetiva, o caso foi conduzido chamando todos os agentes competentes e os moradores do abaixo assinado a oferecer relatos e solucionar o caso. A partir disso foi feita audiência, firmado TAC que resolveu o problema.
64/04	2006	Danos ambientais em vegetação do cerrado	DEPRN	10	Não se aplica
17/00	2006	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	11	Não se aplica

Caixa 38					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
28/04	2006	Corte de árvores em vegetação de APP	Polícia Florestal	1	Não se aplica
48/99	2006	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	2	Não se aplica
59/00	2006	Danos ambientais mediante emprego de fogo	Polícia Florestal	3	Não se aplica
42/97	2006	Depósito de areia	Polícia Florestal	4	Não se aplica
59367/98	2006	Supressão de vegetação em reserva	Polícia Florestal	5	Não se aplica
26/01	2006	Corte de vegetação em APP	Polícia Florestal	6	Não se aplica
37/03	2006	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	7	Não se aplica
69/05	2006	Perturbação de sossego	Abaixo Assinado	8	Efetiva, o estabelecimento denunciado não tinha nenhum alvará ou licença para operar. Foi, então notificado e regularizou sua situação. Ainda assim os vizinhos reclamaram que continuava funcionando em horário descabido, o que foi notificado à prefeitura que passou a fiscalizar o local e atestou o cumprimento do horário. Os vizinhos foram consultados e confirmaram a resolução do

				problema.
--	--	--	--	-----------

Caixa 39					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
05/02	2006	Danos Ambientais	Associação de Moradores Pq. Fehr	1	Efetiva, o promotor envolveu todos os atores possíveis no processo, deu espaço para que todos se manifestassem até que fosse encontrados os elementos necessários para resolver a situação.

103/03	2006	Construção de Kartódromo próximo da UFSCar	Abaixo Assinado	2	Efetiva, o promotor passou para a posição de investigar a situação da possível construção do kartódromo, sendo que a ABASC e a Prefeitura desistiram da área após diversas idas e vindas, reuniões, etc.
67/01	2006	Supressão de Vegetação	Polícia Florestal	3	Não se aplica
73/03	2006	Danos Ambientais devido a ausência de mata ciliar	APASC	4	Fraca, o promotor conduziu o processo a partir da interpretação própria, não procurando o denunciante para colaborar na elaboração do TAC que acabou encerrando o inquérito.
61/05	2006	Corte de vegetação capoeira em APP	Polícia Florestal	5	Não se aplica
91/01	2006	Supressão de Vegetação	Polícia Florestal	6	Não se aplica
27/06	2006	Supressão de Vegetação	Polícia Florestal	7	Não se aplica
54/02	2006	Danos ambientais em nascente no Pq. Itaipu	APASC	8	Efetiva, o promotor utilizou de todos os subsídios fornecidos pelos denunciante até que fosse firmado um TAC com os interessados colaborando.
64/03	2006	Danos ambientais em propriedade rural "Fazenda Sta. Francisca do Lobo"	DEPRN	9	Não se aplica

36//2	2006	Escorrimento de esgoto de um tanque	Polícia Florestal	10	Não se aplica
-------	------	-------------------------------------	-------------------	----	---------------

Caixa 40					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
15/00	2006	Supressão de vegetação de tipo capoeira	Polícia Florestal	1	Não se aplica
11/03	2006	Queimada em terreno urbano	Polícia Florestal	2	Não se aplica
01/07	2007	Perturbação do sossego	Denúncia de Cidadão	3	Inexistente, o promotor negou-se a investigar o caso por considerar que fosse de cunho individual e não coletivo, apesar da poluição sonora.
03/05	2006	Supressão de vegetação de tipo capoeira	Polícia Florestal	4	Não se aplica
61/03	2006	Danos ambientais ao cerrado	DEPRN	5	Não se aplica
07/06	2006	Abandono de imóvel	Denúncia de cidadão	6	Efetiva, o promotor, juntamente com a prefeitura e a procuradoria geral do estado entraram em contato com os denunciantes e denunciados a fim de firmar um TAC que resolveu a situação.
30/99	2006	Depósito de entulhos e fogo em APP	Polícia Florestal	7	Não se aplica
69/01	2007	Supressão de vegetação	Polícia Florestal	8	Não se aplica
62/05	2006	Supressão de vegetação em APP	Polícia Florestal	9	Não se aplica

10/06	2006	Utilização de animais em circo	Associação Arca de S. Francisco	10	Efetiva, o promotor acompanhou o caso chamando juntamente e informando a associação da situação. Foram feitas algumas audiências e o circo se comprometeu a não utilizar animais.
30/02	2007	Ausência de vegetação ciliar	DEPRN	11	Não se aplica
28/05	2006	Danos em vegetação do cerrado	DEPRN	12	Não se aplica

Caixa 41					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
03/07	2007	Supressão de vegetação no Conjunto São João Batista	Denúncia de cidadão	1	Inexistente, o promotor negou-se a investigar o caso por considerar que fosse de cunho individual e não coletivo.
38/04	2007	Danos ambientais em vegetação do cerrado	DEPRN	2	Não se aplica
36/05	2007	Danos ambientais por esgoto a céu aberto	Denúncia de cidadão	3	Efetiva, o promotor acolheu a denúncia e se oficiou os responsáveis, que providenciaram a troca dos materiais necessários para cessar o problema, o que foi confirmado pelo denunciante.
73/04	2007	Danos ambientais resultantes de queimada	Polícia Florestal	4	Não se aplica

36/06	2007	Animais em circo do Beto Carreiro	Associação Arca de S. Francisco	5	Efetiva, o promotor acompanhou o período em que o circo esteve na cidade garantindo que fosse respeitado o alvará que proíbe o uso de animais e exige a instalação de banheiros.
17/06	2007	Corte de árvores em área de chácaras	Polícia Florestal	6	Não se aplica
86/03	2007	Apuração de eventuais danos por desmatamento em vegetação nativa	DEPRN	7	Não se aplica
13/06	2007	Danos ambientais por supressão de vegetação do cerrado	Polícia Florestal	8	Não se aplica
18/06	2007	Averbação de RL	DEPRN	9	Não se aplica
70/05	2007	Irregularidades ambientais por ocupação de área pública e criação de animais em perímetro urbano	Denúncia de cidadão	10	Fraca, o promotor se retirou do caso, pois a prefeitura terá de buscar a reintegração de posse na justiça.
85/07	2007	Poluição sonora do São Carlos Clube	Denúncia de cidadão	11	Inexistente, o promotor negou-se a investigar o caso por considerar que fosse de cunho individual e não coletivo.
73/05	2007	Perturbação do sossego	Abaixo Assinado	12	Efetiva, o promotor conduziu audiências até que fossem firmados TACs para resolver os problemas e regularizar as situações dos estabelecimentos.

05/01	2007	Recursos hídricos e APPs	Ministério Público e demais órgãos relacionados ao M. Ambienta	13	Não se aplica (foi um grupo formado para debater e promover ações sobre os assuntos)
45/03	2007	Perturbação do sossego	Abaixo Assinado	14	Efetiva, o promotor conduziu audiências até que fossem firmados TACs para resolver os problemas e regularizar as situações dos estabelecimentos.
93/06	2007	Averbação de RL	DEPRN	15	Não se aplica
45/05	2007	Apuração de eventuais danos pelo aterramento de entulho	Polícia Florestal	16	Não se aplica

Caixa 42					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
30/05	2007	Danos ambientais em vegetação do cerrado	DEPRN	1	Não se aplica
05/08	2008	Apurar notícia de desmatamento não autorizado	Denúncia de cidadão	2	Efetiva, na verdade o desmatamento foi autorizado e o denunciado cumpriu a medida compensatória exigida.

31/06	2008	Alteração em itens do TAC das marginais	Diversas entidades	3	Efetiva, a associação do bairro Elizabeth entrou com uma denúncia que a prefeitura iria modificar o cumprimento o TAC, o MP acompanhou a história e constatou que o TAC estava sendo cumprido e não havia possibilidade de ser alterado.
142/05	2008	Apurar danos por derramamento de óleo diesel	SAAE	4	Não se aplica

Caixa 43					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
43/08	2008	Limpeza de represa	Denúncia de cidadão	1	Inexistente, o promotor negou-se a investigar o caso por considerar que fosse de cunho individual e não coletivo.
34/06	2008	Averbação de RL	DEPRN	2	Não se aplica
39/05	2008	Danos em vegetação do cerrado	DEPRN	3	Não se aplica
08/06	2008	Averbação de RL	DEPRN	4	Não se aplica
59/99	2008	Poluição no córrego Morungaba	CETESB	5	Não se aplica

104/07	2008	Poluição e incômodos obra por	Denúncia de cidadão	6	Efetiva, o promotor chamou os envolvidos, fez audiências e foram tomadas as medidas cabíveis junto à CETESB para resolver o caso.
11/08	2008	Criação de cachorro sem os devidos cuidados	Denúncia de cidadão	7	Efetiva, o promotor recebeu diversas denúncias, investigou uma por uma, debateu com o denunciado e denunciante e constatou que não havia motivo para a denúncia.
35/06	2008	Averbação de RL	DEPRN	8	Não se aplica
58/06	2008	Apurar necessidade de Estudo de Impacto Ambiental	Denúncia de cidadão	9	Frac, a denúncia foi acolhida e o promotor tratou por ofícios com o município, constatando que se tratava de uma notícia que não era real.
114/05	2008	Perturbação de sossego	Denúncia de cidadão	10	Efetiva, foram envolvidos os diversos agentes necessários para resolver o caso, sendo ouvida a população e constatados os abusos que foram desfeitos com a mudança de postura e emissão de alvará com condicionantes pela prefeitura.
35/07	2008	Verificar atendimento o de advertência	Polícia Florestal	11	Não se aplica

28/02	2008	Danos ambientais em APP	Polícia Florestal	12	Não se aplica
-------	------	-------------------------	-------------------	----	---------------

Caixa 44					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
81/99	2008	Supressão de vegetação em reserva	Polícia Florestal	1	Não se aplica
92/04	2008	Edificação em alvenaria	Denúncia de Cidadão	2	Efetiva, o promotor tomou a denúncia, buscando envolver os setores e agentes necessários a levar o caso a frente. Sendo que ao fim a prefeitura demoliu as edificações, pois estava alterando local tombado.
86/07	2008	Adequação de sistema de tratamento de águas residuárias	CETESB	3	Não se aplica
77/05	2008	Danos ambientais pela supressão de vegetação capoeira	DEPRN	4	Não se aplica
94/07	2008	Apurar regularidade da instalação da unidade da Fundação CASA	Denúncia de Cidadão	5	Efetiva, o promotor procurou os envolvidos, oficiando e constatando que a área era imprópria para a instalação, acompanhando o processo de busca de uma nova área.
01/03	2008	Poluição por lagoa de estabilização	Abaixo Assinado	6	Efetiva, a denúncia foi acolhida, foram feitas diversas audiências e entrevistas com a população para

					solucionar o caso.
--	--	--	--	--	--------------------

Caixa 45					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
62/06	2008	Danos em APP	DEPRN	1	Não se aplica
53/06	2008	Danos ambientais por supressão e impedimento de regeneração	DEPRN	2	Não se aplica
88/04	2008	Danos ambientais em vegetação do cerrado	DEPRN	3	Não se aplica
70/02	2008	Danos ambientais em área de vegetação	DEPRN	4	Não se aplica
131/04	2008	Dano ambiental em APP	Polícia Florestal	5	Não se aplica
06/09	2009	Eventual dano ambiental em Reserva Florestal	Denúncia de cidadão	6	Inexistente, o promotor negou-se a investigar o caso por considerar que fosse de cunho individual e não coletivo.
139/03	2008	Supressão de vegetação semi-decídua	DEPRN	7	Não se aplica

28/08	2008	Irregularidades no licenciamento das marginais de São Carlos	Marcelo Pereira de Souza	8	Fraca, o promotor não esmiuçou a denúncia feita, tendo tomado por base documento expedido pela APASC dizendo que estava tudo dentro dos conformes e uma série de outros documentos da própria prefeitura. Não houve audiência com o denunciante, nem nenhum outro cidadão interessado.
31/07	2008	Supressão de vegetação em APA	Polícia Florestal	9	Não se aplica
33/05	2008	Supressão de vegetação do cerrado	DEPRN	10	Não se aplica

Caixa 46					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
07/08	2008	Apurar degradação de área de preservação permanente.	DEPRN	1	Não se aplica
16/08	2008	Apurar notícia de riscos a usuários	Associação de Moradores	2	Efetiva, o promotor oficiou os envolvidos no caso e promoveu audiência para acordar as obras que deveriam ser feitas para evitar os riscos aos usuários.
76/08	2008	Apurar funcionamento de carvoaria sem licença	Polícia Florestal	3	Não se aplica

200/04	2008	Apuração de eventuais danos ambientais na construção de muro de alvenaria	Polícia Florestal	4	Não se aplica
202/04	2008	Apuração de eventuais danos ambientais por suprimir com fogo vegetação	Polícia Florestal	5	Não se aplica
138/03	2008	Apuração de eventuais danos ambientais por queimada	DEPRN	6	Não se aplica
37/05	2008	Danos ambientais em vegetação do ecossistema cerrado	DEPRN	7	Não se aplica
74/07	2008	Apurar danos ambientais no sítio Maximis decorrente de supressão não autorizada de vegetação	Polícia Florestal	8	Não se aplica

Caixa 47					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
80/08	2009	Apurar as circunstâncias de incêndio em fazenda	Polícia Florestal	1	Não se aplica
78/08	2009	Apurar danos ambientais pelo cultivo de cana em nascente	APASC	2	Fraca, o promotor investigou a partir da polícia florestal, mas não encontraram a nascente. Entretanto, não foi novamente ouvida a associação para prestar esclarecimentos a respeito da denúncia.

36/07	2008	Verificar o atendimento de advertência	Polícia Florestal	3	Não se aplica
106/08	2009	Apurar danos ambientais em APP	APASC	4	Fraca, a partir da denúncia o promotor tratou o assunto diretamente com o DEPRN que foi quem procurou o proprietário causador do dano e construiu um TAC.
60/08	2009	Apurar supressão de formação sucessora de vegetação nativa	Polícia Florestal	6	Não se aplica
37/09	2009	Apurar poluição sonora e do ar	Denúncia de cidadão	7	Inexistente, o promotor não acolheu a denúncia por não se tratar de interesse coletivo.
15/08	2009	Apurar notícia de incômodos decorrentes de más condições de instalação de ferramentaria	Abaixo Assinado	8	Efetiva, o promotor autou todos os entes envolvidos, porém, a oficina se mudou do local dando lugar a outro estabelecimento, assim o promotor consultou os vizinhos a respeito dos problemas e estes atestaram por escrito que não existem mais.
25/07	2009	Poluição sonora e do ar pelo funcionamento de funilaria	Denúncia de cidadão	9	Efetiva, o promotor tomou o processo e envolveu todos os órgãos competentes, tendo sido feitas pesquisas de vizinhança e outros dispositivos participativos para resolver o

					problema.
87/08	2009	Poluição do ar e sonora causada por estabelecimento empresarial	Denúncia de cidadão	10	Inexistente, o promotor não acolheu a denúncia por não se tratar de interesse coletivo.
17/08	2009	Apurar danos ambientais decorrentes de descarte de resíduos	Denúncia de cidadão	12	Fraca, o processo foi conduzido pelo promotor junto aos órgãos do município e da polícia florestal sem, entretanto, ouvir novamente o interessado.
101/04	2009	Eventual dano ambiental por queimada em APP próxima ao shopping	ACQUAVIT	13	Fraca, o promotor acolheu o caso, oficiou os entes pertinentes e construiu um TCRA junto ao município que foi acompanhado até a recuperação da área, sem entretanto, constar nova comunicação com a associação
18/09	2009	Corte de árvore isolada	Polícia Florestal	14	Não se aplica
38/05	2009	Danos ambientais em vegetação do ecossistema cerrado	DEPRN	15	Não se aplica
41/07	2009	Apurar poluição ambiental por emissão de substâncias	CETESB	16	Não se aplica

		odoríferas			
101/08	2009	Apurar o exercício não licenciado de atividade mineira	Polícia Florestal	17	Não se aplica
57/09	2009	Más condições de alojamento e animais em canil	UIPA	18	Inexistente, o promotor não acolheu a denúncia por falta de provas.

Caixa 48					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
88/07	2009	Poluição atmosférica e perturbação do sossego	Abaixo Assinado	1	Efetiva, o promotor oficiou os responsáveis e os órgãos ambientais, promoveu audiências e encaminhou a solução do caso com todos os agentes envolvidos.
36/09	2009	Apurar risco de corte de paineira	Denúncia de cidadão	2	Inexistente, o promotor não acolheu a denúncia por não haver prova material da intenção do corte da árvore.
42/08	2009	Apurar ocorrência de poluição sonora	Abaixo Assinado	3	Efetiva, o promotor oficiou os órgãos do município e ambientais responsáveis e conduziu o trabalho de resolução do problema com audiências e pesquisas de opinião, sendo apurados os fatos e resolvidos.

03/01	2009	Supressão de vegetação nativa	DEPRN	4	Não se aplica
30/08	2009	Apurar danos ambientais decorrentes do pastoreio de gado	Polícia Florestal	5	Não se aplica

Caixa 49					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
90/07	2009	Supressão de vegetação nativa	Polícia Florestal	1	Não se aplica
14/08	2009	Apurar notícia de danos ambientais em APP	Polícia Florestal	2	Não se aplica
171/03	2009	Supressão de vegetação nativa tipo capoeira	Polícia Florestal	3	Não se aplica
127/05	2009	Averbação de reserva legal	DEPRN	4	Não se aplica
08/09	2009	Imóveis situados na Poligonal Histórica	Denúncia de cidadão	5	Fraca, o processo foi todo encaminhado diretamente com a fundação pró-memória e a procuradoria geral da união.
170/03	2009	Averbação de reserva legal	DEPRN	6	Não se aplica
78/01	2009	Supressão de vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	7	Não se aplica
48/00	2009	Cumprimento da preservação de reservas legais	DEPRN	8	Não se aplica
79/08	2009	Derramamento de esgoto em manancial	Denúncia de cidadão	9	Inexistente, o promotor não acolheu a denúncia porque o derramamento não existia mais.

73/06	2009	Verificação do cumprimento de TAC, bem como invasão de APP do Tijuco Preto	APASC	10	Efetiva, o promotor conduziu o processo envolvendo todos os afetados e responsáveis pelo caso, promovendo TAC para resolver a questão e sendo sempre um interlocutor com o denunciante.
-------	------	--	-------	----	---

Caixa 50					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
25/05	2010	Apuração de eventuais danos ambientais a avifauna	Ministério Público	1	Não se aplica
61/00	2010	Utilização de APP às margens do PQ. Delta	APASC	3	Efetiva, o promotor envolveu outras associações como a Ramudá, além da prefeitura e outros órgãos competentes até firmar TAC e depois acompanhar a sua execução para resolver o problema.
25/09	2010	Poluição sonora	Denúncia de cidadão	4	Fraca, o denunciante não foi contactado após a denúncia, tendo o procedimento tomado pelo promotor sido o de acompanhar o processo administrativo sobre o mesmo tema interno à prefeitura.

41/05	2010	Danos ambientais em vegetação do cerrado	DEPRN	5	Não se aplica
21/09	2010	Má conservação da Praça Pedro de Toledo	Denúncia de cidadão	6	Fraca, o promotor oficiou a prefeitura e mediante as informações prestadas pela municipalidade acompanhou obras no local e encerrou o processo.
62/10	2010	Aterro sanitário	Denúncia de cidadão	7	Inexistente, o promotor não acolheu a denúncia por julgá-la improcedente.
74/10	2010	Poluição sonora	Denúncia de cidadão	8	Inexistente, o promotor não acolheu a denúncia por não haver interesse coletivo caracterizado.

Caixa 51					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
88/08	2010	Poluição do ar e sonora causada por estabelecimento empresarial	Denúncia de cidadão	1	Efetiva, a promotoria procurou a CETESB, descobriu que a empresa não tinha licença para realizar as atividades poluentes e, posteriormente foi informado pelo órgão que as atividades irregulares foram encerradas. A partir da informação procurou o denunciante que atestou o encerramento da

					atividade poluente.
98/08	2010	Notícia de contaminação do poço para captação de água	Denúncia de cidadão	2	Fraca, após a denúncia ser acolhida o promotor conduziu todo o processo diretamente com o órgão ambiental e com o SAAE, sendo produzido um TAC e resolvido o problema.
102/09	2010	Poluição sonora	Associação de moradores	3	Efetiva, o promotor conduziu o processo oficiando órgãos responsáveis e promovendo diálogo entre denunciante e denunciado até que fosse resolvida a questão.
50/05	2010	Danos ambientais em vegetação do cerrado	DEPRN	4	Não se aplica

31/09	2010	Indício de dano ambiental contra a fauna	Denúncia de cidadão	5	Fraca, o promotor tomou o processo e encaminhou a denúncia diretamente ao IBAMA que tomou as medidas cabíveis para resolver a situação não sendo mais contactado o denunciante.
79/05	2010	Acompanhamento e exigências de medidas cabíveis para descontaminação de poço	CETESB	6	Não se aplica
54/08	2010	Expiração mediante corte de formação sucessora	Polícia Florestal	7	Não se aplica

Caixa 52					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
34/99	2010	Deposição de movimentação de terra	Polícia Florestal	1	Não se aplica
93/08	2010	Apurar a regularidade na manipulação de produtos para uso animal	Calêndula Vet	2	Fraca, o promotor contactou diretamente a ANVISA que foi atrás de fiscalizar todas as farmácias para firmar TACs e regularizar as situações.
15/10	2010	Agrotóxicos	Ministério Público	3	Não se aplica
53/08	2010	Apurar notícia de manejo irregular de cipó	Denúncia de cidadão	4	Inexistente, o promotor não acolheu a denúncia por julgá-la improcedente.

10/04	2010	Danos ambientais em vegetação do Cerrado	DEPRN	5	Não se aplica
-------	------	--	-------	---	---------------

Caixa 53					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
66/09	2010	Apurar possível prática de poluição sonora	Denúncia de cidadão	1	Efetiva, o promotor acolheu a denúncia, oficiou e prefeitura e demais órgãos competentes, promoveu audiências e resolveu a situação.
41/06	2010	Danos ambientais resultantes de assoreamento	DEPRN	2	Não se aplica
160/03	2010	Danos causados por fogo na mata	DEPRN	3	Não se aplica
32/10	2010	Supressão de vegetação nativa	Polícia Florestal	4	Não se aplica
40/08	2010	Impedir a regeneração natural da vegetação em APP	Polícia Florestal	5	Não se aplica
37/08	2010	Apurar lançamento irregular de efluente industrial	CETESB	6	Não se aplica
58/00	2011	'Supressão de vegetação na margem do Córrego do Jd. Medeiros	APASC	7	Efetiva, o promotor acolheu a denúncia, oficiou os órgãos competentes e promoveu vasta investigação da situação, resolvendo o caso envolvendo os denunciante e órgãos competentes.

156/06	2010	Apuração de eventuais danos ambientais por desmatamento	DEPRN	8	Não se aplica
--------	------	---	-------	---	---------------

Caixa 54					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
100/09	2011	Supressão de vegetação nativa em área urbana	Ministério Público	1	Não se aplica
36/08	2011	Apurar danos em APP	Polícia Florestal	2	Não se aplica
12/10	2011	Supressão de vegetação na área urbana	Polícia Florestal	3	Não se aplica
31/10	2011	Supressão ou danos à vegetação	Polícia Florestal	4	Não se aplica
85/04	2011	Apuração de eventuais danos ambientais e invasão de propriedades	Denúncia de cidadão	5	Efetiva, o promotor recebeu a denúncia e conduziu parte do processo por meio dos órgãos e outra parte ouvindo o denunciante.
100/04	2011	Apuração de eventual dano ambiental em APP	ACQUAVIT	6	Fraca, o promotor acolheu a denúncia, oficiou os órgãos responsáveis e conduziu todo o processo a partir daí sem se reportar à entidade denunciante.
24/07	2011	Danos ambientais decorrentes de corte não autorizado de árvores isoladas	Polícia Florestal	7	Não se aplica

Caixa 55					
----------	--	--	--	--	--

Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
94/06	2011	Regularização de parcelamento de solo	Prefeitura Municipal	1	Não se aplica
76/07	2011	Apurar condições más nas sepulturas do cemitério	Denúncia de cidadão	2	Fraca, o promotor acolheu a denúncia e partiu para resolver o problema se relacionando com a CETESB e a Prefeitura diretamente, sem, entretanto, promover audiência ou qualquer outro contato com o denunciante.
98/10	2011	Depósito clandestino de resíduos	Polícia Florestal	3	Não se aplica
160/11	2011	Supressão ou danos à vegetação nativa	Polícia Florestal	4	Não se aplica
89/08	2011	Instalação e operação de galvanoplastia sem Licença da CETESB	CETESB	5	Não se aplica
08/08	2011	Apurar degradação de área de vegetação florestal nativa	DEPRN	6	Não se aplica
43/07	2011	Apurar danos ambientais decorrentes de emprego de fogo	Polícia Florestal	7	Não se aplica
59/01	2011	Incêndio	Polícia Florestal	8	Não se aplica
140/11	2011	Supressão ou danos à vegetação nativa	Polícia Florestal	9	Não se aplica

93/08	2011	Maus tratos a animais	Calêndula Vet	10	Inexistente, o promotor não acolheu a denúncia por considerá-la improcedente.
-------	------	-----------------------	---------------	----	---

Caixa 56					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
34/02	2011	Dano ambiental consistente em executar construção de barragem	Polícia Florestal	1	Não se aplica
209/11	2011	Supressão de vegetação nativa em área rural	Polícia Florestal	2	Não se aplica
135/10	2011	Aterro inertes	Alô Entulho	3	Efetiva, a promotoria acolheu a denúncia, sendo responsável por conduzir diversas reuniões entre a empresa reclamante e a prefeitura para mediar o conflito e apontar para uma solução definitiva para a questão dos materiais inertes.
40018/96	2011	Suprimir mediante uso de trator de esteira vegetação tipo capoeira	Polícia Florestal	4	Não se aplica
186/10	2011	Supressão ou danos à vegetação nativa	Denúncia de cidadão	5	Fraca, o promotor acolheu a denúncia, entretanto, se limitou a investigar o corte de alguns eucaliptos que não se enquadram como mata nativa e ocasionou o arquivamento do

					caso.
177/10	2011	Supressão ou danos à vegetação nativa	Polícia Florestal	6	Não se aplica

Caixa 57					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
55/06	2011	Acompanhar o cumprimento de TCRA	DEPRN	1	Não se aplica
146/06	2011	Investigar a supressão não autorizada de vegetação em chácara	Polícia Ambiental	2	Não se aplica
192/11	2011	Emissões de efluentes e destinação de resíduos	CETESB	3	Não se aplica
32/02	2011	Dano ambiental por dificultar a regeneração natural da vegetação	Polícia Ambiental	4	Não se aplica
384/11	2011	Intervenções em área rural com ou sem supressão de vegetação	Polícia Ambiental	5	Não se aplica

92/01	2011	Poluição ambiental (Incofap)	Abaixo assinado	6	Efetiva, o abaixo assinado foi apresentado e a partir disso o promotor acolheu a denúncia, tendo sido conduzido o processo havendo pesquisas com os moradores e audiências para tratar as questões. Houve pelo menos 2 arquivamentos do processo, pois ele foi retomado devido a reincidências, sendo novamente arquivado em 2011.
-------	------	------------------------------	-----------------	---	--

Caixa 58					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
05/06	2011	Investigar danos em APP do sítio N. Sra. Aparecida	Polícia Ambiental	1	Não se aplica
30/07	2011	Apurar danos ambientais em APP	Polícia Ambiental	2	Não se aplica
06/08	2011	Apurar degradação de área de vegetação florestal, bem como solicitar averbação de reserva legal	DEPRN	3	Não se aplica
183/10	2011	Supressão ou danos À vegetação nativa	Secretaria de Educação	5	Não se aplica

254/10	2011	Supressão ou danos à vegetação nativa	Denúncia de cidadão	6	Efetiva, o denunciante alegava que havia dano ambiental por supressão e depósito de entulho, após acolher a denúncia o promotor solicitou vistoria da Polícia Ambiental que foi ao local e não constatou nada. Após isso, foi enviada cópia do laudo de vistoria ao denunciante que não concordou com o fim do processo.
191/10	2011	Tratamento de esgotos domésticos	Denúncia de cidadão	7	Efetiva, o promotor acolheu a denúncia, solicitou inspeção para a CETESB que atestou não haver mais problemas. O laudo foi encaminhado para a denunciante que informou ter sido resolvido o problema.
87/10	2011	Poluição sonora e atmosférica	Denúncia de cidadão	9	Efetiva, o promotor acolheu a denúncia, tendo oficiado a CETESB para inspecionar o local onde foi constatado que realmente havia problemas. Após a adequação a empresa voltou a funcionar e os vizinhos foram chamados à audiência em que disseram ter sido sanado o problema.

30/09	2011	Apurar corte de vegetação nativa	DEPRN	11	Não se aplica
211/11	2011	Processos industriais, emissões de efluentes e resíduos	Denúncia de cidadão	12	Fraca, após a denúncia acolhida o promotor conduziu o caso todo com a CETESB não mais retornando ao denunciante.
47/10	2011	Patrimônio cultural	Ministério Público	13	Não se aplica

Caixa 59					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
85/06	2011	Apurar a irregularidade ambiental do cemitério Jd. Da Paz	Ministério Público	1	Não se aplica
86/03	2012	Queimada de cana-de-açúcar	DEPRN	2	Não se aplica
13/08	2012	Apurar notícia de danos ambientais decorrentes de intervenção dem APP	Polícia Ambiental	3	Não se aplica

Caixa 60					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
94/04	2011	Reserva Legal	Polícia Ambiental	1	Não se aplica
84/01	2012	Supressão de vegetação mediante pavimentação	Polícia Ambiental	2	Não se aplica
19/09	2012	Apurar imprecisões técnicas do Projeto Básico de Drenagem de	Ministério Público	3	Não se aplica

		Águas Superficiais			
34/08	2012	Apurar notícia de poluição de córrego da Fazenda Águas da Prata	APASC	4	Efetivo, o promotor acolheu a denúncia e fez o caso circular por diversas instâncias de órgãos, fazendo audiências e exigindo comprovações técnicas para a solução dos problemas.

Caixa 61					
Processo	Ano arquivamento	Assunto	Origem da demanda	Numeração na caixa	Nível de Participação
10/08	2012	Apurar danos em APP	Polícia Ambiental	1	Não se aplica
684/11	2012	Queimada e danos aos animais	Denúncia de cidadão	2	Inexistente, o promotor não acolheu a denúncia por considerá-la improcedente.
204/04	2012	Apuração de eventuais danos ambientais por uso de fogo	Polícia Ambiental	3	Não se aplica
866/11	2012	Mananciais de águas superficiais em más condições	Denúncia de cidadão	5	Fraca, o promotor após acolher a denúncia contactou a CETESB que vistoriou o local e disse não haver poluição, o que foi suficiente para o promotor encerrar o processo.
47/07	2012	Apurar danos ambientais decorrentes de	Polícia Ambiental	6	Não se aplica

		difícultar a regeneração			
29/05	2012	Danos ambientais em vegetação do ecossistema Cerrado	DEPRN	7	Não se aplica
621/11	2012	Ausência de conservação de patrimônio cultural	Ministério Público	8	Não se aplica
137/03	2012	Danos ambientais em APP	DEPRN	9	Não se aplica
142/11	2012	Averbação de Reserva Legal	DEPRN	10	Não se aplica

Apêndice B

Levantamentos no COMDEMA de São Carlos

Ano	2003	
Tipo dos documentos	Pareceres	
Número Documento	Nível Participação	Justificativa
01/03	Efetiva	A instalação do Campus 2, pelo que relata o próprio documento documento, foi feita com base em um processo de discussão sobre os diversos aspectos ambientais que originariam os impactos. Para maior precisão foi formada uma Comissão Especial composta por setores do Poder Público, da Universidade, contempando inclusive os alunos e tendo como relator um representante da sociedade civil no COMDEMA. A partir daí se elaborou o relatório que foi aprovado pelo Conselho.
02/03	Efetiva	Trata de um processo de questionamento da Sociedade Civil ao Conselho a respeito da instalação de postos de combustíveis. Por se tratar de um caso em que o próprio Conselho foi pautado pela sociedade civil, e que, os membros da sociedade civil internamente ao conselho (conforme relata o documento) foram para a discussão embasados e com propostas decisivas para o parecer, é possível dizer que no geral o processo teve um nível de participação efetivo.

Ano	2004	
Tipo dos documentos	Pareceres	
Número Documento	Nível Participação	Justificativa
01/04	Efetiva	Trata de um parecer do COMDEMA sobre um TAC de regularização do Cidade Aracy. A associação de moradores questionou a legalidade do TAC ao COMDEMA que se viu pautado pela sociedade civil e em suas reuniões, câmaras técnicas houve um debate com divergências e o COMDEMA se viu incompetente para diluir todos os questionamentos.
02/04	Efetiva	O COMDEMA teve protocolado em sua secretaria executiva dois ofícios do Representante da USP São Carlos (considerada sociedade civil pelo regimento do conselho), sendo pautado pela sociedade civil mais uma vez.
03/04	Fraca	O COMDEMA foi procurado pela secretaria de Obras e Serviços e teve de se pronunciar por meio de parecer. Ele foi feito, porém, aparentemente a sociedade civil não conseguiu pautar o conselho, não havendo menção a associação de bairro, apenas ao conhecimento da área por uma das ONGs representante da sociedade no conselho sem nenhuma outra menção.
04/04	Fraca	O COMDEMA foi pautado na ocasião pelo MP, aparentemente a sociedade civil interessada pelo assunto não foi mobilizada pelo conselho, além de se tratar de assunto de interesse direto da gestão municipal, sendo construído um parecer com poucas informações e aparente debate e deliberação protocolar no conselho.

05/04	Efetiva	O COMDEMA foi palco de uma discussão profunda e com participação de diversos setores da sociedade civil, que por divergências em relação a dados sobre a ETE que seria construída para a cidade acabaram pautando a movimentação no conselho.
06/04	Fraca	O COMDEMA foi pautado pela TAM linhas aereas para a construção de um emissário e houve uma manifestação protocolar do conselho, a partir de critérios técnicos debatidos com a câmara técnica da área.
07/04	Efetiva	O Conselho foi pautado por um cidadão que interessado por aspectos ambientais da instalação de condomínio procurou o Conselho. Este debateu o caso, sendo movido pela abertura dada ao processo, a partir de uma demanda externa.
08/04	Inexistente	Aparentemente o Conselho foi procurado por uma entidade representativa de moradores para tratar de aspectos ambientais. Entretanto, aparentemente o debate não chegou a ser feito, tendo o conselho meramente acatado memorial de cálculo sobre os parâmetros de escoamento que estavam sendo questionados no processo.
09/04	Inconclusivo	O documento está incompleto, não sendo possível encontrar nem online, nem nos arquivos da prefeitura cópia do conteúdo completo.
10/04	Inconclusivo	O documento não está disponível nem online, nem fisicamente na prefeitura.

11/04	Efetiva	O COMDEMA foi palco de um debate aprofundado sobre a instalação de um residencial, que não foi tido como ambientalmente viável, estando em desconformidade com leis da cidade, colocando em risco aspectos ambientais, como os mananciais da cidade. Foi solicitada a participação de especialistas nas áreas, bem como associações, ONGs e membros do poder municipal para discutir e dar retorno a respeito do processo.
-------	---------	--

Ano	2005	
Tipo dos documentos	Pareceres	
Número Documento	Nível Participação	Justificativa
01/05	Efetiva	O COMDEMA foi novamente pautado para discutir sobre empreendimento imobiliário, em que seria necessário dar seu parecer. O debate considerou uma série de fatores externos ao próprio conselho, como dissertações e opiniões de outros órgãos e pessoas, sendo emitido um parecer contrário à instalação do empreendimento.
02/05	Fraca	O COMDEMA foi acionado pela própria prefeitura na intenção de avaliar um empreendimento de reciclagem de entulho. Aparentemente, o debate ficou circunscrito ao próprio conselho, não fugindo do nível de participação dos próprios conselheiros.
03/05	Fraca	O COMDEMA teve seu debate pautado por projeto da própria prefeitura e o parecer trata na verdade do referendun de um laudo de visita técnica atestando que na área para obra da prefeitura não há grandes restrições ambientais.

04/05	Fraca	O COMDEMA teve seu debate pautado por projeto da própria prefeitura e o parecer trata na verdade do referendun de um laudo de visita técnica atestando que na área para obra da prefeitura não há grandes restrições ambientais.
05/05	Fraca	O COMDEMA teve seu debate pautado por projeto da própria prefeitura e o parecer trata na verdade do referendun de um laudo de visita técnica atestando que na área para obra da prefeitura não há grandes restrições ambientais.
06/05	Fraca	O COMDEMA teve seu debate pautado por projeto da própria prefeitura e o parecer trata na verdade do referendun de um laudo de visita técnica atestando que na área para obra da prefeitura não há grandes restrições ambientais.
07/05	Fraca	O COMDEMA foi acionado para analisar a viabilidade ambiental de empreendimento de transmissão elétrica que estava sendo licenciado por meio de EAS. O parecer e a discussão ficou circunscrita ao próprio conselho.
08/05	Efetiva	O COMDEMA mais uma vez foi acionado para avaliar empreendimento imobiliário que já passou outras vezes pelo conselho. Foi fruto de debate acalourado, sendo citadas passagens em que aparentemente há debate polarizado sobre o assunto, destacando-se entidades defensoras do meio ambiente e empreendedor. Ao final a conclusão do conselho leva em consideração todas as forças envolvidas e acaba indeferindo o pedido.

09/05	Fraca	O COMDEMA foi acionado para se manifestar a respeito de EIA-RIMA apresentado por empreendimento imobiliário. A discussão foi feita preliminarmente por uma equipe que posteriormente propôs parecer aos membros do colegiado, não havendo grandes mobilizações externas, nem uma busca apurada de entidades ou possíveis interessados no assunto, ou mesmo busca de relatos de audiência pública no caso.
-------	-------	---

Ano	2006	
Tipo dos documentos	Pareceres	
Número Documento	Nível Participação	Justificativa
01/06	Efetiva	O COMDEMA estava julgando a procedência de uma parceria entre organização da sociedade civil e governo municipal. Se preocupou em analisar a prestação de contas oficial da entidade, outros documentos relevantes e, inclusive, promoveu audiência com os membros da entidade para compreender melhor os contornos do acordo.
02/06	Efetiva	O COMDEMA estava julgando a procedência de uma parceria entre organização da sociedade civil e governo municipal. Se preocupou em analisar a prestação de contas oficial da entidade, outros documentos relevantes e, inclusive, promoveu audiência com os membros da associação
03/06	Efetiva	O COMDEMA estava julgando a procedência de uma parceria entre organização da sociedade civil e governo municipal. Se preocupou em analisar a prestação de contas oficial da entidade, outros documentos relevantes e, inclusive, promoveu audiência com os membros da

		associação.
04/06	Efetiva	O COMDEMA estava julgando a procedência de uma parceria entre organização da sociedade civil e governo municipal. Se preocupou em analisar a prestação de contas oficial da entidade, outros documentos relevantes e, inclusive, promoveu audiência com os membros da associação.
05/06	Efetiva	O COMDEMA estava julgando a procedência de uma parceria entre organização da sociedade civil e governo municipal. Se preocupou em analisar a prestação de contas oficial da entidade, outros documentos relevantes e tem relatos de presença no dia a dia das ações da entidade.
06/06	Fraca	O COMDEMA recebeu a demanda de analisar uma proposta de lei a ser adendada ao plano diretor municipal, sendo necessária manifestação do COMDEMA que foi construída por um membro destacado pelo plenário, que apresentou proposta e foi posteriormente referendada, não havendo movimentação em busca de eventuais setores da sociedade interessados no assunto ou afetados pelas novas medidas.

07/06	Fraca	O COMDEMA refez a discussão a respeito do TAC das Marginais, assunto polêmico na cidade de São Carlos, tendo trazido novamente o assunto ao plenário do conselho para reapreciação, desta vez passando pelas devidas câmaras técnicas. Apesar dos mecanismos participativos, sendo feitas audiências e reuniões junto de entidades ambientalistas, o que caracterizaria o processo como efetivo, mesmo sem nenhuma alteração de mérito na questão algumas entidades (com direito a voto no plenário do conselho) mudaram sua posição a respeito do assunto, mudando para fraca a classificação.
08/06	Fraca	O COMDEMA recebeu pela quarta vez a proposta de um mesmo empreendimento imobiliário, que desta vez foi discutida sobre aspectos meramente técnicos, a partir de diretrizes específicas formuladas, pelo que deixa transparecer o próprio texto do parecer, exclusivamente para este empreendimento. Não houve interlocução com movimento ambientalista, nem associações de moradores vizinhos ou outros interessados no assunto, sendo o processo circunscrito ao próprio plenário do conselho.
09/06	Fraca	O COMDEMA recebeu a demanda de se manifestar a respeito da supressão de uma árvore nativa, sendo o debate feito inicialmente na câmara técnica e posteriormente apreciado pelo plenário do conselho, sem maiores amplitudes.
10/06	Efetiva	O COMDEMA promoveu debate a respeito de intervenção em área de vegetação, sendo feitos diversos debates, inclusive em separado com as entidades representantes da sociedade civil para apreciação do projeto chegando a um texto de parecer consensual para ser apreciado pelo plenário do conselho.

11/06	Fraca	O COMDEMA debateu a respeito do estudo de drenagem de um bairro de chácaras da cidade, entretanto, apesar de manifestação de conselheiro representante da sociedade civil de que o processo estava sendo conduzido de modo mais acelerado do que o necessário para um debate minimamente razoável, o presidente do conselho deu marcha ao debate, relatando inclusive a ausência do conselheiro que havia alertado para o caso, caracterizando uma participação no mínimo fraca.
12/06	Fraca	O COMDEMA recebeu a demanda de se manifestar a respeito de empreendimento imobiliário, sendo alvo de debate meramente circunscrito aos conselheiros, a partir de destacamento de um relator que posteriormente teve seu parecer apreciado pelo plenário.

Ano	2007	
Tipo dos documentos	Pareceres e Atas	
Número Documento	Nível Participação	Justificativa
01/07	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um RAP do parque tecnológico da cidade. Foi um debate pautado por critérios objetivados, que não abriu espaço para discussões além conselho, tomando um caráter protocolar mesmo entre os representantes da sociedade civil presentes no plenário.
02/07	Fraca	O COMDEMA foi provocado a manifestar-se a respeito de um plano de drenagem de um empreendimento. Ficando o debate circunscrito aos critérios técnicos já cobrados por lei, sendo feito um parecer prévio posteriormente votado, sem entrar em debates de mérito.

03/07	Efetiva	O COMDEMA estava julgando a procedência de uma parceria entre organização da sociedade civil e governo municipal. Se preocupou em analisar a prestação de contas oficial da entidade, outros documentos relevantes
04/07	Efetiva	O COMDEMA estava julgando a procedência de uma parceria entre organização da sociedade civil e governo municipal. Se preocupou em analisar a prestação de contas oficial da entidade, outros documentos relevantes
05/07	Efetiva	O COMDEMA estava julgando a procedência de uma parceria entre organização da sociedade civil e governo municipal. Se preocupou em analisar a prestação de contas oficial da entidade, outros documentos relevantes
06/07	Efetiva	O COMDEMA esteve envolvido num processo a respeito do nível de conservação de nascente em uma fazenda da região. Houve significativo empenho em vistoriar o local, inclusive junto de membros da sociedade civil, sendo produzido o parecer a partir dos entendimentos obtidos nessa movimentação.
07/07	Fraca	O COMDEMA ficou circunscrito ao debate legal a respeito de uma PCH que seria instalada na região. Após um debate extenso chegou a conclusão que a prefeitura deveria se ausentar deste processo e deixá-lo a cargo do estado de São Paulo, tendo feito apenas algumas recomendações de ordem técnica.

Ano	2008	
Tipo dos documentos	Pareceres e Atas	
Número Documento	Nível Participação	Justificativa

01/08	Efetiva	O processo trata de controle de lianas em um condomínio da região, foi feito o parecer a partir de visita técnica e discussões envolvendo entidades da sociedade civil, representantes do condomínio e do conselho, havendo uma abertura ao debate e sendo a peça final síntese de um processo de diálogo e cooperação entre as partes.
02/08	Fraca	O processo foi desencadeado por mudanças de um projeto já apreciado anteriormente pelo COMDEMA. O debate foi feito a partir dos mesmos parâmetros do anterior, somente contemplando a relevância das mudanças promovidas, que foram constatadas como benéficas ao meio ambiente. Tal fato fez o debate ficar circunscrito aos protocolos básicos do conselho, não indo além e ficando com um nível de participação "fraca".
03/08	Efetiva	O COMDEMA se manifestou a respeito de um plano de trabalho de uma ONG da cidade que pretende trabalhar com arborização urbana. A discussão foi feita conjuntamente com a referida ONG e com os membros do conselho, sendo o parecer construído com bastante precisão a respeito do que trata o assunto.

04/08	Inexistente	O COMDEMA foi palco de um debate acalourado sobre o assunto. Infelizmente, o debate foi tocado de modo protocolar, mesmo com manifestações de conselheiros advertindo os representantes que os rumos tomados contrariavam os interesses da municipalidade e várias de suas leis. Ainda assim a postura foi colocar para votar uma resolução que era visivelmente questionável, como colocado por um conselheiro representante da sociedade civil. Ao final com maioria de votos o parecer favorável foi aprovado, não restando margem para discussões e divisão de poderes na decisão.
05/08	Efetiva	O COMDEMA discutiu um plano para acabar com a incidência de planta exótica no município. Houve espaço de participação na construção do parecer, tendo sido feita reunião com presença de vários representantes da sociedade civil para construir a indicação do COMDEMA que fora votada em plenário.
06/08	Fraca	O COMDEMA se manifestou a respeito da implantação de um conjunto de loteamentos na cidade, tendo feito um debate protocolar, sem abrir o escopo de participação. O parecer ficou limitado no cruzamento entre normas legais estabelecidas e o projeto, com algumas sugestões extras que poderiam ser sumariamente ignoradas pelo empreendedor.

Ano	2009	
Tipo dos documentos	Pareceres e Atas	
Número Documento	Nível Participação	Justificativa

01/09	Fraca	O COMDEMA foi pautado para a liberação de um recurso extra a uma ONG da cidade. Balizado apenas pela leitura da minuta de repasse da verba, foi redigido parecer favorável.
02/09	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de uma expansão urbana de loteamento. Houve convocação extraordinária de câmaras técnicas para se manifestar a respeito do empreendimento e algumas entidades não estavam presentes na discussão.
03/09	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento imobiliário. Houve convocação de câmaras técnicas conjunta para se manifestar a respeito do empreendimento. Não houve uma tentativa de expansão do debate para além do escopo presente na reunião, sendo a discussão bastante focada em aspectos protocolares da urbanização.
04/09	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento imobiliário. Houve reunião conjunta das câmaras técnicas permanecendo o escopo de participação circunscrito aos conselheiros e a análise documental cruzada com normas municipais.
05/09	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento imobiliário. A reunião que se manifestou a respeito do loteamento em questão se deu posteriormente a apreciação do mesmo por diversos outros órgãos e chegou até o COMDEMA em um nível de detalhamento bastante aprofundado, sem grandes margens de discussão com o que fora apresentado.

06/09	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um pedido de supressão de um exemplar arbóreo. Entretanto tudo foi definido a partir de uma vistoria técnica com um parecer apreciado por todo o conselho.
07/09	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um EIA/RIMA do gasoduto Brasil-Bolívia. Não houve, contudo conexão dessa manifestação com outros mecanismos de participação, nem expansão do escopo de participantes para estudar as regiões afetadas pelo empreendimento.
08/09	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento imobiliário. Houve discussão apenas protocolar a respeito da aplicabilidade de normas técnicas.
09/09	Efetiva	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento imobiliário. Houve discussão em diversos espaços a respeito do caráter e do mérito do empreendimento em questão, sendo inclusive convocadas entidades ambientalistas para colocar suas impressões do projeto, que foi também alvo de questionamentos pela população vizinha.
10/09	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento municipal de energia. Houve discussão, com presença dos conselheiros representantes da sociedade civil, porém, havia em curso no município, debate a respeito do mesmo assunto feito por membros da sociedade que não foi internalizado pelo conselho.

11/09	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento imobiliário. O debate foi apenas circunscrito ao escopo tradicional de participação do conselho e a análise das informações foi bastante protocolar com o cruzamento da proposta e normas municipais vigentes.
12/09	Efetiva	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento imobiliário. O debate foi feito considerando alguns elementos externos importantes da vizinhança e outros elementos legais que formataram um parecer desfavorável ao empreendimento, sendo essa posição construída em grande medida por setores da sociedade civil.
13/09	Efetiva	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um projeto de uma ONG. O debate foi feito, considerando a posição da própria associação em questão, tendo o parecer sido construído com participação de um escopo mais amplo de participantes.

Ano	2010	
Tipo dos documentos	Pareceres e Atas	
Número Documento	Nível Participação	Justificativa
01/10	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento imobiliário. A discussão foi feita de modo condensado, com todas as câmaras técnicas se reunindo de uma só vez e elaborando um parecer prévio que foi apreciado pelo plenário do conselho, constituindo um debate bastante superficial, não envolvendo associações possivelmente afetadas e restringindo o escopo de participação ao próprio conselho.

02/10	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento imobiliário. A discussão foi feita de modo protocolar, pondo em tela normas da cidade e a proposta do empreendimento, ficando no debate registrado em ATA um questionamento de que o conselho estava se restringindo a analisar questões que um técnico poderia fazer, sem a necessidade de uma reunião de conselho para isso.
03/10	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de empreendimento imobiliário. A discussão foi feita mais uma vez com avaliações protocolares de normas de ocupação da cidade, sem promover o debate a respeito do tema com um escopo mais amplo do que o que já estabelecido por outros espaços.
04/10	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento imobiliário. A discussão foi feita com base em normas e na proposta apresentada, se restringindo a um cruzamento formal e exigências legais ressaltadas pelo conselho.
05/10	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento de expansão de infraestrutura urbana para suporte a um empreendimento do ramo turístico. Mais uma vez o debate ficou circunscrito a normas e leis aplicáveis ao caso, sem discutir o mérito do projeto em face a questão ambiental municipal, tampouco ampliando o escopo de participação.

06/10	Efetiva	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito da construção de infra-estrutura para um assentamento do INCRA. Foi feita vistoria, analisada a situação da população envolvida e construído o parecer a partir dessa forma de atuação, que expandiu o escopo participativo.
07/10	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de obras na UFSCar. Tendo sido realizado o processo de modo protocolar, com o escopo do próprio conselho, se restringindo às normas e aplicabilidades.
08/10	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito do cercamento de um bosque. Entretanto, não houve ampliação do escopo de participação no conselho, sendo o debate permeado por algumas sugestões extemporâneas do conselho, aparentemente deslocadas do foco dado ao debate sobre a obra que fora alvo de discussão no orçamento participativo da cidade.
09/10	Efetiva	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento imobiliário. Foi realizada vistoria, contemplados espaços de discussão com os representantes do conselho, do empreendedor, sendo o parecer construído com um debate mais amplo que o escopo tradicional do conselho.
10/10	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento imobiliário. O debate ficou bastante centrado na questão de analisar a aplicabilidade de normas já estabelecidas para o caso em tela, sem se preocupar em expandir o escopo de participação ou de debates de mérito mais amplo sobre a temática ambiental.

11/10	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento imobiliário. O debate ficou bastante centrado na questão de analisar a aplicabilidade de normas já estabelecidas para o caso em tela, sem se preocupar em expandir o escopo de participação, tendo feito recomendações de um ponto de vista externo, sem se envolver com o caso.
12/10	Efetiva	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de uma ampliação empresarial. Foi realizada vistoria ao local, com presença dos conselheiros e a partir desse atividade e de debates no próprio conselho foi construído o parecer.
13/10	Efetiva	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de uma renovação de licença ambiental. Foi realizada vistoria ao local, com presença de conselheiros e a partir dessa atividade foi construído o parecer.
14/10	Efetiva	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de uma ampliação empresarial. Foi realizada vistoria ao local, com presença dos conselheiros e a partir desse atividade e de debates no próprio conselho foi construído o parecer.
15/10	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de uma ampliação empresarial. Entretanto, mesmo fazendo vistorias ao local e ressalvas a respeito da localização do empreendimento, não houve o relato de um debate efetivo a respeito das implicações do empreendimento para a comunidade da cidade e do local, nem mesmo a preocupação relatada de buscar essas manifestações e ampliar o escopo de participação para compreender melhor o caso.

16/10	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de uma certidão negativa para renovação de licença ambiental. O debate não fugiu muito ao escopo tradicional de participação e debate do conselho, se restringindo ao apontamento de normas e cumprimento ou não delas, construindo o parecer a partir destes entendimentos.
17/10	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento imobiliário. A discussão foi pautada por aspectos legais e sua aplicabilidade para o caso, tendo ficado restrito ao escopo tradicional do conselho a discussão e participação.
18/10	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito da instalação de um empreendimento. A discussão foi pautada por aspectos legais que deveriam ser cumpridos, tendo sido feita uma vistoria sem grandes conclusões devido ao estágio atual do empreendimento.
19/10	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito da instalação de um empreendimento. A discussão foi pautada por aspectos legais que deveriam ser cumpridos, tendo sido feita uma vistoria sem grandes conclusões devido ao estágio atual do empreendimento.
20/10	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito da instalação de um empreendimento. A discussão foi pautada por aspectos legais que deveriam ser cumpridos, tendo sido feita uma vistoria, constando que o empreendimento já estava em estágio avançado de instalação.

21/10	Efetiva	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento imobiliário. A discussão foi feita a partir da necessidade de participação dos interessados, inclusive nas obras a serem realizadas, sendo feitas vistoria e consultas a entidades e membros da sociedade civil
-------	---------	--

Ano	2011	
Tipo dos documentos	Pareceres e Atas	
Número Documento	Nível Participação	Justificativa
01/11	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento imobiliário. A discussão foi pautada por aspectos legais que deveriam ser cumpridos no caso, tendo ficado o debate restrito a essas medidas e ao escopo tradicional de participação do conselho.
02/11	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de uma ampliação industrial. A discussão foi pautada por aspectos legais que deveriam ser cumpridos no caso, não sendo realizada vistoria, nem buscando-se ampliar o escopo tradicional de participação.
03/11	Inconclusivo	A documentação está incompleta.
04/11	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento imobiliário. A discussão foi pautada principalmente por aspectos legais aplicáveis ao caso, não indo além do escopo tradicional de participação e mesmo com debate acalorado decidindo de modo protocolar a respeito do parecer.

05/11	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento comercial. A discussão foi feita com exigência de mais documentações por parte do conselho, sendo analisado criteriosamente. Entretanto, o escopo de participação não foi amplo, tendo a discussão ficado restrita a aspectos normativos.
06/11	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento imobiliário. A discussão foi pautada principalmente por aspectos legais aplicáveis ao caso, não indo além do escopo tradicional de participação.
07/11	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento imobiliário. A discussão foi pautada principalmente por aspectos legais aplicáveis ao caso, não fugindo do escopo tradicional de participação.
08/11	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento imobiliário. A discussão foi pautada principalmente por aspectos legais aplicáveis ao caso, não fugindo do escopo tradicional de participação.
09/11	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento imobiliário. A discussão foi pautada principalmente por aspectos legais aplicáveis ao caso, não fugindo do escopo tradicional de participação.

Ano	2012	
Tipo dos documentos	Pareceres e Atas	
Número Documento	Nível Participação	Justificativa

01/12	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento imobiliário. A discussão foi pautada principalmente por aspectos legais aplicáveis ao caso, não fugindo do escopo tradicional de participação.
02/12	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento imobiliário. Entretanto, mesmo com debate acalourado ocorrido no plenário do conselho e manifestação contrária ao caráter do debate por três conselheiros, o debate protocolar foi a tônica do conselho, não havendo espaço para efetiva participação.
03/12	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento imobiliário. A discussão foi pautada principalmente por aspectos legais aplicáveis ao caso, não fugindo do escopo tradicional de participação.
04/12	Fraca	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito de um empreendimento comercial. A discussão foi pautada principalmente por aspectos legais aplicáveis ao caso. Não foram consideradas algumas manifestações de preocupação com a forma como o empreendimento estava sendo implementado.
05/12	Efetiva	O COMDEMA foi pautado para se manifestar a respeito da exigência de um EIV para empreendimento imobiliário. Foi feito debate a respeito do assunto, considerando o expertise de ONG atuante na área em questão para balizar as exigências do EIV e construir o parecer.